

DAWER HÉRICLES MANGUEIRA ORDENÃ

**INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL DE
ANGOLA NA SADC**

Orientador: Professor Doutor Eduardo Manuel Machado de Moraes Sarmiento Ferreira

Co-Orientador: Professor Mestre José Paulo Marques de Oliveira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2021

DAWER HÉRICLES MANGUEIRA ORDENÃ

**INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL DE
ANGOLA NA SADC**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Economia no Curso de Mestrado de Economia conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com o Despacho de Nomeação de Júri Nº 84/2021 de 18 de março de 2021, com a seguinte composição:

Presidente: Prof^a. Doutora Ana Cristina Freitas
Brasão;

Arguente: Prof. Doutor Miguel Nuno Vieira de
Carvalho Abreu Varela;

Orientador: Prof. Doutor Eduardo Manuel
Machado de Moraes Sarmento Ferreira.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2021

Aos meus Pais, Manuel Ordenã, Inocência Mangueira e Ana Bela Ordenã pelo incentivo e por tornarem possível a oportunidade de continuar os meus estudos.

Agradecimentos

A realização desta dissertação contou com importantes apoios e incentivos, sem os quais não seria uma realidade e aos quais estarei sempre eternamente grato.

Primeiro agradeço ao nosso criador que tornou possível à minha existência e me tem dado o fôlego da vida, Jeová Deus.

Agradeço ao Professor Doutor Eduardo Moraes Sarmento Ferreira e ao Professor Mestre Paulo de Oliveira pela orientação e por todos os momentos de aprendizagem que me proporcionaram.

Agradeço a todos os meus familiares especialmente aos meus pais, pelo apoio moral constante, num dos períodos mais estressantes da minha vida.

Agradeço também aos meus professores e colegas de mestrado, com quem aprendi muito e obtive experiências enriquecedoras.

São também dignos de uma palavra de apreço os meus amigos que sempre foram uma fonte de positividade e incentivo.

Por último, mas não menos importante agradeço ao Estado Maior General, pois sem o seu auxílio não me teria sido possível concretizar mais este passo no meu percurso académico.

A todos aqui deixo o meu agradecimento sincero.

Resumo

Tendo como base o facto de Angola ser membro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), o presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de conhecer o processo de integração regional, através da caracterização do pensamento que marcou a evolução dos movimentos de integração económica e da análise da realidade vivenciada durante o período colonial, durante a guerra civil e mais recentemente de 2002 a 2019.

A aplicação do modelo de análise desenvolvido por Yadav, Balaji, & Jebarajakirthy (2019) é aplicado por Estevão, Lopes Penela, & Soares (2020) no estudo da relação entre o *Ranking Doing Business* e o PIB, permitiu introduzir uma visão sobre a crescente tendência de associação entre a regulação e o crescimento económico, bem como, analisar em que medida o fraco desempenho de Angola nos *Rankings Doing Business*, condiciona um maior aproveitamento da sua presença na SADC.

Em termos de resultados foi possível observar que Angola ocupa a 177^o posição, ficando atrás apenas da República Democrática do Congo que ocupa o 183^o lugar, no contexto dos membros da SADC.

A análise dos indicadores do Banco Mundial permitiu concluir também que Angola deve melhorar a regulação em todos os domínios deste ranking de formas a estimular o empreendedorismo local e a iniciativa de investimento estrangeiro, principalmente a obtenção dos créditos e a execução de contratos aonde registou os piores lugares nos rankings quando comparados com os países da SADC.

Palavras-Chave: Integração Económica Regional, Angola, SADC, *Doing Business*.

Abstract

Based on the fact that Angola is a member of the Southern African Development Community (SADC), the present study was developed with the objective of perceiving the regional integration process, through the characterization of the thinking that marked the evolution of the economic integration movements and the analysis of the reality experienced during the colonial period, during the civil war and more recently from 2002 to 2019.

The application of the analysis model developed by Yedav, Balaji, & Jebarajakirthy (2019) is applied by Estevão, Lopes Penela, & Soares (2020) in the study of the relationship between the Ranking Doing Business and GDP, and it has allowed the introduction of a vision on the growing trend of the association between regulation and economic growth, as well as analyzing the extent to which Angola's poor performance in the Ranking Doing Business, conditions a greater use of its presence in SADC.

In terms of results, it was possible to observe that Angola ranks 177th, second only to the Democratic Republic of Congo, which ranks 183rd, in the context of SADC members.

The analysis of the World Bank's indicators allows the conclusion that Angola should improve regulation in all areas of this ranking, in order to stimulate local entrepreneurship and foreign investment initiative, primarily in obtaining credits and executing contracts where it registered the worst rankings when compared to other SADC countries.

KeyWords: Regional Economic Integration, Angola, SADC, Doing Business.

Abreviaturas, siglas e símbolos

ALADI - Associação Latino-Americana de Integração

ALALC - Associação Latino Americana de Livre Comércio

ALCC - Associação de Livre Comércio do Caribe

ANC - Congresso Nacional Africano

ANSEA - Associação das Nações do Sudeste Asiático

APEC - *Asia-Pacific Economic Cooperation* (Cooperação Económica Ásia-Pacífico-CEAP)

BNA - Banco Nacional de Angola

BP- Balança de Pagamentos

CAN - Comunidade Andina

CAO - Comunidade da África Oriental

CARICOM - Comunidade do Caribe

CE - Comunidade Europeia

CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEDEAO - Comunidade Económica de Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental

UEMOA - União Económica e Monetária do Oeste Africano

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEE - Comunidade Económica Europeia

CEEAC - Comunidade Económica dos Estados da África Central

CGG - Comissão do Golfo da Guiné

CIRGL - Comissão Internacional da Região dos Grandes Lagos

CONSAS - Constelação de Estados da África Austral

EEP - Espaço Económico Português

EFTA - *European Free Trade Association*

ELF - Estados da Linha da Frente

Euratom - Comunidade Europeia de Energia Atômica

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

GURUN - Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IMF - *International Monetary Fund* (Fundo Monetário Internacional – FMI)

INE - Instituto Nacional de Estatística

ISDC - Comité de Segurança e Defesa Intraestatal

MCCA - Mercado Comum Centro Americano

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

NAFTA - *North American Free Trade Agreement*

OGE - Orçamento Geral do Estado

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA - Organização da Unidade Africana

PAN - Africanist Congress of Azania

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODESI - Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações

RNB - Rendimento Nacional Bruto

SACU - *Southern African Customs Union*

SADC - *Southern African Development Community*

SADCC - *Southern African Development Coordination Conference*

UAAA - União Aduaneira da África Austral

UMA - União do Magreb Árabe

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

VAB - Valor Bruto da Produção

ZANU - *Zimbabwe African National Union*

ZAPU - *Zimbabwe African People's Organization*

Índice Geral

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Integração económica regional	4
1.1 Enquadramento conceptual.....	4
1.2 O processo de integração económica regional.....	6
1.3 As formas de integração económica regional	7
1.4 Os efeitos da integração económica regional	11
1.4.1 Análise estática.....	13
1.4.2 Análise dinâmica.....	16
1.5 Ondas de regionalismo.....	17
1.5.1 Primeira onda de regionalismo.....	18
1.5.2 Segunda onda de regionalismo.....	20
1.5.3 Terceira onda de regionalismo.....	21
1.6 A integração económica em economias desiguais	22
Capítulo 2 - A sociedade e a economia Angolana.....	27
2.1 Caracterização de Angola	27
2.2 Antecedentes históricos	28
2.3 Evolução económica de Angola	29
2.3.1 Do período pré-colonial à independência.....	30
2.3.2 Pós-independência ao fim da guerra civil (1976-2002)	35
2.3.3 Pós-guerra civil à crise financeira internacional	36
2.3.4 Angola e a crise financeira internacional.....	38
2.3.5 Pós-crise financeira internacional	40
2.4 O Desenvolvimento Humano em Angola (2002-2019).....	42
2.5 Análise do sector externo da economia Angolana.....	45
2.6 Evolução da Balança de Pagamentos angolana.....	46

2.6.1 A Balança de Pagamentos.....	46
2.6.2 Análise da conta-corrente	48
2.6.3 Análise da Conta de Capital e da Conta Financeira	53
2.6.4 Síntese da análise efetuada.....	57
Capítulo 3 - Caracterização e evolução da SADC.....	58
3.1 Primórdios do processo da integração regional em África	58
3.1.1 Caracterização económica de África.....	58
3.1.2 A integração económica regional em África	60
3.2 A SADC como organismo estratégico	61
3.2.1 Breve contextualização histórica da África Austral	61
3.2.1.1 Desde a década de 1930 à independência	62
3.2.1.2 Estados da linha de frente (ELF).....	62
3.2.1.3 Da SADCC à SADC	63
3.3 Evolução económica da SADC.....	64
3.4 Síntese da análise efetuada	70
Capítulo 4 – Angola no contexto da SADC	71
4.1 Modelo de análise	71
4.2 Interpretação e discussão dos resultados obtidos	72
4.2.1 Classificação dos países da SADC da facilidade de fazer negócios	72
4.2.2 Domínios de análise dos índices do <i>ranking Doing Business</i>	73
Conclusões, recomendações e pistas futuras de investigação	85
Bibliografia.....	88

Índice de Figuras

Figura 1 - PIB <i>Per Capita</i> de Angola de 1960 a 1973.....	33
Figura 2 - Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (2002-2019).....	41
Figura 3 - Rendimento Nacional Bruto <i>per capita</i>	44
Figura 4 - Evolução da Conta Corrente de Angola (2002-2019).....	48
Figura 5 - Evolução da Balança Comercial de Angola (2002-2019)	49
Figura 6 - Evolução da Conta de Serviços de Angola (2002-2019)	50
Figura 7 - Evolução da Conta de Rendimentos Primários (2002-2019).....	51
Figura 8 - Evolução da Conta de Rendimentos Secundários (2002-2019)	51
Figura 9 - Evolução da conta corrente e seus componentes (2002-2019).....	52
Figura 10 - Evolução da conta de capital e financeira (2002-2019).....	53
Figura 11 - Evolução das reservas internacionais de 2010 a 2018 (USD Milhões)	54
Figura 12 - Importação Bens da Cesta Básica de 2016 a 2019 em USD milhões	55
Figura 13 - Meses de cobertura de importações de bens mais essenciais entre 2010 e 2018 (USD Milhões)	55
Figura 14 - Evolução Balança Pagamentos Angola e seus componentes (2002-2019).....	56
Figura 15 - Taxa de crescimento africana (2002-2016).....	59
Figura 16 - Crescimento de África vs. Média mundial	60
Figura 17 - Taxas de crescimento do PIB (%) de 2002 a 2019	68
Figura 18 - Países que mais cresceram em média entre 2002 e 2007.....	68
Figura 19 - Comércio dentro da SADC	69
Figura 20 - Principais parceiros de comércio dos países da SADC (2013)	70
Figura 21 - Modelo de Análise Regulamentação e Crescimento.....	72
Figura 22 - Começar um negócio em Angola.....	74
Figura 23 – Começar um Negócio nos membros da SADC	74
Figura 24 - Lidar com licenças de construção em Angola	75
Figura 25 - Lidar com licenças de construção nos membros da SADC	75

Figura 26 - Obtenção de Eletricidade em Angola.....	76
Figura 27 - Obtenção de Eletricidade nos membros da SADC.....	76
Figura 28 - Registo de propriedade em Angola.....	77
Figura 29 - Registo de propriedade nos membros da SADC.....	77
Figura 30 - Obtenção de Crédito em Angola.....	78
Figura 31 - Obtenção de Crédito nos membros da SADC.....	78
Figura 32 - Proteção de investidores minoritários em Angola	79
Figura 33 - Proteção de investidores minoritários nos membros da SADC	79
Figura 34 - Pagamento de impostos em Angola	80
Figura 35 - Pagamento de Impostos nos membros da SADC	80
Figura 36 - Comércio entre fronteiras em Angola.....	81
Figura 37 - Comércio entre fronteiras nos membros da SADC	81
Figura 38 - Execução de contratos em Angola.....	82
Figura 39 - Execução de contratos nos membros da SADC	82
Figura 40 - Resolução de Insolvências em Angola	83
Figura 41 - Resolução de insolvências nos membros da SADC	83
Figura 42 - Síntese da posição de Angola	84

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Índice de Preços do Consumidor e Taxas de Inflação	34
Tabela 2 – Taxa real de crescimento das grandes economias africanas (%).....	37
Tabela 3 - Participação das atividades no PIB (%)	38
Tabela 4 – Taxas de Crescimento da Agricultura, Indústria transformadora e Serviços Mercantis.....	39
Tabela 5 - Produto Interno Bruto (milhares de dólares).....	40
Tabela 6 - Desenvolvimento Humano de 2002 a 2018.....	43
Tabela 7 - Esperança de vida à nascença, média de anos de escolaridade e RNB <i>per capita</i> de Angola	44
Tabela 8 - Balança de Pagamentos de Angola 2002 a 2019.....	47
Tabela 9 - Alguns indicadores dos países da SADC	65
Tabela 10 – IDH e esperança média de vida na SADC.....	66
Tabela 11 - RNB per capita dos países da SADC.....	67
Tabela 12 – <i>Doing Business</i> dos Países Membros da SADC	73
Tabela 13 - Países membros da SADC com que Angola se encontra melhor ou igualmente posicionada	84

Introdução

Nas duas últimas décadas, a economia mundial registou importantes transformações, muito fomentadas pelo aumento das iniciativas de integração económica, pela intensificação da globalização nos anos 90 e pela incessante evolução das tecnologias de informação e comunicação. Este contexto, por inerência, alterou também, substancialmente as regras de interação económica regional.

A integração económica regional consiste num processo progressivo de agregar dois ou mais países, abolindo gradualmente, reduzindo ou eliminando as barreiras alfandegárias e/ou as barreiras migratórias com o objetivo de propiciar uma livre circulação de recursos produzidos pelos países membros, bem como, de pessoas.

A história mostra que o avanço dos processos de integração económica regional, ao longo dos anos tem superado as resistências políticas, dado origem a diferentes ondas de regionalismo, sendo a União Europeia um dos melhores exemplos de integração e cooperação em contexto de mundo globalizado. Mas as diferentes ondas de regionalismos também têm tido repercussões em outras partes do mundo, tal como na América do Norte, América do Sul, na Ásia e mais recentemente no continente Africano. Consideráveis cooperações têm sido feitas com o objetivo de crescer economicamente não apenas enquanto países individualmente, mas igualmente como blocos económicos.

Relativamente a África, vários estudos têm sido realizados com o objetivo de uma melhor compreensão sobre as possibilidades de aplicabilidade deste mecanismo, das suas vantagens e desvantagens num continente tão heterogéneo, como o Africano. Todavia, no que diz respeito à análise do processo de integração económica regional de Angola, particularmente, quanto à sua adesão à SADC, evidenciou-se em pesquisas anteriores uma certa lacuna quanto à vertente económica e à vertente de regulamentação, realidade que deu mote à importância de contribuir para ampliar o conhecimento existente.

Assim e tendo como alicerce os recentes passos dados pelo Governo de Angola rumo à entrada gradual na zona de comércio livre da SADC, a presente investigação visa contribuir com informação útil sobre o processo de integração regional em curso e sobre o desempenho de Angola. Para o efeito recorreu-se à revisão bibliográfica para descrever o processo, à informação estatística para caracterizar os desempenhos e ao modelo de análise desenvolvido por Yadav, Balaji, & Jebarajakirthy (2019) para introduzir uma visão sobre a crescente tendência de associação entre a regulamentação e o crescimento económico. Neste sentido, utilizou-se a metodologia aplicada pelo Banco Mundial, na avaliação do *Ranking de Doing Business*. Ao recolher e analisar dados quantitativos sobre o ambiente

regulatório das atividades empresariais em várias economias ao longo do tempo, o Banco Mundial incentiva os países a competir para alcançar uma regulamentação mais eficiente; oferece padrões de referência sobre reformas regulatórias; e serve como uma ferramenta para académicos, jornalistas, membros do governo, empresários, pesquisadores e outros interessados no ambiente de negócios de cada país (World Bank, 2020)

Em conformidade com a problemática identificada foi definida como Questão de Partida – ***Em que medida o fraco desempenho nos domínios no âmbito da regulamentação, apresentados no Doing Business condiciona um maior aproveitamento por parte de Angola da sua presença na SADC?***

Para dar resposta à pergunta formulada foram definidos como Objetivos Gerais: conhecer o processo de integração económica regional sob uma perspetiva mais conceptual; compreender o comportamento da economia angolana durante o período colonial e após o conflito interno; e descrever o processo de integração regional na África Austral.

Para alcançar os objetivos gerais e responder à questão de partida foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a evolução da economia angolana com particular atenção no PIB, na Balança de Pagamentos e no IDH;
- Analisar a evolução da SADC;
- Aferir a importância da economia angolana dentro da SADC e compreender a importância da SADC para a economia angolana;
- Avaliar o desempenho de Angola e dos restantes países sob o prisma dos Rankings do Banco Mundial;
- Identificar que fatores no âmbito dos domínios da metodologia do Banco Mundial são determinantes para Angola melhorar a sua participação no comércio intrarregional da SADC.

A escolha de um estudo descritivo, com uma abordagem quantitativa suportada em dados estatísticos e informação disponibilizada por organismos nacionais e internacionais de renome foi considerada como adequada para concretizar os objetivos propostos (Creswell, 2014).

Em termos de estrutura a presente investigação foi organizada por quatro capítulos, antecidos por uma introdução e pela parte pré-textual e precedidos por conclusões, recomendações e pistas futuras e parte pós-textual.

No primeiro capítulo - **Integração económica regional** - utiliza-se a revisão bibliográfica para evidenciar alguns conceitos e marcos históricos considerados relevantes para a compreensão do tema de Integração Económica Regional. Desta feita, é abordado o processo de integração económica regional, as formas porque passou ao longo do tempo, tendo os seus efeitos sido analisados por uma perspetiva estática e dinâmica. Posteriormente nas ondas de regionalismos são retratados os diferentes períodos e as influências nos diferentes locais do mundo e por último, destaca-se como este processo afeta os países com economias desiguais ou em vias de desenvolvimento.

O segundo capítulo – **A Economia e a sociedade Angolana** - retrata a economia e a sociedade angolana desde o período pré-colonial ao período posterior ao fim dos conflitos internos com especial ênfase no comportamento de alguns indicadores, isto é, o IDH, o PIB e da Balança de Pagamentos.

No terceiro capítulo – **Caracterização e evolução da SADC** - caracteriza-se o processo da integração económica regional na SADC com uma análise dos indicadores intrarregionais como o PIB e o comércio dentro e fora bloco, antecedida de uma sucinta abordagem da evolução do processo de integração económica em África, das relações entre as economias da SADC durante o período da presença colonial desde a década de 1930.

No capítulo quatro - **Angola no contexto da SADC** - em sintonia com a linha de pensamento de Yadav *et al.* (2019) e de Estevão *et al.* (2020) apresenta-se uma análise comparativa entre Angola e os restantes membros da SADC com base na metodologia e indicadores de *Doing Business* do Banco Mundial.

Posteriormente é feita uma síntese final na qual se apresenta as principais conclusões, limitações do estudo e pistas futuras.

Capítulo 1 – Integração económica regional

Com o apoio da contextualização histórica, no presente capítulo, utiliza-se o enquadramento bibliográfico para evidenciar alguns conceitos e abordagens consideradas de referência para a compreensão da problemática da integração Económica Regional.

1.1 Enquadramento conceptual

Os movimentos de integração económica não fazem parte apenas da história recente, dado que remontam pelo menos ao século XVIII, sob a forma de acordos bilaterais, consolidados por meio de tratados, no entanto, é consensual que na forma como os conhecemos hoje, o seu desenvolvimento foi incrementado após a Segunda Guerra Mundial (Cohn, 2016). No entanto, para muitos autores a teoria da integração económica passa por dois estádios de desenvolvimento, cada um com particularidades próprias dado que são alicerçados em questões políticas e económicas em conformidade com as características do seu tempo. A primeira fase inclui as teorias tradicionais de integração económica, que explicam os possíveis benefícios da integração numa perspetiva de análise estática. A segunda fase inclui as novas teorias de integração económica, desenvolvidas em função das mudanças nas condições económicas e no ambiente comercial. Ou seja, analisam os efeitos que a criação de uma união aduaneira provoca na localização da produção numa perspetiva dinâmica dos arranjos económicos (Marinov, 2014).

Em termos conceptuais as bases da Teoria da Integração Económica, desenvolvida na década de 50, são frequentemente atribuídas a Jacob Viner, que através da Teoria Pura do Comércio Internacional, publicada na obra *“The Customs Union Issue”* (1951), estabeleceu a distinção entre os efeitos de “criação de comércio” e “desvio de comércio” na construção de uma união aduaneira (Prado, 1997). O estudo de Viner é o primeiro a definir critérios específicos para a distinção de prós e contras da integração económica. A sua análise estática da integração económica distingue os efeitos da criação e do desvio de comércio, concluindo que a criação de comércio aumenta o bem-estar de um país, enquanto o desvio de comércio o reduz (Marinov, 2014). Até então as análises económicas da integração baseavam-se na teoria das vantagens comparativas, mas na década de 60 começa a ficar claro que a melhor alocação de recursos não é mais aplicável como justificação para a criação de uma união aduaneira e que a análise de efeitos estáticos não pode avaliar totalmente o impacto da integração (Cohn, 2016). É importante salientar que na época a discussão em torno das

dificuldades que o colonialismo impunha ao desenvolvimento de algumas colónias e ex-colónias evidenciava cada vez mais um conjunto de problemas e entraves, que frequentemente não estavam a ser considerados pelos investigadores, em particular os de natureza política, e que por si só representavam constrangimentos muitas vezes intransponíveis. Neste sentido, Balassa (1961) é dos primeiros pesquisadores que introduz o conceito dos efeitos dinâmicos da integração económica e cujo contributo adiciona uma nova dimensão à investigação nesta área (Marinov, 2014).

Balassa (1961,1969) propôs definir integração económica como um “processo” e como um “estado de coisas” e definiu como “processo” o conjunto de medidas destinado a abolir a discriminação entre unidades económicas de diferentes estados nacionais, e como “estado de coisas”, a situação que representa a ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais. O processo de integração, pode ser considerado como o caminho que é seguido com o propósito de alcançar níveis decrescentes de discriminação económica entre países. Este autor realça igualmente a importância de distinguir a integração, da cooperação.

Tendo em consideração os contributos mencionados, mas também os argumentos de Meade (1955), Lipsey (1957), Myrdal (1960), Cooper e Massell (1965), entre tantos outros, a integração económica distinguiu-se da teoria das vantagens comparativas, por considerar os aspetos geográficos para além das dissemelhanças inatas ou adquiridas dos países, na realização de um acordo de trocas comerciais. Assim, para ser viável iniciar um processo de junção à um determinado acordo de integração, ainda que com maior ênfase nas vantagens políticas deve-se ter em conta, para além das frequentes barreiras sociais e económicas, também o distanciamento entre os membros envolvidos.

Enquanto processo, a integração económica envolve diferentes formas (Sistema de preferências aduaneiras, Zona de comércio livre, União aduaneira, Mercado comum, União económica e União económica e monetária) e diferentes amplitudes, que se consubstanciam numa integração económica nacional (dentro das fronteiras do mesmo país), internacional (que implica a participação de um número restrito de países) e mundial (que engloba um número elevado de países à escala mundial) (Robson, 1985).

Considerando a classificação anterior entende-se por integração económica regional o processo de agregar dois ou mais países, abolindo gradualmente as barreiras existentes, passando desde a redução e eliminação das barreiras alfandegárias às barreiras migratórias alcançando assim o objetivo último de propiciar uma livre circulação dos recursos produzidos por parte dos membros, bem como de pessoas.

1.2 O processo de integração económica regional

O processo de integração económica regional conceptualmente tem sido associado a determinados termos tais como regionalismo, regionalismo económico, regionalização, coesão económica, região, entre outras expressões (Mesquita, 2019). Contudo, em muitos casos, as definições convergem no sentido em que a característica fundamental para criação de uma integração regional, seja a existência de uma proximidade geográfica entre os estados-membros, sob formas a facilitar o intercâmbio entre os mesmos, de acordo com os seus objetivos. Apesar da integração económica regional indicar uma cooperação restrita ao campo económico, é crucial a vontade política de cada membro de expansão além das suas fronteiras nacionais.

Segundo Medeiros (2013), este processo pode ser definido como sendo a vontade política dos governos, cujo interesse visa o favorecimento da criação de elos económicos internacionais com países geograficamente próximos. Deste modo, nesta fase de carácter mais institucional, a vontade política dos governos tem como função principal remover os obstáculos à circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas do interior da região.

Por se tratar de um processo amplamente vasto e não apenas do ponto de vista político ou económico, mas de uma grande variedade de aspetos, o mesmo pode ser decomposto em diferentes vertentes ou variedades de atuação no que diz respeito ao seu impacto. Neste sentido, segundo Mesquita (2019), a integração regional é um subtipo de um fenómeno mais amplo, o regionalismo. O regionalismo pode ser descrito quanto a sua abrangência, profundidade, institucionalização e centralização. Sendo que inicialmente centra-se na eliminação de barreiras comerciais e na formação de uniões alfandegárias de bens (abrangência e profundidade), à medida que a interação avança o seu rol estende-se para preencher barreiras não-tarifárias, regulação de mercados e o desenvolvimento de políticas comuns nos planos económicos (Hurrell, 1995).

Mariano (2015) refere que estas dimensões impactam, portanto, diretamente sobre o quotidiano dos agentes económicos que em virtude da crescente relação e posterior coordenação entre os governos vêm-se gradualmente atípicos em três momentos: (i) quando tudo se move, menos as pessoas, circulando livremente apenas os bens, os serviços e os capitais; (ii) quando os trabalhadores também se deslocam; e (iii) quando todos os habitantes se podem deslocar de um país para o outro.

Deste modo pode-se observar que o processo de integração económica regional se encontra intrinsecamente ligado ao regionalismo, assim como, outros termos a si associados (tais como o regionalismo económico, a regionalização, a coesão económica, região, etc.),

apesar de ser encarado também apenas como parte de um fenómeno mais geral. Em todo o caso, não deve ser encarado como sendo um processo estático, mas sim dinâmico, no qual os objetivos preconizados aquando da manifestação de interesse na formação de uma cooperação entre os membros, podem alterar-se de acordo com as mudanças que ocorrem frequentemente a nível mundial, sendo estas muitas vezes influenciadas pela direção levada por parte de organizações supranacionais de carácter regulatório que, todavia, em parte foram desencadeadas pela globalização.

Por estes, entre outros motivos, a integração económica regional vem sendo assim uma área de crescente relevância de estudos das relações comerciais internacionais, principalmente desde o período abrangido pela revolução industrial no século XIX, ao período posterior à Segunda Guerra Mundial.

Os acordos alcançados sobretudo após este último período para a formação de uma organização responsável pela monitorização e regulação do comércio a nível mundial, terminaram com o surgimento do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, ou GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) em 1947, um dos organismos mais influentes nas temáticas sobre o comércio internacional. Porém, somente depois de várias rondas de negociações (terminando com a Rodada Uruguai que se prolongou de 1986 a 1994), culminou-se a efetivação da atuação deste organismo em comum acordo dos membros signatários a nível da quantificação das tarifas a aplicar. A partir desta altura em diante, o sistema comercial a nível mundial adquiriu notáveis características de regionalismo, donde temas ligados a reduções das tarifas dos produtos industrializados assumiram maior relevância em detrimento dos temas ligados a agricultura e aos serviços (Garcia, 2001).

1.3 As formas de integração económica regional

A integração regional nos termos que a conhecemos hoje surgiu com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1951, e com seus posteriores desdobramentos na formação da Comunidade Económica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom), com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960, substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 1980 (Szucko, 2017). Com o passar dos anos muitos outros acordos foram celebrados e todos se desenvolveram de diferentes formas. Assim, as formas de integração económica regional podem ser observadas segundo o seu nível ou grau de aprofundamento, em função de diferentes estágios de integração (Hailu, 2014).

O grau mais profundo compreende os acordos cujo objetivo visa a livre circulação de pessoas e harmonização de políticas macroeconómicas em que se destaca o mercado comum e o grau de integração menos profundo, denominado como integração superficial, diz respeito apenas à livre circulação de mercadorias e de capitais, por via de uma determinada área de comércio livre (Moreira, 2010). Porém, para além destas formas de integração económica, Salvatore (2013) chama atenção para a existência de acordos preferenciais como forma de integrar economicamente um país ao outro por via de uma redução nas barreiras comerciais em relação às nações de fora desta cooperação.

Dependendo do contexto económico envolvido, a integração económica divide-se em integração sectorial, isto é, quando abrange sectores da atividade económica delimitados (como por exemplo a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), e também em integração geral, ou seja, quando a generalidade dos sectores económicos é abrangida (como por exemplo a União Europeia, Mercosul, etc.). A integração também pode ser positiva ou negativa. Segundo Tinbergen (1954) reveste-se de carácter positivo quando a integração implica a modificação ou criação de novos instrumentos e instituições, por forma a propiciar um funcionamento mais eficaz do mercado. A forma negativa, revela-se quando existe apenas a remoção das discriminações e das restrições à circulação de mercadorias.

A integração positiva, também designada de ativa aproxima-se mais de uma integração mais profunda, visto que tende a causar alterações nas políticas macroeconómicas, enquanto a integração negativa ou passiva pode ser aproximada a uma integração menos profunda, uma vez que se encontra mais voltada à livre circulação das mercadorias.

Alguns autores referem como forma de integração económica regional, os diferentes estágios pelo qual este processo faseado e contínuo passa. Neste sentido, são vários os autores que se baseiam na classificação feita por Balassa (1969): área de comércio livre, união aduaneira, mercado comum, união económica e a integração económica total (ou união económica e monetária, conforme alguns autores).

O primeiro estágio, a área de comércio livre, caracteriza-se pelo acordo entre dois ou mais países para criação de uma zona de livre circulação de mercadorias ou produtos, em que são reduzidas ou removidas as barreiras tarifárias existentes entre eles (desde que tenha origem na zona), o que envolve os direitos aduaneiros assim como as restrições quantitativas. Porém, a situação relativamente aos países externos à zona de livre circulação de mercadorias, continua de acordo com a pauta aduaneira de cada país, ou seja, face ao resto do mundo (os países que não se encontram integrados), cada país mantém a sua própria pauta aduaneira.

Em virtude do aumento do mercado, consumidores e empresas são beneficiados, uma vez que têm a oportunidade de adquirir novos produtos e a possibilidade de atingir uma maior quota de mercado. No entanto, para que seja garantida a competitividade num mercado que se prevê mais alargado, nesta forma de integração destaca-se ainda a utilização de regras de origem. Na verdade, as regras de origem são um elemento necessário das zonas de comércio livre, dado que evitam que mercadorias oriundas de fora da região integrada, entrem por intermédio de países com menor pauta aduaneira, operação conhecida como deflexão de comércio (ou desvio de tráfego comercial), ou seja, quando um país membro da integração passa a obter ganhos com a venda de produtos importados do exterior, utilizando taxas alfandegárias mais reduzidas em relação às utilizadas pelos restantes parceiros na importação de tais produtos da mesma origem (Pinto, 2004). A existência de situações de deflexão de comércio poderia, no limite, transformar o espaço de integração regional numa união aduaneira (Cunha, 2007).

Ainda sobre a área de comércio livre (primeiro estágio) ao longo da história económica foi notória a criação de algumas formas de integração económica do género, sobretudo a partir da década de 60, tendo como exemplos bem-sucedidos de acordo com o conceito de área de comércio livre supra apresentado, a Associação Europeia de Livre Comércio (*European Free Trade Association - EFTA*) formada inicialmente por sete estados-membros - Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça. Atualmente é constituída apenas por quatro países - Islândia, Liechtenstein, Noruega e a Suíça. Quando a França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo formaram a Comunidade Europeia (CE) como união aduaneira em 1957, a Grã-Bretanha não foi incluída porque queria manter seu sistema de preferências da Commonwealth. Para se juntar à CE, a Grã-Bretanha iria ter de aumentar as suas tarifas com os países da Comunidade Britânica para os mesmos níveis comuns. Em vez disso, a Grã-Bretanha formou a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) (Cohn, 2016). Outro exemplo é o caso da Área de Livre Comércio da América do Norte (*North American Free Trade Agreement – NAFTA*), constituída desde 1994 até a atualidade pelo Canadá, Estados Unidos e o México (Mesquita, 2019).

O segundo estágio de integração económica de acordo com a classificação de Balassa, é a união aduaneira. Neste estágio para além da livre circulação de mercadorias é criada uma política comercial comum, que consiste na formação de uma tarifa externa comum, ou seja, é aplicada uma pauta única sobre os produtos importados do exterior, que serve para delimitar a fronteira externa da região integrada em relação aos demais parceiros comerciais (Balassa, 1969).

Ao ser é eliminado o problema de deflexão de comércio, uma vez que ficam todos reduzidos à mesma pauta externa comum, o benefício obtido por meio das receitas provenientes das receitas aduaneiras é calculado em função de uma fórmula acordada retirando assim a possibilidade de um maior benefício por parte de um estado-membro, quer seja por intermédio de uma melhor localização geográfica ou por uma melhor rede de transporte (Cunha, 2007; Moreira, 2010).

Esta forma de integração termina assim com a discriminação quanto ao comércio de mercadorias dentro da área integrada, e são inclusive proibidas a aplicação de tarifas ou barreiras comerciais entre os seus participantes (Moreira, 2010). Neste estágio destaca-se ainda a negociação conjunta com países terceiros, no qual servem como exemplos bem-sucedidos a Comunidade Económica Europeia (CEE) depois de 1968 e o Mercosul (Pinto, 2004).

O terceiro estágio, o mercado comum por sua vez, pode ser identificado como um passo mais à frente em relação à uma união aduaneira, pelo facto de possuir para além de uma política comercial comum que possibilita a isenção de tarifas aduaneiras sobre as mercadorias, uma coordenação a nível das políticas concernentes aos outros dois dos fatores de produção mais impactantes para um bom funcionamento de uma economia integrada, como são o capital e o trabalho (Cohn, 2016). O que significa dizer que, a partir desta fase as economias integradas eliminam as barreiras sobre o capital e o trabalho, para além das barreiras comerciais permitindo assim também, a circulação de pessoas e serviços. O objetivo é promover o desenvolvimento harmonioso das atividades económicas em toda a Comunidade (Gaens, Venturi & Ayuso, 2020). Em todo o caso, para que tal seja possível, surge a necessidade da existência de instituições supranacionais que assegurem um coordenado e harmonioso funcionamento dos termos que propiciem esta nova etapa do bloco, e que incidam particularmente sobre as legislações fiscais e do trabalho nos países signatários (Moreira, 2010). São exemplos a Comunidade Andina (CAN) e Comunidade Europeia (CE) depois de 1993 (Mesquita, 2019).

A quarta fase da integração económica é a união económica, estágio no qual se pressupõe a existência de um mercado comum com políticas económicas coordenadas, isto é, substituem-se certas políticas económicas nacionais por políticas comuns (Pinto, 2004). Esta fase está vinculada ainda à criação de uma moeda única (substituindo-se assim as moedas nacionais de cada país), uma vez que é implantado um sistema de bancos centrais interdependentes e de um banco central da região integrada, o que permite a compatibilização das taxas de juros, das taxas de câmbio, a manutenção do nível de inflação bem como a

aplicação de políticas monetárias em função dos déficits públicos de cada país (Moreira, 2010).

A formação de uma integração económica total denominado por alguns autores como união económica e monetária, surge como o último e mais avançado tipo de integração regional. Esta fase caracteriza-se por possuir autoridades supranacionais que limitam o poder dos governos nacionais, estando estes também sujeitos à obediência daqueles. Desta forma, espera-se que seja garantida então a execução das políticas económicas, a competitividade dos agentes económicos no mercado comum, bem como a estabilidade da moeda criada e o seu poder de compra (Moreira, 2010).

O processo de criação de uma região totalmente integrada que teoricamente sucede percorrendo às cinco etapas supra apresentadas, pode causar pelo menos duas situações. Por um lado, à medida que nos afastamos de uma área de comércio livre para uma integração total, abolimos aos poucos, as restrições à livre circulação de mercadorias, fatores de produção, bem como de serviços dentro do bloco. No entanto, aumenta-se igualmente a discriminação em relação ao resto do mundo, no sentido em que há um incentivo cada menor para a troca mercadorias, por conta das barreiras tarifárias. Por outro lado, observa-se também uma maior harmonização das políticas entre os países que formam parte do bloco. Todavia, tal significa uma redução da autonomia nacional no uso de determinados instrumentos de política económica (Cohn, 2016).

É importante destacar que estágios de integração são modelos que não descrevem totalmente a realidade. A NAFTA, por exemplo, é uma área de comércio livre (estágio 1), mas as suas disposições exigem mais abertura para o investimento estrangeiro identificado com o estágio 3 (um mercado comum). No entanto, enquanto modelos as especificidades de cada estágio fornecem uma orientação de referência relevante (Cohn, 2016).

Para uma melhor compreensão do que acontece por dentro do processo de integração económica regional, torna-se indispensável uma análise dos custos e benefícios que este acarreta com base nos seus efeitos que podem ser estáticos ou dinâmicos, este será o alvo do seguinte ponto.

1.4 Os efeitos da integração económica regional

Apesar de formalmente o desiderato de se criar um bloco que se prevê que funcione de forma harmoniosa, ser fixado com o intuito de expandir o mercado dos estados membros, beneficiando assim os agentes económicos, este por sua vez, também estabelece limitações

na implementação de políticas nacionais, ficando os governos nacionais sujeitos à delimitação do seu campo de atuação (cedido pelas novas instituições supranacionais), o que enfraquece de forma considerável as políticas públicas nacionais, particularmente as viradas para o sector externo. No que diz respeito aos custos na produção, tal implica dizer que a integração regional reduz, portanto, o incentivo ao protecionismo no seio das atividades produtivas, colocando desta forma em risco principalmente o sector secundário nacional. Face a este risco, os países que almejam a sua participação num bloco económico regional devem examinar de forma criteriosa o seu nível de desenvolvimento, uma vez que dentro do bloco forma-se uma concorrência ilimitada.

Ainda do ponto de vista da produção, a integração económica regional pode provocar o desvio do comércio, que (Garcia, 2001) define como sendo a diminuição do comércio entre o bloco integrado com os países de fora da região integrada, desta feita, em função da eliminação dos encargos aduaneiros dentro da região integrada, a produção proveniente dos países extrabloco é posta de parte (não propriamente por serem menos eficientes).

Apresentados dois possíveis custos ou perdas provocadas pela integração regional, particularmente do ponto de vista da produção, que de forma sumária, centram-se na impossibilidade da implantação de instrumentos protecionistas para defender o desenvolvimento sobretudo do sector secundário, bem como, de um gradual desvio do comércio face aos países extrabloco, torna-se igualmente importante ressaltar o efeito positivo que a delimitação das políticas nacionais pode causar no seio do bloco pelo efeito de criação de comércio. A criação de comércio entre os estados-membros da região integrada motivada pela queda das barreiras nas trocas comerciais foi definida por Viner (1951) como sendo uma “coisa boa”, dado que, promove a eliminação de produtores menos eficientes (uma vez que se pode verificar uma movimentação geográfica da produção de uma fonte com maiores custos, para uma fonte com custos mais reduzidos) o que beneficia os consumidores uma vez que surge a possibilidade de aquisição de produtos mais baratos. Por conseguinte, os impactos da integração económica regional podem ser analisados tendo em consideração o que acontece entre uma área de comércio livre e uma união aduaneira, quer em termos de criação de comércio, quer em termos de desvio de comércio como protagonizou Viner (1951).

Enquanto a análise de Viner se concentrava nos efeitos sobre a produção de uma união aduaneira, Meade (1955) e Lipsey (1957) adicionaram o consumo. Meade (1955) introduziu também conceito de expansão do comércio como um fator potencial de melhoria do bem-estar económico e Lipsey (1957) abordou entre outros temas, o efeito de substituição entre mercadorias (Arguello, 2000). O estudo dos efeitos, devem ter em consideração aquilo

que sucede não apenas no curto prazo (análise estática), mas também o que acontece no longo prazo (análise dinâmica).

1.4.1 Análise estática

Conforme anteriormente mencionado é importante compreender os impactos dos efeitos de desvio e criação de comércio na integração económica regional, com enfoque nos dois estágios apresentados como iniciais para a criação de um bloco, ou seja, na passagem de uma área de comércio livre para uma união aduaneira.

Num processo de integração económica regional, esta análise foca-se em explicar o seu impacto de curto prazo sobre a afetação de recursos e sobre o bem-estar com base nos conceitos de criação e desvio de comércio. Tal impacto sobre a produção pode ser considerado positivo quando conduz à criação do comércio, substituindo-se os bens de produção nacional cujo custo seja mais elevado, por bens de origem externa, mas de um país parceiro, com custos de produção mais baixos e que, portanto, permitem uma poupança interna de recursos. Estes por sua vez podem ser utilizados de forma mais eficiente na produção de bens no qual o país possua vantagens comparativas, conduzindo assim à especialização (Viner, 1951).

Neste sentido, é possível notar um benefício da criação do comércio por via da análise estática, uma vez que como as barreiras comerciais são extintas, as empresas podem ter acesso aos novos mercados mais eficientes em termos de produção. Todavia, note-se que esta situação se torna vantajosa apenas numa união aduaneira e não propriamente quando criada uma área de comércio livre, uma vez que nesta última cada país envolvido no processo de criação do bloco ainda tem a possibilidade de criar a sua própria pauta aduaneira sujeita, no entanto, às regras de origem para inviabilizar a deflexão de comércio (Cunha, 2007). Assim verifica-se que a criação do comércio é mais propensa a existir numa união aduaneira pelo facto de todos os países envolvidos à partida, estarem sujeitos à uma pauta externa comum face aos países de fora do bloco.

Em todo o caso, para além do efeito positivo sobre a produção no âmbito de uma união aduaneira, Lipsey (1957) demonstrou ainda um efeito no mesmo sentido sobre a localização do consumo face ao resto do mundo. Esta situação, surge pelo efeito de criação de comércio, dado que perante um aumento do comércio interno, mesmo que a produção seja constante ou fixa, com novas empresas a atuar no mercado os padrões de consumo tendencialmente irão alterar-se pelo facto haver uma maior oferta. Portanto, podemos verificar

que mesmo que o efeito de produção não se verifique, o efeito do consumo continua a operar (Arguello, 2000).

Naturalmente associado a este aumento de consumo, está uma diminuição dos preços das mercadorias influenciado pela inexistência dos custos aduaneiros que surtiam efeito na área de comércio livre. Tal não aconteceria apenas se a procura dos bens não fosse afetada pelo preço dos mesmos, isto é, se a procura consistisse em bens ou produtos perfeitamente inelásticos, cuja sensibilidade à alteração dos preços não é verificável. Todavia, para que uma união aduaneira, ou qualquer outra forma de integração mais profunda, seja considerada como benéfica ou não, requer uma análise do seu impacto sobre bem-estar social, a qual deve ter igualmente em consideração o efeito do desvio de comércio.

O efeito desvio de comércio não surge apenas perante uma redução do nível das trocas entre a região integrada face ao resto do mundo (países extrabloco). Este também pode ocorrer no seio do bloco regional, e anular o efeito positivo sobre a produção gerado pelo efeito criação de comércio, quando no seio de uma união aduaneira, as importações internas (dentro do bloco) atingem custos mais elevados do que se as mercadorias fossem provenientes de algum país de fora da união aduaneira. Neste caso, pode-se verificar uma perda de bem-estar social relacionada com a eliminação da receita tarifária da qual os governos nacionais de cada estado-membro usufruíam (quando formava parte da área de comércio livre), antes de recorrer à união aduaneira. Ao nível do consumo, este efeito de desvio do comércio seria positivo numa união aduaneira, uma vez que apesar das mercadorias adquiridas aos países parceiros serem mais caras (refletidas pelos custos de produção), estas já não estão sujeitas aos encargos aduaneiros. Portanto, sempre que o efeito do consumo for maior por via de um menor preço final em relação aos custos de produção poderá ocorrer um aumento do bem-estar social. A localização geográfica dos parceiros também é relevante, porque regra geral, quanto mais distantes, ou menos acessíveis mais caro é o comércio entre eles, e, por conseguinte, os custos de transporte são um obstáculo e constituem um fator determinante na formação de uma união aduaneira (Inançli, & Mahamat, 2019).

Após esta análise, conclui-se que os efeitos sobre o bem-estar social de uma integração regional, podem variar quanto ao desvio ou criação de comércio, sendo que podemos estar mais próximos da criação do comércio e gerar bem-estar social, quando o efeito produção for positivo confirmado por uma substituição da produção interna de cada país, em favor da produção do parceiro. O bem-estar social pode ser afetado negativamente no desvio do comércio sempre que as trocas comerciais de dentro da região integrada forem

mais caras em relação a de fora da região. Ainda assim, no desvio do comércio a situação (quanto ao bem-estar) pode ser revertida por via de um maior consumo.

Esta análise, porém, evidencia apenas efeitos económicos isolados em cada situação. É possível que os efeitos de criação e desvio de comércio ocorram em simultâneo o que dificulta a conclusão dos seus efeitos sobre o bem-estar social. Uma vez que é possível que alguns membros da integração económica sejam prejudicados apesar da integração ser criadora de comércio, e que outros membros do processo de integração sejam beneficiados, mesmo que a integração económica seja desviada do comércio (Deme, & Ndrianasy, 2016).

Em todo o caso, Robson (1985) apresentou algumas generalizações relevantes para a análise dos efeitos de criação e desvio de comércio nas uniões aduaneiras: (i) quanto mais vasta for a área económica da união aduaneira e quantos mais países integrar, maior será a possibilidade de realizar criação de comércio em oposição a desvio de comércio; (ii) os efeitos relativos podem ser relacionados com o valor do nível do imposto médio antes e depois da constituição da união. Se o nível pós-união for mais baixo, é mais provável que a união seja criadora de comércio; se for mais alto, serão mais prováveis os efeitos de desvio de comércio; (iii) quanto mais competitivas forem as economias dos estados-membros, mais provável é a criação de comércio, no sentido de que é semelhante o leque de bens produzidos por indústrias de custos mais elevados, nas várias regiões da união aduaneira. Do mesmo modo, quanto menor for a sobreposição de produtos, menores serão as possibilidades de reafecção, que é a fonte da criação de comércio; e (iv) para uma dada situação de sobreposição, é natural que a criação de comércio predomine tanto mais quanto maiores forem as diferenças nos custos unitários das indústrias protegidas do mesmo sector ou entre as diferentes áreas da união uma vez que estas determinarão o tipo de economias a ser criadas pela liberdade de comércio entre os vários países membros.

O crescente número e complexidade dos acordos de comércio justifica o crescente interesse da investigação sobre esta área, tanto mais que pode ter impactos diferentes em função dos países serem mais ou menos desenvolvidos (Mattoo, Mulabdic, & Ruta, 2019). Neste sentido, a análise estática, tendo em consideração que se limita aos efeitos de curto prazo, corre o risco de se tornar demasiado simplista, ao não abordar impactos globais de longo prazo afetos às economias de escala, ao aumento da concorrência, bem como, sobre os investimentos e distribuição de rendimentos (Coelho, 2003). Para ultrapassar este constrangimento, recorre-se frequentemente à análise dinâmica, de modo a obter uma visão mais complementada e abrangente.

1.4.2 Análise dinâmica

Esta análise torna-se crucial para a justificação da opção de se formar ou não uma integração económica, uma vez que complementa a análise anterior. Neste sentido, Moreira (2010), apresenta uma análise relevante dos benefícios dinâmicos provenientes da integração, tanto do lado da oferta, como da procura. À partida um dos grandes ganhos do lado da oferta apresentado pelo autor, está intrinsecamente ligado ao que foi identificado por Robson (1985) como efeito da criação do comércio, ou seja, a ampliação do mercado. Nesta linha, portanto, as economias de escala criadas por uma maior eficiência e aumento da produção por via da redução dos custos inerentes à produção, poderá beneficiar os novos membros, ainda que para que este seja homogéneo torna-se necessário a existência de um elevado nível de produtividade do sector secundário. Ainda pelo lado da oferta pode ser identificado o aumento da taxa de investimento, uma vez que esta é influenciada pela formação bruta de capital fixo, que com a integração é previsivelmente maior à medida que as unidades produtivas outrora distanciadas pelas barreiras alfandegárias passam a estar mais próximas e geram um maior fluxo de capital externo nos países membros, melhorado pela redução das incertezas. Por outro lado, quanto a procura, a integração pode gerar uma maior diversidade de produtos e serviços com preços mais competitivos melhorando a alocação dos recursos na economia em virtude da liberalização comercial e beneficiando assim os consumidores.

Esta situação pode ser bem evidente, quando passamos de uma área de comércio livre, para uma união aduaneira. Dentro da união aduaneira as empresas dos países membros sujeitam-se a condições idênticas de acesso ao mercado reduzindo desse modo a possibilidade de monopólios ineficientes, fomentando uma maior concorrência e obrigando as empresas menos eficientes a inovar os métodos de produção e as estratégias de atração de clientes gerando um efeito potencial de criação de comércio. Esta concorrência interna poderá igualmente influenciar positivamente a qualidade dos produtos e dos serviços das empresas mais eficientes. Para além da possibilidade deste maior intercâmbio interno entre os estados-membros, surge naturalmente a intenção por parte de empresas multinacionais de países externos à integração de operarem dentro da união aduaneira por via da deslocalização de parte das suas cadeias de produção em função de maiores benefícios fiscais, de uma maior estabilidade da área integrada (isto acontece devido ao facto de os acordos de integração tornarem mais difíceis a modificação das políticas macroeconómicas). A procura de melhorias e de aumento da competitividade irá impulsionar um maior aproveitamento de economias de escala, o que influencia positivamente o nível de emprego na região integrada. Outros efeitos de longo prazo estudados pela análise dinâmica, podem ser verificados na especialização, na

criação e distribuição de rendimentos que consequentemente terão efeitos consideráveis sobre o crescimento económico (Pinto, 2004).

Os problemas da distribuição dos benefícios e custos da integração entre países economicamente muito desiguais, é outra das questões essenciais na análise dinâmica. Por exemplo se um dos países membros for economicamente mais forte, por possuir um mercado interno mais vasto (seja por ser geograficamente maior e possuir um maior leque de consumidores, ou por possuir maior poder de compra *per capita*), possuir melhores redes de transporte e infraestruturas, tiver vantagens comparativas mesmo após a integração, este país poderá ampliar o seu leque de especialização na produção de outros bens a custos marginais mais reduzidos e conquistar uma maior procura.

A distribuição de rendimentos também pode ser beneficiada à medida que o nível de integração for mais profundo pois, quanto mais integradas forem as políticas macroeconómicas menores serão os entraves de entrada e saída dos mesmos e menor é a possibilidade de perda cambial.

Através da análise dinâmica é possível obter uma maior abrangência dos efeitos causados pelo processo de integração económica regional, nomeadamente, conhecer os efeitos de criação e redução de comércio, o seu impacto ao nível dos indicadores económicos que expandem ou retraem a economia dos países integrados, no que diz respeito as economias de escala, à concorrência, ao nível do investimento, distribuição de rendimentos e ainda alguns dos efeitos sobre os países de fora da integração. Esta análise contribui assim para uma melhor apreciação da formação de um bloco sobre o bem-estar social, análise esta não contemplada pela análise estática conforme verificado atrás.

1.5 Ondas de regionalismo

Nas últimas décadas, o regionalismo, ou o que ficou conhecido como tal, tornou-se uma questão proeminente de análise, com especial relevo no âmbito das ciências sociais, tendo sido frequentemente considerado como um compromisso político para dar seguimento a um projeto regional específico (Hettne, 2005).

Neste sentido, a dinâmica regionalista desempenha um papel expressivo ao dar às fronteiras um significado político por via de acordos preferências e pode ser considerada como um processo de formação de uma área integrada por intermédio de normas comuns e pela adoção de tarifas preferenciais (Phillips, 2003: Souza 2018).

Por acordos preferenciais entende-se o estabelecimento de uma tarifa diferenciada entre dois países em relação aos demais países de um bloco. Com o crescimento do conteúdo teórico acerca do regionalismo económico, este foi segregado em dois vetores, o “velho regionalismo” e o “novo regionalismo”. O “velho regionalismo” teve os seus contornos em meados da década de cinquenta e afirmou-se durante a década de sessenta do século passado (primeira onda de regionalismo). E o “novo regionalismo” por sua vez, iniciou-se na década de oitenta, acentuando-se na década de noventa (segunda onda de regionalismo) com a proliferação de acordos a nível mundial. As antigas teorias ou abordagens do regionalismo estavam preocupadas com a paz e tendiam a ver o estado-nação como o problema em vez da solução (Hettne, 2005). Não sendo consensual em termos globais a noção de fronteira dentro de cada período da dinâmica regionalista, vamos considerar como exercício de reflexão três fases, que agrupam marcos históricos relevantes.

1.5.1 Primeira onda de regionalismo

Foi no contexto de criação de organismos supranacionais que surgiram as iniciativas integracionistas. Na década de 1950, seis países da Europa Ocidental iniciaram um processo de integração que levou ao estabelecimento de uma união aduaneira na década de 1960 (Pomfret, 2007). Para uma melhor compreensão, destaca-se que em 1950 o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Robert Schuman e o Chanceler alemão Konrad Adenauer, tiveram a ideia de criar condições para fomentar o mercado do carvão e do aço sob a gestão de uma autoridade independente. Esta ideia foi aceite por mais quatro países como a Bélgica, a Holanda, o Luxemburgo (Benelux) e a Itália. No ano seguinte em abril de 1951, estes seis países celebraram a denominada Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que abriu caminho para o futuro da integração europeia. Uma vez que este tratado tinha uma abrangência delimitada ao carvão e ao aço (sob alguma pressão da guerra fria), alguns anos depois em 1957, foram assinados os Tratados de Roma que instituíram a criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (*Euratom*) — sendo que a primeira foi com o objetivo de fomentar a integração num sentido mais económico através das trocas comerciais — que permitiram uma maior expressão da comunidade europeia a nível mundial (Menezes & Filho, 2006).

A CEE serviu de base para a integração regional de diversos países em desenvolvimento, principalmente aqueles que durante esse período retaliavam contra os seus colonizadores como foi o caso dos países do Continente Africano, das Caraíbas, da América Central e do Sul (Medeiros, 2013). Como consequência, ainda durante esta primeira onda de

regionalismos, no continente americano em 1960, fruto do Trado de Montevideu, foi criada a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) na qual faziam parte a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, a Colômbia, o México, o Equador, o Paraguai, o Perú o Uruguai e a Venezuela. Embora a ALALC não tenha alcançado seus objetivos, o regionalismo foi considerado como um meio para resolver questões macroeconómicas e alcançar o desenvolvimento. No mesmo ano foi ainda criado o Mercado Comum Centro Americano (MCCA) no qual fazem parte a Costa Rica, El Salvador, a Guatemala, as Honduras, e a Nicarágua. Em 1969, alguns países descontentes quanto a sua participação no ALALC, formaram a Comunidade Andina (CAN) sob o Pacto Andino que estabelecia uma integração económica do qual faziam parte a Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Perú, a Venezuela e o Chile, sendo que este último se retirou em 1976 e a Venezuela passou a formar parte do acordo apenas em 1973 (Menezes & Filho, 2006).

Em 1965 os países do mar das Caraíbas fundaram a ALCC (*Associação de Livre Comércio do Caribe*), pela Antígua e Barbuda, Barbados, a Guiana e Trindade e Tobago. Posteriormente juntaram-se a estes (entre 1968 e 1971), a Dominica, Grenada, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Neves, Monserrate, Jamaica e Belize e alteraram o nome em 1973 para CARICOM (Comunidade do Caribe).

No continente africano, pês embora já ter sido formada em 1910 ainda sob o domínio colonial a UAAA (União Aduaneira da África Austral), apenas cerca de cinco décadas depois, dentro do quadro temporal em análise é que começaram a surgir movimentos integracionistas (Geda, & Kibret, 2008). Neste sentido, destaca-se a criação da OUA (Organização da Unidade Africana) em 25 de maio de 1963 que influenciou o aparecimento de destacados movimentos integracionistas ao longo do continente tais como: a CAO (Comunidade da África Oriental) em 1967 do qual faz parte o Burundi, o Quênia, o Ruanda, o Sudão do Sul, a Tanzânia e o Uganda; a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) em 1975 do qual faz parte o Benim, o Burkina Faso, o Cabo Verde, a Costa do Marfim, a Gâmbia, o Gana, a Guiné-Conacri, a Guiné-Bissau, a Libéria, o Mali, o Níger, a Nigéria, o Senegal, a Serra Leoa e o Togo (Hettne, 2005; Tuluy, 2016; Coutinho & Canto, 2018).

No continente asiático, estas iniciativas integracionistas não passaram despercebidas. Em 1967, fundou-se a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSEA), por via da declaração de Bangkok. Nesta associação estiveram como membros fundadores a Indonésia, a Malásia, as Filipinas, a Singapura e a Tailândia. Posteriormente a eles juntaram-se o Brunei em 1984, o Vietnam em 1995, Laos e Mianmar em 1997 e Cambója em 1999 (Leandro, 2020).

1.5.2 Segunda onda de regionalismo

A segunda onda de regionalismo emerge em meados da década de 80 e 90 e destaca-se a nível europeu, pela assinatura no Luxemburgo e em Haia do Ato Único Europeu, o qual entrou em vigor em 1987, com vista a relançar a integração europeia e a realizar o mercado único europeu até 1993 e pelo Acordo de Schengen. Neste quadro temporal, verificou-se um maior aprofundamento da integração económica neste continente o que permitiu uma maior facilidade de atuação da União Europeia como bloco para fornecer ajudas sociais e económicas internas e externas (Medeiros, 2013).

Na segunda metade dos anos 60, e até a década de 80 pelo menos, os países da América Latina vivenciaram regimes militares e autoritários, o que de certa forma dificultou o percurso de integração regional (Ribeiro, Gontijo, & Antunes, 2018). Assim, a segunda vaga de regionalismo, no continente americano apenas sobressai em 1994 na América do Norte com a criação do Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) do qual fazem parte os Estados Unidos da América, o Canadá e o México. Neste período, na América do Sul, os acordos iniciados anos antes foram revitalizados e no intuito de formar a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) para substituir o ALALC, iniciou-se em 1991 por intermédio de quatro países daquela região — Argentina, Brasil, Uruguai e o Paraguai — a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) com o propósito de permitir a livre circulação dos bens produzidos por qualquer um daqueles países, esta iniciativa marcou uma nova geração de acordos comerciais preferenciais (Medeiros, 2013; Mariano, 2015).

Nos finais da década de setenta e início de oitenta, alguns países da África Austral no período de descolonização, influenciados sobretudo pelos Movimentos Pan-africanos que ocorreram ao longo do continente formaram o Estados da Linha da Frente (ELF) em 1975 que se dissipou em 1980 na SADCC (*Southern African Development Coordination Conference*) e doze anos mais tarde, em 1992, na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC - *Southern African Development Community*) que teve como países fundadores: Angola, Botswana, Lesoto, Malauí, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e o Zimbabué. Posteriormente se uniram à SADC a África do Sul (1994), as Ilhas Maurícias (1995), a República Democrática do Congo e as Ilhas Seicheles (1998), Madagáscar (2005) e os Comores (2018). Em 1989 alguns países do Norte de África juntaram-se para formar a União do Magreb Árabe (UMA), como um esforço político de regionalismo (SADC, 2019).

No continente asiático outros esforços foram surgindo para a criação de uma zona de comércio livre que ficou designada como Acordo de Livre Comércio do ANSEA (AFTA - *ANSEA Free Trade Agreement*). Esta área de comércio tem vindo a registar progressos

consideráveis a nível da redução das taxas dos produtos dentro do ANSEA. Nesta senda de regionalismos com países asiáticos, foi sugerido pela Austrália e posteriormente implementada, a Cooperação Económica Ásia-Pacífico ou CEAP (APEC - *Asia-Pacific Economic Cooperation*). A CEAP teve como membros fundadores em 1989, a Austrália, o Brunei, o Canadá, a Indonésia, o Japão, a Coreia, a Malásia, a Nova Zelândia, as Filipinas, a Singapura, a Tailândia e os Estados Unidos. Posteriormente em 1991, juntou-se a China, Hong Kong, em 1993 o México e a Papua Nova Guiné. No ano seguinte em 1994 juntou-se o Chile e quatro anos mais tarde, juntaram-se o Perú, a Rússia e o Vietnã (Leandro, 2020; Medeiros, 2013).

1.5.3 Terceira onda de regionalismo

A terceira onda de regionalismo não é caracterizada pela formação de novos blocos regionais conforme observado nas duas fases anteriores, mas sim pelo aprofundamento de blocos (quer pela mudança da estratégia e nomenclatura que tenha levado a criação do bloco, quer pelo avanço do estágio de integração) já existentes e pela adesão ou afastamentos dos membros. Conforme refere Medeiros (2013), esta terceira onda de regionalismo cronologicamente está marcada entre o final da década de 90 e a primeira década do século XXI. Nesta fase muito influenciada pela globalização passam a acontecer as deslocalizações das empresas, dos fatores de produção, bem como a segmentação internacional da produção. Uma vez que a integração constitui uma estratégia de inserção económica, a partir desta altura os obstáculos ao comércio são quebrados, estimula-se a concorrência internacional e são formadas zonas eficientes em termos de custos de produção (Souza, 2018).

De acordo com Mariano (2007), nesta fase do “novo regionalismo” ao contrário do que ocorreu no “velho regionalismo” em que os processos eram homogêneos entre si e seguiam o modelo europeu de integração de acordo com as suas etapas e pressupostos. No “novo regionalismo”, os processos avançam de acordo com os seus próprios dinamismos, características e objetivos. Adaptam-se as suas próprias circunstâncias económicas e sociais, sem terem de seguir forçosamente o “padrão pré-determinado” pelo modelo europeu de integração.

Como exemplo desta nova realidade destaca-se o Mercosul que mantém uma lógica institucional intergovernamental não havendo disposição de dar mais autonomia às premências regionais por parte dos negociadores (Mariano, 2015). Esta situação contrasta, por exemplo com o aprofundamento conseguido pela atual União Europeia, que por via da criação do euro, tem como instituição supranacional o Banco Central Europeu (BCE) que

juntamente com os bancos centrais dos países da área do euro formam o Eurosistema que entre outras atribuições, permite a estabilidade de preços e a salvaguarda da moeda nos dezanove países aderentes (BCE, 2021).

Em suma, com base no exposto, consegue-se notar que o regionalismo económico ganhou maiores contornos na segunda onda de integração, ao passo que a primeira onda tinha maiores contornos políticos e militares em consequência de alguns fatores como a guerra fria e a descolonização (particularmente para boa parte dos países do continente africano). Porém, no final da segunda e na terceira onda de regionalismo (novo regionalismo), sobressai a incidência do fenómeno da globalização sobre a abolição da discriminação na circulação de mercadorias, pessoas e capitais e consequente aprofundamento dos níveis de integração (Souza, 2018).

1.6 A integração económica em economias desiguais

A interdependência entre os países a nível mundial, muito influenciada pela globalização tem vindo a progredir a um ritmo muito acentuado. Essa interdependência é um fenómeno multidimensional complexo que envolve a interação política, social e económica, tanto a nível nacional, como a nível internacional. No entanto, a existência de diferentes abordagens ligadas ao fenómeno da globalização, a que acresce a Integração Económica em Economias Desiguais, coloca grandes desafios aos governos e as instituições, nacionais, regionais e internacionais.

Chinaglia (2020) refere que deve ser feita distinção entre globalização produtiva e a globalização financeira. A globalização produtiva, envolve a internacionalização da produção, o acirramento da concorrência entre os países no sistema internacional e a integração das estruturas produtivas das economias mundiais, enquanto a globalização financeira incide na propagação dos fluxos financeiros internacionais, no aumento da concorrência entre os mercados de capitais globais e no aumento da integração entre os sistemas financeiros. Neste sentido, o processo de globalização, motivou um replaneamento em vários países das políticas de crescimento e desenvolvimento económico, mas também, das políticas dos reguladores. Para esta façanha, as inovações tecnológicas serviram como instrumento facilitador para a integração dos mercados financeiros, por via da desregulamentação e crescente desintermediação financeira. Por conseguinte, o fenómeno da globalização, está intimamente ligado ao processo de integração económica sobretudo nas últimas décadas do século passado, inusitadamente caracterizado por vários blocos, com o intuito de fazer frente

aos efeitos disruptivos da globalização. De uma forma geral o impacto da globalização no processo de integração económica pode ser observado resumidamente na esquematização da globalização apresentada por Medeiros (2013) ao separar as consequências daquela em cinco aspetos importantes.

O primeiro aspeto está relacionado com as inovações tecnológicas, dado que estas constituíram uma área fortemente impulsionadora, no sector dos transportes e no campo das telecomunicações (as chamadas tecnologias de informação), em particular a introdução de motores a jato a nível da aviação, na via terrestre as infraestruturas propiciaram o exponencial aumento do transporte rodoviário, no mar deu-se a contentorização para o transporte de mercadorias, inovações a que acresce o surgimento da internet em 1989 e posteriormente do primeiro site. O segundo aspeto reflete-se no campo da energia, em que grandes jazidas de petróleo na Arábia, juntamente com o gás natural permitiram a substituição do carvão na produção industrial, e consequentemente a integração mundial dos países produtores do crude. Uma inversão de tendência dos preços para subida, (na década de quarenta estes apresentavam-se como uma fonte abundante e de baixo custo de energia), ocorre devido aos dois choques petrolíferos nos anos setenta (1973 e 1979). Um terceiro aspeto sucede no campo alimentar, onde a revolução verde com início nos anos sessenta estimulou um aumento da produção alimentar. A disponibilidade de alimentos em quantidade, qualidade e preço, é essencial para estabilidade social e política. Um quarto aspeto tem incidência na área da política, onde alguns acontecimentos como a queda dos impérios coloniais, com particular ênfase no Continente Africano, a Guerra Fria (donde se destacam a guerra da Coreia, a crise do canal de Suez, entre outros), a reforma económica da China (que posteriormente, em 2002 passou a fazer parte da Organização Mundial do Comércio - OMC), o desmantelamento do Muro de Berlim (1989) e posteriormente a separação da União Soviética, marcaram inevitavelmente a época posterior à 2ª Guerra Mundial. O quinto aspeto verifica-se no campo da Política Económica, que foi substancialmente alterada em virtude da eliminação das restrições ao comércio internacional, na sequência das negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), mas também, pelas iniciativas à livre movimentação de capitais, desregulamentação dos transportes internacionais e das comunicações (Medeiros, 2013, Pacheco, 2016). Este último aspeto constituiu a chave da globalização e uma das principais fontes do impacto do fenómeno sobre a integração económica, uma vez que originou inúmeros acordos e regionalismos entre países com diferentes níveis de desenvolvimento. No caso dos países em vias de desenvolvimento, passaram a ser frequentes os processos de integração económica regional e a criação de uniões aduaneiras. A relevância da integração regional económica prende-se, dentre outras razões, com a possibilidade de um alargamento

do mercado e consequentemente a superação de divisões ou barreiras que impedem o crescimento económico.

De acordo com a literatura e também com o que já foi realçado nas diferentes ondas de regionalismos, alguns agrupamentos regionais ocorreram para propiciar a coesão política interna e externa (como por exemplo a SADC), no entanto, outros nasceram com objetivos puramente económico e financeiros. No entanto, o mundo globalizado permitiu que independentemente dos objetivos as relações entre os diferentes países se consolidassem, através da troca de bens e serviços, de conhecimentos e de capitais, a custos baixos (Chinaglia, 2020). Além disso, mais do que atrair investimentos através da globalização produtiva, os fluxos financeiros também passaram a fazer parte das relações internacionais, realidade essencial para que os países com economias desiguais no seio do bloco regional conseguissem incrementar a produção e o comércio. Agilizar a criação de comércio, implica o aumento do comércio dentro da região integrada em detrimento do comércio com os países extrabloco. Porém, a realidade dos países em vias de desenvolvimento nem sempre permite uma criação de comércio sustentada, devido a fraca ou inexistente capacidade industrial para promover a produção intrarregional, facto que empurra os países com economias assimétricas a recorrer aos países de fora do bloco para obter muitas vezes bens ou produtos básicos, gerando o desvio de comércio (Izerrougene, 2007).

Ora, esta realidade torna imprescindível que os países de economias desiguais repensem a sua estratégia de política externa, tendo em consideração as vantagens e constrangimentos da integração económica, não apenas a curto prazo pelos conceitos de criação e desvio de comércio por via da afetação ótima dos recursos existentes (análise estática), mas também, pelos objetivos de longo prazo de crescimento e desenvolvimento económico (análise dinâmica).

Como mencionado, os países com economias desiguais têm potencialmente vantagens para recorrer à integração económica, no entanto, as condições económicas e sociais nem sempre são favoráveis, uma vez que o seu nível de produção é baixo, o que os leva a dar maior importância ao comércio externo (extrarregional) em detrimento do comércio interno (intrarregional). Assim, os países em vias de desenvolvimento limitam-se a exportar matérias-primas e a importar bens intermediários ou finais, tornando este processo dispendioso (encargos aduaneiros e taxas de câmbio) aquando da sua relação comercial com os países industrializados (Coelho, 2003).

Por conseguinte, é possível observar que caso os países em vias de desenvolvimento optem por enveredar pelo caminho de formar uma integração económica regional cingindo-se apenas à uma análise de curto prazo, ou seja, estática, incorrerem em

desvio de comércio por causa da sua fraca capacidade produtiva. Logo, torna-se necessário fazer uma abordagem por via de uma análise dinâmica, que conforme visto anteriormente envolve o impacto sobre os indicadores económicos o que permitem tomar decisões mais adequadas de política económica (Nabais & Ferreira, 2012).

Cumpre ainda destacar que na integração regional entre países desenvolvidos, estes exploram os ganhos decorrentes da integração como o aumento e a liberalização do comércio (resultante de trocas comerciais no seio de países industrializados). Nos países em vias de desenvolvimento, o processo de integração regional almeja-se que se traduza numa maior atratividade para o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e, portanto, num caminho para o crescimento e desenvolvimento económico (Krapohl & Fink, 2013). Esta assunção é plausível, pois com maior investimento externo, formam-se novas parcerias de negociação, criam-se indústrias e consequentemente estimula-se o consumo. Conforme referem Krapohl e Fink (2013), para efeitos de tamanho e estabilidade, a integração regional é benéfica, no entanto, depende do grau homogeneidade e de assimetria. Assim, de um modo geral, uma política de investimentos, e em particular de inovação tecnológica que aumente a produtividade e que contribua para preservar o ambiente, consiste numa das melhores respostas face aos desafios da globalização (Pacheco, 2016).

Note-se que nos países em vias de desenvolvimento, o poder de compra da maioria da sua população é reduzido, pelo que os seus poucos recursos são canalizados principalmente para bens de consumo primário, ou seja, de primeira necessidade. A integração regional e consequente redução ou extinção das barreiras alfandegárias, ao se traduzir numa expansão do mercado manufaturado caso promova a criação de indústrias e a incorporação de inovação, fomenta a possibilidade de alcançar maior produtividade e economias de escala. Porém, conforme Krapohl e Fink (2013) explicam, estas hipóteses são mais prováveis em regiões integradas com economias simétricas, dado que nas regiões de economias desiguais (assimétricas), os benefícios de uma maior visibilidade externa podem recair para a potência da região integrada em detrimento dos países menos fortes.

Neste contexto, e devido às condições desfavoráveis frequentemente verificadas nos países em vias de desenvolvimento a hipótese de criação de uma integração económica regional deve ser considerada em função de fatores como a importância relativa do bloco para a economia global (deve-se ter em conta o seu grau de atratividade de IDE), o nível de industrialização (fator fulcral para a estratégia regional de substituição de importações), o seu potencial de exportação de produtos manufaturados aos mercados mundiais, meios de comunicação e de transporte, a dimensão das economias de escala e os custos de produção. Além destes fatores dinâmicos que se devem ter em ponderação, igualmente se deve

considerar os fatores complementares ainda que disruptivos para o livre funcionamento do mercado. É interessante também analisar os diferentes apoios e incentivos, em particular as compensações no âmbito da política fiscal e cambial.

Capítulo 2 - A sociedade e a economia Angolana

Tendo como propósito a compreensão da realidade Angolana, neste capítulo apresenta-se uma breve contextualização do percurso económico, social e político recente, com especial destaque para o Produto Interno Bruto, para o Índice de Desenvolvimento Humano e para o comportamento da Balança de Pagamentos.

2.1 Caracterização de Angola

Angola é um país situado na costa ocidental do continente africano, que foi colónia Portuguesa de 1482 até à proclamação da sua independência em 11 de novembro de 1975. Antes de obter este nome que é uma derivação portuguesa, denominava-se por uma palavra bantu *N'gola* que fazia referência ao título dos chefes nativos da região no século XVI (Figueiredo, 2011). Após a definição diplomática das suas fronteiras, realizada entre 1885 e 1891, passou a gozar de uma superfície total de 1.246.700 km², dos quais 4.837 km de fronteira terrestre e 1.650 km de fronteira marítima (Vunge 2015). O país conta com cerca de 30 milhões de habitantes, tem um território organizado em dezoito províncias, faz fronteira a Norte e nordeste com a República do Congo e com a República Democrática do Congo (Congo Brazzaville), a Sul com a República da Namíbia, a Leste com a Zâmbia e com a R República Democrática do Congo e a Oeste é limitada pelo Oceano Atlântico. O solo e subsolo de Angola são de um modo geral muito ricos e o país possui diversos recursos naturais, nomeadamente, agrícolas, mineiros, hídricos, florestais. A nível da agricultura, tem como principais produtos o café, a cana, a banana, o sisal, o milho, o algodão, o tabaco e a mandioca. Para além destes recursos naturais, o país tem montanhas, parques, reservas naturais e praias deslumbrantes, que são pontos turísticos de grande atratividade. Em termos de recursos naturais não renováveis além do petróleo, existe também uma variedade de recursos minerais como o diamante, o ferro, o mármore, o granito, o ouro, o manganês, o cobre, o berílio, etc. Os recursos hídricos caracterizam-se por abundantes rios, aproveitados como fonte de água potável e elétrica, que servem também para a irrigação dos campos agrícolas. Apesar da pouca expressão na economia do país, a atividade pesqueira representa uma área relevante em termos de consumo interno, como as espécies de carapau e da sardinha, e para exportação o camarão e o caranguejo real (Vunge,2015).

2.2 Antecedentes históricos

Conforme mencionada anteriormente Angola foi uma colónia Portuguesa, desde o século XV, mas também por lá estiveram os Holandeses, com uma breve passagem pela província de Luanda (Vunge, 2015).

Quando os europeus chegaram a África, no território que hoje é reconhecido como Angola já habitavam vários povos de origem *Bantu* e *Khoisan* (Hotentotes e Bosquímanos). Os primeiros estavam organizados em reinos, para além da produção artesanal, sabiam trabalhar o ferro para produzir enxadas, pontas de lanças, etc., o que lhes permitia cultivar a terra de forma organizada. Em relação aos *Khoisan*, estes estavam divididos em clãs, eram nómadas, caçadores praticamente alheios à atividade agrícola. Nesta altura ao nível da extensão territorial de Angola, os povos estavam distribuídos de acordo com as suas atividades, ao Norte por agricultores, no Sul por pastores e ao Centro por agricultores e pastores. Porém todos trabalhavam e todas as lavras pertenciam a todos, o que significa dizer que o conceito de propriedade individual era impensável, ideologia alterada com a chegada dos portugueses no final do século XV (Pacheco *et al.*, 2018).

No que diz respeito ao comércio além-fronteiras, ainda antes da chegada dos portugueses, o reino do Congo apresentava uma estrutura socioeconómica e política, que lhes permitiu fazer de reinos menos desenvolvidos como por exemplo Ngoyo e Cacongo, vassalos, com a contrapartida do pagamento de tributo. O comércio transnacional era feito com a utilização do Nzimbu (pequena concha ou búzio extraído na ilha de Luanda) como moeda de troca (Pacheco *et al.*, 2018). É neste cenário de domínio do Reino do Congo, que chegaram em 1482 as caravelas portuguesas à foz do rio Zaire, sob o comando de Diogo Cão enviados pelo então rei de Portugal, D. João II. Com a chegada portuguesa surge a escravatura comercial, a qual foi intensificada com a venda de pessoas para outras partes do mundo, nomeadamente para o Brasil. Até então era apenas praticada a escravatura doméstica, na qual as pessoas tornavam-se escravas por incapacidade de pagamento de uma dívida, ou por serem cativos de guerra (Figueiredo, 2011). Para além do incremento da escravatura são também introduzidos novos produtos no mercado, como especiarias, álcool, tabaco, tecidos, entre outros, que suscitaram divisões ao nível do Reino do Congo com o passar do tempo. Além dos portugueses, também os holandeses tomaram Luanda entre 1641 e 1648, fazendo aliança com uma poderosa governante da parte Sul do Reino do Congo, concretamente do reino do Ndongo a Rainha Jinga (Ana de Sousa). Após anos de batalhas para obtenção do controlo total do território angolano, Portugal consegue converter Angola numa província.

Em termos de conceção económica até aos anos sessenta do século XX, Angola vivenciou uma lógica colonial, exportando matérias-primas em bruto e importando de Portugal produtos transformados. Indiferente às grandes mudanças a nível mundial, quer em termos de guerras, quer sobre os processos de independência no continente africano, só em 1961 é que Angola inicia o seu processo de luta armada pela independência, o qual se veio a concretizar em 1975. Os três movimentos nacionalistas envolvidos foram o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Todavia, os interesses internacionais crescentes pelo recurso ao petróleo, bem como, as estratégias dos países envolvidos na guerra fria, influenciaram a incompatibilidade de interesses dos partidos políticos criando um cenário de conflito, que deu origem à guerra civil que perdurou, com alguns intervalos, até a assinatura do acordo de paz em 4 de abril de 2002 (Vunge, 2015).

Em suma, a história de Angola pode ser dividida em cinco períodos. O primeiro período antes da chegada dos portugueses, em que os *Bantu* e os *Khoisan*, que deambulavam pelo continente se afirmaram em algumas atividades como a agricultura e a caça. O segundo época em que o Reino do Congo era dominante ao ponto de constituir outros povos vassalos, graças a sua maior organização social económica e política, para além da sua extensão. Um terceiro que coincide com a ocupação pelos portugueses com uma rápida passagem dos holandeses. Um quarto período que se caracteriza pela presença portuguesa, num novo contexto marcado pelo fim das duas grandes guerras mundiais, pela criação de organismos supranacionais e pela independência de muitos países do continente africano. O quinto período pode ser visto como aquele que em função dos interesses internacionais e em parte da ambição entre os movimentos políticos que lutaram pela independência, se dá início à guerra civil que ainda hoje, após quase vinte anos desde a assinatura do acordo de paz, são notáveis os vestígios do atraso no desenvolvimento da economia do país e a presença na memória de muitos cidadãos. Apresentada uma breve panorâmica histórica, cumpre agora abordar alguns dos aspetos económicos mais relevantes.

2.3 Evolução económica de Angola

A evolução da economia angolana caracteriza-se por diferentes momentos, face ao seu enquadramento histórico. Com a divisão do continente africano por parte de líderes europeus por meio da conferência de Berlim, começou-se uma nova era de “pré-industrialização” que fomentou a criação de condições para transportar produtos agrícolas por terra, em particular pelas linhas férreas. É neste período que o ciclo da escravatura cede aos

poucos e dá-se início ao processo de diversificação interna e de exportação de outros produtos como a borracha, a cera e o café entre outros, sendo este último o de maior contributo para o saldo positivo da balança comercial.

Com o incremento da indústria extrativa graças ao mercado emergente do petróleo e dos diamantes, a economia angolana passa a focar-se muito nestes dois recursos opção que fomentou a ruína do tão desejado objetivo de diversificar a economia, após a independência. Neste contexto o sector agrícola, tornou-se obsoleto, contribuindo para tornar o país demasiado dependente das importações de produtos básicos para a satisfação das necessidades da sua população. Toda esta situação culmina com o país mergulhado numa crise económica e financeira ocasionada por altas taxas de inflação, escassez de divisas e consequente incapacidade de honrar compromissos feitos com agentes económicos estrangeiros, a que se acresce uma degradação da imagem internacional por causa dos casos de corrupção (escamoteada ao longo dos anos) e uma redução de investimentos externos, situação que tem tentado sido revertida com uma mudança da imagem política. O desencadear mais detalhado destas situações sobre a economia angolana, será alvo de abordagem nos pontos a seguir.

2.3.1 Do período pré-colonial à independência

O facto de o presente tópico não apresentar uma periodização concreta, prende-se com a dificuldade de encontrar registos confiáveis até a chegada das caravelas portuguesas sobre o território africano. Note-se que a cartografia de boa parte do período antecessor aos séculos XVIII e XIX foi produzida após a chegada e marcação dos locais considerados de interesse por parte dos europeus sobre o continente africano (Barreira, 2018), a qual foi sendo desenvolvida à medida que viajantes, comerciantes e missionários as redigiam.

Antes do início do domínio português a economia angolana pode ser caracterizada como uma economia de subsistência, basicamente artesanal, onde a preocupação pelo bem-estar de todos imperava sobre o individualismo. As atividades dos *Bantu* e dos *Khoisan* para satisfazer as suas necessidades, consistiam fundamentalmente no rudimentar processo agrícola, bem como, na pastorícia. Ao contrário do que se pode pensar, nesta altura particularmente nas comunidades *Bantu*, já se praticava a divisão de trabalho entre os dois géneros. O homem encarregava-se da desmatação e lavragem dos terrenos, enquanto as mulheres para além das suas responsabilidades domésticas, estavam encarregues de cultivar e colher. No que diz respeito à pastorícia, esta não era feita de forma localizada, isto é, não havia uma região específica na qual esta poderia ser desenvolvida, sendo a atividade

realizada de forma ambulante nos locais em que o capim fresco era abundante e em função das estações (Pacheco *et al.*, 2018).

Com o tempo, Angola passou a ser dividida entre reinos, dentre os quais se destacou o reino do Congo que por intermédio dos reinos vassallos (a quem em caso de incumprimento de impostos pagos com *nzimbo*, eram feitos escravos), aumentava a sua hegemonia pelo país e por uma parte considerável do continente. Em termos de produção, quer para o comércio, quer para o uso doméstico, destacava-se a construção de ferramentas, equipamentos e utensílios de ferro e o cobre, objetos que contribuíram para melhorar a produtividade da atividade agropecuária. Entre os produtos de cultivo sobressaíam o sorgo, o milho, o inhame a banana e a pastorícia que aos poucos ia sendo cada vez mais popular no reino (Barreira, 2018; Pacheco *et al.*, 2018). Para além da atividade agropecuária, também se realizava caça e pesca para consumo individual e para comercialização (Hilton, 1985). O comércio fazia-se por troca direta, entre os nativos e os navegantes europeus. Aos poucos com a intensificação do comércio, os nativos passaram também a vender os seus compatriotas. Nos séculos seguintes, entre o século XVI e XIX, dá-se início a uma fase de expansão do tráfico de escravos a nível mundial, na qual segundo Pacheco *et al.* (2018) Angola deve ter perdido cerca de onze milhões de pessoas.

Neste período o território angolano foi dividido em dois grupos - os indígenas, que integravam os indivíduos de origem africana que viviam em contexto de sociedades tribais e o grupo dos civilizados do qual faziam parte naturalmente os europeus, bem como, os africanos portadores de condições para usufruírem da cidadania portuguesa pelo fato de serem alfabetizados (Valério & Fontoura, 1994). Esta divisão relegou o grupo dos indígenas ao tráfico de escravos, enquanto os nativos africanos do grupo dos civilizados, incorporaram a nova era de modernização dos setores produtivos à semelhança da revolução industrial que se fazia sentir em Portugal e que os portugueses pretendiam transferir para Angola. Desta nova dinâmica económica passou a destacar-se a produção de borracha que mais tarde se tornou responsável pela maior parte do volume das exportações da balança comercial, seguida pelo marfim e pela cera. A produção de feijão, de óleo de rícino, de milho, etc., foi também bastante estimulada pelos novos empreendimentos. Porém, no final do século XIX, as relações entre o colono e o colonizador tornaram-se tensas devido ao aumento das tarifas alfandegárias sobre produtos tão bem-encarados pelos consumidores angolanos como o caso do vinho e dos têxteis. O aumento dos impostos aduaneiros sobre estes produtos não foi acompanhado por um aumento dos encargos aduaneiros sobre os produtos que Portugal importava de Angola, o que permitiu a Portugal continuar a importar matéria-prima ou produtos acabados mais baratos. Em 1930 foi aprovado o Ato Colonial que impunha o fornecimento de matérias-primas a Portugal, procedimento que Valério e Fontoura (1994) consideram como

fonte de inibição da industrialização em Angola. Esta situação foi revertida após ser ultrapassada a grande depressão que se iniciara nos E.U.A nos anos vinte e cujas consequências se alastraram até 1933. Ultrapassada a grande recessão inicia-se um novo ciclo de procura de novos produtos, estando o café em destaque entre 1946 e 1972. No entanto, não era apenas este o responsável pelo crescimento económico de Angola, dado que os valores registados revelam níveis importantes de produção e exportação de sisal, de açúcar, de algodão, bem como, de diamantes. Na verdade, as potencialidades de Angola não passaram despercebidas aos portugueses o que fomentou a emigração para aquele país. Esta migração “em massa” de portugueses para Angola foi essencial no processo de desenvolvimento da agricultura e da industrialização do país na década de 60.

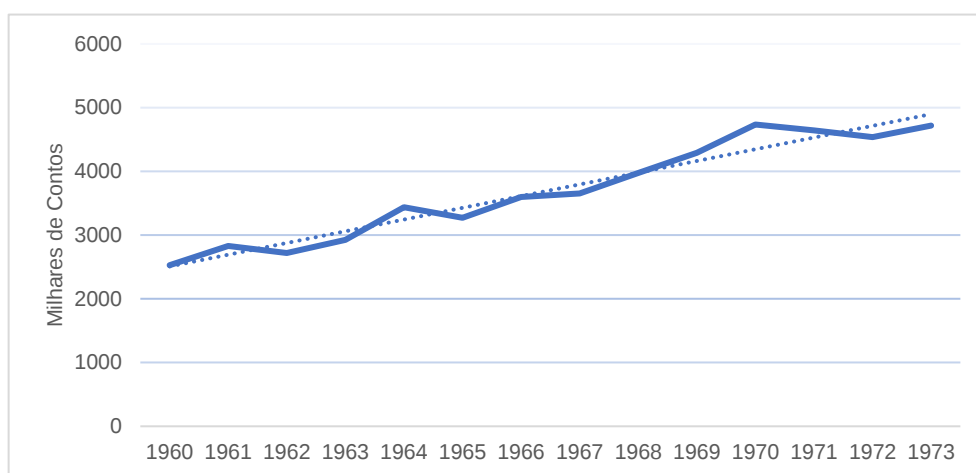
As plantações de algodão, açúcar, café, sisal, localizavam-se essencialmente no noroeste de Angola e a atividade pesqueira e de extração de minério de ferro, na região sudoeste. Algumas cidades por via da sua posição geográfica e do seu potencial produtor, receberam o rótulo de principais, como foi o caso de Luanda, Benguela, Lobito, Huambo, Lubango e o Namibe. Como tal, os caminhos-de-ferro foram planeados para as interligar. Os caminhos-de-ferro de Benguela ligavam o Huambo e o Cuíto, estendendo-se até à parte nordeste do país; as linhas de Luanda chegavam até Malanje; Namibe foi ligado ao vizinho Lubango (estes estavam interligados, tanto por via-férrea, como marítima por intermédio dos portos). A melhoria dos transportes facilitava a mobilidade de pessoas e bens (Valério & Fontoura, 1994). O planeamento das linhas visava abastecer o mercado interno, mas também assegurar uma competitividade face ao exterior relativamente ao fornecimento de matérias-primas (Ferreira, 1990).

Na década de 60 com o sistema de pagamentos ainda sob o controlo do colono, dá-se a expansão de algumas instituições e balcões de bancos da metrópole ao longo do território angolano. Nos anos seguintes é aprovado o Decreto-Lei nº 44 016 (1961) que institui a criação de uma zona de comércio livre denominada por Espaço Económico Português (EEP) e criam-se as condições para uma mudança de panorama da economia angolana. Este projeto pretendia a abolição progressiva das restrições quantitativas e das barreiras alfandegárias, assim como, a liberalização crescente das prestações de serviço e dos movimentos de capitais (Ferreira, 1990; Torres, 1983).

Neste período o Valor Bruto da Produção (VAB), sem incluir o tabaco, os derivados do petróleo, o carvão e as indústrias transformadoras, crescia à uma taxa média nominal de 18,4%, evidenciando um resultado positivo dos esforços realizados para desenvolver a indústria em território angolano. As importações e exportações de produtos industriais obtiveram taxas de crescimento na ordem de 11,7% e 14,6% respetivamente, valores que

podem ser explicados por um maior dinamismo do mercado nacional e internacional. Até à independência, Angola registou uma taxa média de crescimento nominal de 11,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Tendo em consideração o valor da inflação em termos reais a taxa de crescimento do PIB rondou os 4,7% (Ferreira, 1990). Em termos *per capita* o PIB quase duplicou, passando de 2.528 contos, para 4.717 contos entre o início da década de sessenta e a independência (Valério & Fontoura, 1994). Na figura 1 apresenta-se o PIB *per capita* entre 1960 e 1973, com a respetiva linha de tendência.

Figura 1 - PIB Per Capita de Angola de 1960 a 1973



Fonte: Adaptado de Valério e Fontoura (1994)

Os valores alcançados particularmente na década de setenta, respeitantes ao índice de Preços do Consumidor e à Inflação (tomando como base os preços de 1963) apresentaram uma variação positiva de 110% e uma inflação abaixo de um dígito para uma inflação próxima dos dois dígitos, conforme apresenta a tabela 1, podem ser explicados em parte pela atuação de um novo decreto elaborado na década de setenta (Decreto Lei nº 478/71) que visava a resolução dos problemas das transferências e cambial entre Angola e a metrópole no âmbito do Espaço Económico Português (EEP).

Para Angola, este decreto permitia regular um novo sistema de pagamentos e aplicar instrumentos de proteção das suas atividades económicas (usado como método o regime de prioridades), abordando temas como o Fundo Monetário Ultramarino, o sistema de compensação interterritorial, o Fundo Monetário da Zona do Escudo, o comércio de câmbios e pagamentos interterritoriais, as operações de mercadorias, de invisíveis correntes e de capitais (Ferreira, 1990; Valério & Fontoura, 1994).

Tabela 1 - Índice de Preços do Consumidor e Taxas de Inflação

Anos	Índice de Preços (base 1963)	Taxa de Inflação (%)
1960	95	-2,06
1961	91	-4,21
1962	98	7,69
1963	100	2,04
1964	106	6,00
1965	112	5,66
1966	116	3,57
1967	125	7,76
1968	130	4,00
1969	141	8,46
1970	146	3,55
1971	155	6,16
1972	168	8,39
1973	200	19,05

Fonte: Adaptado de Valério & Fontoura (1994)

Durante o período colonial, Angola viu a sua economia crescer consideravelmente com base numa estrutura de mercado interno alimentada pela importação de produtos transformados e exportação de matérias-primas. De acordo com Ferreira (1990), apesar dos resultados da economia angolana, a mesma representava um comportamento típico de um país subdesenvolvido. Na época Portugal atuava como impulsionador da zona de comércio livre por via do EEP, que criara com os seus territórios ultramarinos (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor e Macau), para que estes se tornassem desenvolvidas o suficiente para gerar recursos à metrópole, bem como, bem-estar aos seus territórios vassalos, para escamotear a sua exploração. Com a intensificação do Acordo Comercial que estabelecera com a Comunidade Económica Europeia (CEE) e com o fracasso do desiderato almejado com a criação do EEP, o descontentamento na metrópole e nas colónias ia crescendo, gerando mesmo discussões acesas na Assembleia Nacional, em torno dos interesses pró-europeus e dos interesses pró-ultramarino (Ferreira, 1990).

Com a independência, Angola fica livre para tomar as suas próprias decisões económicas, o que significou uma oportunidade para se reorganizar “sozinha”, porém como veremos a seguir, este rumo não foi trilhado de forma unida o que se repercutiu num novo atraso em direção ao crescimento económico.

2.3.2 Pós-independência ao fim da guerra civil (1976-2002)

Nesta nova fase, Angola anseia por novas estratégias de política económica interna e externa, no entanto, devido aos conflitos de interesse entre os partidos políticos, inicia-se um período conturbado que irá culminar na guerra civil alicerçado por um lado, pelo interesses económicos sobre o petróleo e os diamantes, e por outro, pela insatisfação por parte da oposição às políticas aplicadas pelo regime unipartidário (MPLA) sob inspiração do modelo soviético, nomeadamente, pela postura sobre as nacionalizações dos fatores produtivos. A nacionalização dos sectores produtivos conduziu a uma ineficiência no mercado, o que culminou na redução da produção outrora verificada (Vunge, 2015).

Quanto mais se agudizava a crise, mais se agudizava a guerra, consubstanciada no crescendo dos conflitos armados e como consequência, os campos agrícolas tornavam-se campos de batalha sangrentos entre as forças do MPLA e da UNITA. Neste cenário de destruição a redução dos preços do café fruto da infestação nos campos devido a morosidade na sua colheita, fizeram com que as exportações se reduzissem 78% entre 1973 e 1980. No que se refere ao milho e ao sisal, o país passou de um estatuto de exportador líquido para importador líquido de milho em 1978, e no mesmo período reduziu a sua capacidade de produção do sisal em 15%. Ainda assim, a balança comercial apresentou resultados positivos, com exceção apenas dos dados registados em 1979 e 1981, sendo que as quedas das exportações deste último devem-se ao facto de se observarem a nível internacional a queda do preço do petróleo. Em todo o caso, é de destacar o facto da política de contenção de importações e o esforço para maior incremento da produção e exportação do petróleo terem surtido efeito.

Os produtos alistados na estrutura das exportações e das importações, em termos percentuais denotam por um lado as dificuldades sentidas por Angola para produzir a um nível competitivo que permitisse diversificar as suas exportações; e por outro as prioridades de importação em função da situação político-militar que atravessava. No que diz respeito as exportações, no período entre 1978 e 1985 os produtos com maior presença eram os agroalimentares e minerais sendo que os pesos das exportações dos produtos minerais quase somam o total das exportações no ano de 1985 ao situar-se nos 93% relativamente ao contributo de 3,4% dos produtos agroalimentares e de 3,3% de produtos diversos. Quanto as importações, a situação quase se inverte entre os minerais e os produtos agroalimentares. Estes últimos predominam com uma percentagem de 32,6% em 1985, seguido pelo material de transporte, pelas máquinas e pelos metais, obras comuns e químicos com 15,8%, 14,4%, 12,2% e 11% respetivamente; e imediatamente posterior aparecem os têxteis e vestuários

com 7,4% e com menor expressão, os diversos e a madeira com 2% cada, os minerais, o couro e os calçados contribuindo com 1,4% e 1,2%. O peso dos produtos por grupo, nas importações espelham as prioridades com a satisfação das necessidades primárias (traduzidas pelo impulso da alimentação e do vestuário) e a necessidade de manter em funcionamento a estrutura produtiva nacional, nomeadamente, máquinas, obras de metais comuns, produtos químicos e material de transporte (Ferreira, 1990).

A década de noventa, fica marcada com um iniciar de cessar-fogo por intermédio do Acordo de Bicesse assinado em 1991 visando a realização de eleições democráticas. No entanto, esta estaria ainda longe do seu término, uma vez que logo após os resultados das eleições de 1992 a mesma continuou e o almejado objetivo de cessar-fogo, por parte de comunidade internacional e principalmente de muitas dos civis envolvidos de forma direta ou indireta que sofriam há quase três décadas com a guerra após a independência, somente viria a ser oficializado a 4 de abril de 2002 (Pinheiro, 2016).

Nesta altura, os setores da economia menos penalizados foram o petrolífero e diamantífero uma vez que continuaram a ter procura a nível internacional por intermédio das duas maiores corporações do país nestes ramos, a Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, criada em 1976) do lado do petróleo e a Endiama (Empresa Nacional de Diamantes de Angola, criada em 1981) pelo lado dos diamantes.

2.3.3 Pós-guerra civil à crise financeira internacional

No final da guerra civil, a maioria das atividades económicas, com exceção das grandes indústrias estava muito afetada. A dispersão de mão-de-obra, a escassez de competências e a insegurança não eram propriamente bons atributos de captação de investimento. Perante este novo enquadramento as famílias e as empresas tiveram de se reinventar encabeçados pelas novas diretrizes emanadas pelo governo, o qual preconizava abandonar o anterior sistema socioeconómico socialista, no qual o estado detinha uma enorme intervenção na atividade económica para um sistema de economia de mercado, mais próximo do capitalismo moderno e do crescimento sustentável (GURN, 2002; 2004). Porém, mudar um sistema económico, implica tempo e nem sempre se adequa à rapidez de fabricação de um discurso político. Neste sentido, Angola como um todo precisou de tempo para compreender os desafios que tinha pela frente, num mundo cada vez mais instável, globalizado e em rede. Angola à data optou pelo caminho fácil, ancorado nos recursos naturais em particular o petróleo e os diamantes, como o grande alicerce do crescimento económico. No entanto, os efeitos da paz foram gradualmente criando oportunidades de investimento

interno, como também externo. O empreendedorismo emerge e cria uma dinâmica local (FMI, 2006).

As intervenções do governo encetadas para a reposição de algumas infraestruturas tais como estradas, pontes, ferrovias, escolas, hospitais, postos de saúde, não só tiveram consequências diretas nas populações, como geraram um clima de maior confiança, como evidencia a tabela 2. A este novo cenário junta-se a iniciativa privada pelo seu contributo no percurso de estabilização e criação de confiança indispensável ao desenvolvimento económico.

Tabela 2 – Taxa real de crescimento das grandes economias africanas (%)

Países	2003	2004	2005	2006	2007
África do Sul	3	4,5	5,1	5	4,7
Angola	5,2	11,2	20,6	14,3	20,9
Nigéria	10,7	6,5	6,9	5,2	4,3
África Subsariana	4	5,7	6	5,7	6,1

Fonte: *International Monetary Fund* (2009)

O crescimento económico para além de ter sido influenciado pelas exportações petrolíferas, beneficiou das iniciativas do Banco de Angola sobre a política monetária e cambial no controlo da inflação. As políticas fiscais e orçamentais também estiveram envolvidas no alcance de tais resultados, bem como, a descentralização de alguns serviços fiscais para o interior do país (Benguela, Namibe, Huíla e Bengo). Os outros domínios dessas políticas também foram revitalizados permitindo um melhoramento do quadro macroeconómico (CEIC, 2008).

Quando observamos as contas nacionais, tona-se possível compreender melhor as atividades que tiveram maior contributo para o PIB durante este período. O destaque naturalmente vai para a o sector da indústria, no qual a extração e refinação de petróleo bruto e gás natural foram os que mais contribuíram para os resultados. O setor agropecuário foi dos mais prejudicados em função da guerra e o que menores taxas de contribuição para o produto interno bruto apresentou (tabela 3).

Tabela 3 - Participação das atividades no PIB (%)

Atividades	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Agropecuária	5,89	6,22	6,22	5,05	5,20	5,21
Indústria	56,53	53,27	54,40	60,27	58,24	61,46
Serviços	38,22	41,30	40,17	35,45	37,24	34,37

Fonte: Banco Nacional de Angola (2008)

Não obstante o sinal positivo das taxas do produto angolano após 2002, as condições internas do país não apresentavam uma melhoria concorde, em virtude das inúmeras dificuldades sentidas, de que são exemplo os sérios problemas de saneamento básico, a débil estrutura de fornecimento de energia elétrica, a falta de água potável e o enorme congestionamento populacional na capital. Estes, entre outros problemas contribuíram para as baixas classificações da plataforma de *Doing Business* do Banco Mundial, que em 2007 apresentava Angola em 156º lugar num conjunto de 175 países (CEIC, 2008). Angola acompanhava, contudo, o crescimento da economia a nível mundial, registando uma taxa de crescimento de 3,2% em 2003, de 4,1% em 2004, de 3,5% em 2005, de 4% em 2006 e de 5,2% em 2007, valores muito impulsionados pelo aumento progressivo dos preços do petróleo que durante 2005 esteve a rondar os 55 USD/barril, que em 2006 atingiu em média 65 USD/barril e em 2007 os 72 USD/barril (BP, 2020; FMI, 2009).

Esta trajetória do sector petrolífero criou um clima muito otimista, traduzido em números de elevado crescimento económico para Angola. Porém, os anos posteriores revelaram uma situação bem diferente com a economia global a ser afetada pela crise financeira com epicentro nos Estados Unidos da América.

2.3.4 Angola e a crise financeira internacional

Conforme mencionado, o aumento do preço do barril de petróleo acompanhou o crescimento da economia mundial e permitiu a Angola alcançar consideráveis taxas de crescimento. Todavia, com a crise do *Subprime* o cenário mundial viria a alterar-se profundamente, principalmente pela fragilidade do setor financeiro. Esta situação iniciada no Estados Unidos trouxe efeitos nefastos a várias economias, incluindo Portugal. No caso de Angola os efeitos foram indiretos em função da sua exposição ao crédito internacional e à dinâmica das exportações. Efetivamente, com a crise financeira de 2008 as debilidades

evidentes na gestão do “boom” económico que Angola atravessava, tornaram-se mais notórias. Os setores mais ressentidos dos efeitos da crise internacional foram a indústria transformadora e o setor da agricultura que passaram de crescer à taxa de 27,4% para 1,9% e de 32,6% para 11%, respetivamente no período decisivo da crise. O setor dos serviços por sua vez cresceu no mesmo período, passando de 21,8% para 26,9% (tabela 4).

Tabela 4 – Taxas de Crescimento da Agricultura, Indústria transformadora e Serviços Mercantis

Produto Interno Bruto em %	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura, pecuária, florestas e pescas	13,4	11,7	14,1	17	9,8	27,4	1,9
Indústria transformadora	10,3	11,9	13,5	24,9	44,7	32,6	11
Serviços	11,6	9,9	10,4	8,5	38,1	21,8	26,9

Fonte: Adaptado de Rocha, 2011.

A dependência do petróleo para o aumento do produto torna-se ainda mais evidente, quando se observa que a produção do total de todos os setores com a exceção do petróleo perde-se em quase 50% em 2008, isto é, de acordo com o Balanço do Programa do Governo nos dois biénios (2005-2006 e 2007-2008), naquele ano o produto interno bruto não petrolífero apresentou uma produção de 35.561,10 milhões de dólares num ano que o PIB total registou uma produção de 83.902,4 milhões de dólares.

Estes dados juntamente com os baixos valores dos outros setores como o da atividade agropecuária, da manufatura e da energia e água, demonstram as dificuldades na consecução das alterações estruturais de longo prazo (Andrade, 2011). Ainda assim, destaca-se neste período o crescimento da atividade de construção e obras, que cresceu cerca de 800% entre 2002 e 2008 (tabela 5) evidenciando os esforços na reconstrução do país após a guerra civil.

Tabela 5 - Produto Interno Bruto (milhares de dólares)

Sectores de Atividade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura e Pescas	726,8	913,7	1.136,5	1.838,4	2.602,7	3.719,2	4.765,7	6.974,8
Petróleo e Refinados	4.562,4	6.151,1	6.673,4	9.855,6	17.038,9	26.736,1	33.173,3	48.341,3
Diamantes e outros	548,8	539,6	627,8	583,7	884,7	1.152,4	1.055,3	941,7
Manufatura	345,1	422,1	526,1	909,7	1.240,8	2.274,0	3.155,2	5.654,4
Energia e Água	3,6	4,8	5,4	37,9	30,3	44,5	49,3	64,0
Obras e Construção	322,1	392,7	492,6	890,8	1.240,8	2.067,8	2.931,5	3.740,8
Serviços	1.376,3	1.609,0	1.965,2	2.615,5	4.509,4	7.927,6	10.054,4	13.015,5
Outros	831,2	1.207,0	2.086,1	2.274,4	2.723,8	4.015,6	4.263,5	5.169,9
PIB	8.716,4	11.239,8	13.513,2	19.006,1	30.271,5	47.937,3	59.448,2	83.902,4
PIB não mineral	3.605,1	4.549,2	6.211,9	8.566,8	12.347,9	20.048,7	25.219,6	34.619,4
PIB não petrolífero	4.154,0	5.088,8	6.839,8	9.150,5	13.232,6	21.201,2	26.274,9	35.561,1
PIB/per capita	595,2	745,8	871,4	1.191,1	1.843,6	2.837,2	3.419,4	4.689,9

Fonte: Adaptado de Andrade, 2011.

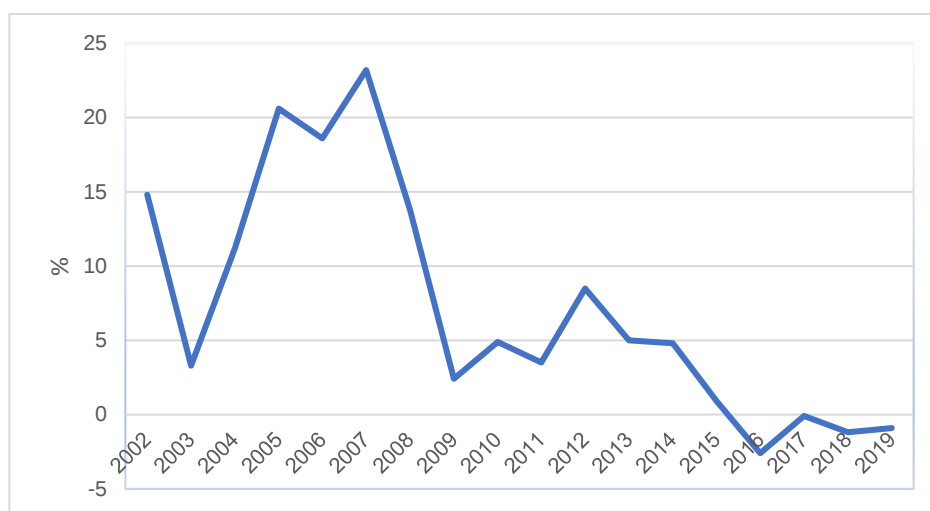
2.3.5 Pós-crise financeira internacional

O período analisado evidencia um bom desempenho dos indicadores macroeconómicos, inclusive da inflação que de acordo com o Instituto Nacional de Estatística Angolano desceu de 75,6% em 2002 para 11,8% em 2006, apesar de ter voltado a subir em 2007 para 13,2% e em 2008 para 14%. Ainda assim ficou longe dos 31% verificados em 2003. De resto a extração do petróleo neste período manteve-se sempre como a atividade predominante para o crescimento económico, mas não foi sinónimo de qualidade de vida para a população em geral.

Em 2009 os preços do barril de petróleo sofreram uma nova descida passando da média que apresentava em 2008 de 97,26 USD/barril, para 61,67 USD/barril (BP, 2020). Para a economia angolana estes valores não foram boas notícias, uma vez que se traduziram em receitas petrolíferas diminutas, comparativamente com anos anteriores. O que se temia ocorreu, e a situação financeira tornou-se aflitiva impondo restrições no acesso ao mercado das divisas e as transferências para o exterior levando também a necessidade de se recorrer ao programa de assistência do Fundo Monetário Internacional, para ajudar a reduzir o galopante aumento da dívida pública em percentagem do produto interno bruto, bem como, equilibrar a balança de pagamentos aonde as reservas internacionais líquidas registaram um decréscimo considerável. Com uma quebra das receitas petrolíferas também se reduziram as despesas em Formação Bruta de Capital Fixo, sendo a prioridade garantir a manutenção dos salários da função pública.

Durante os 10 anos seguintes, o crescimento económico de Angola esteve sempre atrelado ao comportamento dos preços do petróleo a nível internacional. Sendo que neste período, o preço mais baixo foi registado em 2016 e coincidiu com o ano de início de decréscimo do produto como ilustra a figura 2.

Figura 2 - Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (2002-2019)



Fonte: World Bank (2020)

Durante este período, nos últimos 4 anos em termos acumulados a economia já contraiu cerca de 6%, tais resultados são reflexo sobretudo da grande dependência do comportamento da produção e dos preços do petróleo, não ficando de parte, porém, a ineficaz gestão dos períodos áureos de crescimento económico registados até 2009. Por essa razão alguns peritos afirmam que a crise que Angola atravessa já perdura desde, pelo menos há dez anos (Andrade, 2011).

Todavia, estes resultados também são reflexos de políticas de austeridade em harmonia com os compromissos assinados para o ajuste dos desequilíbrios estruturais, levados a cabo pelo programa de financiamento ampliado do FMI (acordo de 2017 a 2021 pela quantia de 3,7 mil milhões) cujo intuito é o de restaurar a sustentabilidade externa e fiscal, melhorar a governação e diversificar a economia para promover um crescimento económico sustentável liderado pelo setor privado. Para dar robustez a estes objetivos foram criados o Programa de Estabilização Macroeconómica, o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 e para acelerar o processo de diversificação da produção nacional, o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) para citar apenas alguns (FMI, 2019).

2.4 O Desenvolvimento Humano em Angola (2002-2019)

Para a compreensão do grau de desenvolvimento da sociedade angolana usaremos como indicador o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Neste sentido, teremos como recurso os Relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que fundamentalmente apresentam o Índices de Desenvolvimento Humano dos países com base em três critérios de avaliação a saber: a expectativa de vida à nascença que reflete a oportunidade de ter uma vida longa e saudável; a educação; os anos médios de escolaridade dos adultos com 25 anos e mais, e os anos de escolaridade esperados para as crianças em idade escolar que refletem a capacidade de adquirir conhecimentos, por último o rendimento nacional bruto *per capita* — que indica a capacidade de atingir um nível de vida decente. Note-se que, o IDH é uma medida resumida do desempenho médio destes segmentos cruciais para o desenvolvimento humano (não refletindo sobre desigualdades, pobreza, segurança humana, empoderamento, etc.). O IDH é uma média geométrica dos índices normalizados para cada uma das três partes ou critérios que permite observar a dimensão de determinado país quanto a saúde, a educação e ao padrão de vida (PNUD, 2016).

A classificação dos países no *ranking* dos relatórios do PNUD é baseada no valor obtido entre 0 e 1, sendo considerados com desenvolvimento humano baixo os países que se situam no intervalo entre 0 e 0,55; os países de desenvolvimento humano médio estão entre 0,55 e 0,70, os países com desenvolvimento humano elevado têm a classificação entre 0,70 e 0,80 e os países de desenvolvimento muito elevado estão entre os valores 0,80 e 1 (Dala, 2018).

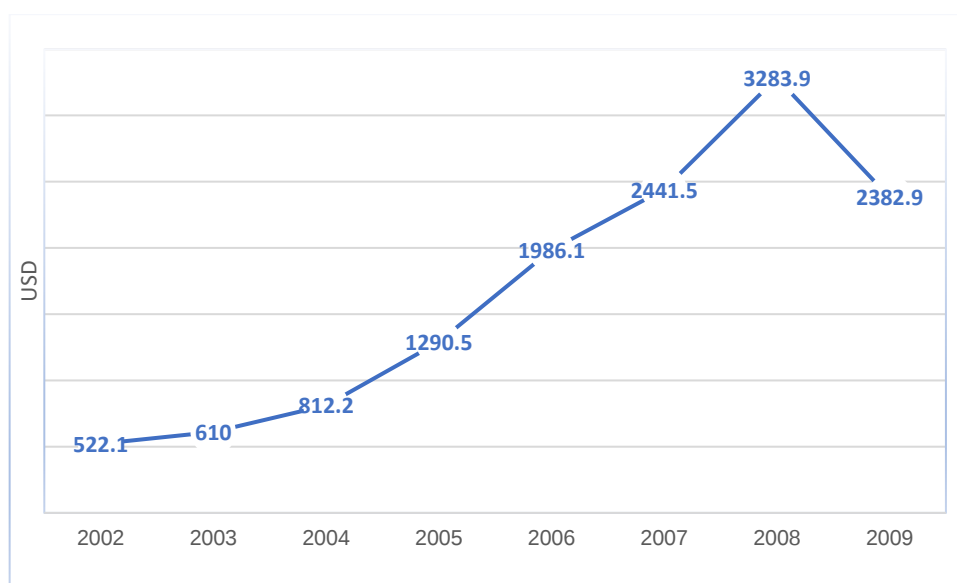
No que diz respeito ao IDH, Angola tem vindo a melhorar no ranking global quando analisamos o período em causa, ultrapassando mesmo o status de país com desenvolvimento humano baixo, para país de desenvolvimento médio (tabela 6).

Tabela 6 - Desenvolvimento Humano de 2002 a 2018

Ano	IDH	Posição
2002	0,403	161
2003	0,428	160
2004	0,440	161
2005	0,453	162
2006	0,466	161
2007	0,482	143
2008	0,494	149
2009	0,508	149
2010	0,403	146
2011	0,525	148
2012	0,537	149
2013	0,547	149
2014	0,557	149
2015	0,565	149
2016	0,570	145
2017	0,581	147
2018	0,574	149

Fonte: PNUD (2002-2019)

Tendo em consideração a explicação anterior, nos primeiros seis anos após o alcance da paz (2002-2008), é possível notar que em média o valor do IDH foi de 0,454, o que representa uma classificação de país de baixo desenvolvimento. Nos dez anos seguintes o valor médio do IDH alcançou o valor de 0,55 e a classificação alterou-se para uma posição de país com desenvolvimento humano médio ficando na posição 149, a qual se manteve até 2018. Neste sentido, os valores apresentados na tabela 6, evidenciam um significativo progresso em termos de posicionamento e valor de IDH. No entanto, a realidade é que os setores da educação e da saúde que contribuem para o aumento da expectativa de vida e para o aumento dos anos de escolaridade respetivamente, receberam pouca atenção em termos de orçamento do estado. Tanto a educação, como a saúde receberam menos de 10% de cabimentação no Orçamento Geral do Estado (OGE) ao longo do período em análise, valor recomendado para estes setores de acordo com as diretrizes da SADC, para os países membros. Relativamente ao Rendimento Nacional Bruto *per capita*, que além de expressar o rendimento por indivíduo, representa um indicativo de investimento internacional por parte dos próprios nacionais, expandiu-se durante o período em análise, pês embora tenha decrescido durante a crise internacional.

Figura 3 - Rendimento Nacional Bruto *per capita*

Fonte: Rocha (2011)

A esperança de vida à nascença, que em 2002 era de 40,1, em 2018 passou a ser de 60,8 anos. Uma análise do IDH quanto aos indicadores da educação e rendimento *per capita* (acrescentados em 2010), permite-nos notar um aumento de 12% no que diz respeito ao RNB *per capita* e de 17% quando à média de anos de escolaridade (tabela 7).

Tabela 7 - Esperança de vida à nascença, média de anos de escolaridade e RNB *per capita* de Angola

Esperança de vida à nascença		Média de anos de escolaridade		RNB <i>per capita</i> (\$)	
2002	2018	2010	2018	2010	2018
40,1	60,8	4,4	5,1	4.941	5.555

Fonte: PNUD (2002 a 2018)

A análise realizada sobre os planos de desenvolvimento e sobre o comportamento de alguns indicadores económico, permitiu observar que para além da forte dependência do setor petrolífero, existiu um certo desfasamento na concretização de alguns objetivos de crescimento e desenvolvimento económico. Neste sentido, em função dos indicadores, Angola continua a ser um país subdesenvolvido, uma vez que as necessidades fundamentais ou básicas de uma larga maioria dos cidadãos, continuam insatisfeitas. Uma das razões frequentemente apontada foi a canalização constante de elevadas verbas para investimento na defesa e segurança do país em detrimento de setores primordiais como a educação e a

saúde. Convém ressaltar, contudo, que em função do período pré e pós-independência essa alocação era necessária para tornar possível a autonomia e a paz.

2.5 Análise do sector externo da economia Angolana

A integração económica é avaliada por diferentes variáveis sendo o comércio externo um dos indicadores importantes. Nas várias teorias que procuram explicar as trocas internacionais está normalmente presente o fenómeno da especialização, mas também o de extroversão, que se caracteriza pela necessidade crescente de estar em contacto com o mundo.

De acordo com Vunge (2015), a extroversão surge por causa da especialização. No caso de Angola este processo verificou-se, uma vez que se converteu num país economicamente extrovertido na vertente da indústria extrativa, fundamentalmente no que se refere à produção de petróleo e diamantes (como fruto da especialização ou da concentração dos esforços nestes setores).

No entanto, e apesar de terem sido ao longo de anos setores extremamente lucrativos para Angola, não contribuíram para a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, pois não foram geradores para a população em geral de rendimento de trabalho, nem tão pouco de emprego em massa, uma vez que exigem uma mão-de-obra qualificada do qual o país é carenciado. Acresce que estes setores são muito influenciados pelo comportamento dos preços a nível internacional e o seu aumento ou diminuição, incidem sobre as receitas públicas tornando a economia angolana extremamente dependente do circuito internacional. Neste sentido, o potencial de gravidade de desencadear uma crise não está tanto na queda do preço respetivo, mas na dependência económica do mesmo. Os efeitos da queda dos preços do petróleo nos mercados financeiros internacionais desde meados de 2014, tiveram repercussões extremamente graves ao desencadear diminuição das receitas fiscais, diminuição das receitas das exportações, retração da atividade económica, crescimento dos preços (inflação) e desvalorização da moeda nacional. A combinação da desvalorização da moeda com a dificuldade dos agentes económicos em obter divisas para importações conduz à redução de stocks e consequente diminuição da oferta de bens, o que fomenta a construção de uma espiral inflacionista.

Vemos assim que no que diz respeito ao seu relacionamento com o exterior a economia angolana é muito dependente, principalmente para as exportações das suas matérias-primas de maior exploração, o petróleo e os diamantes (Bembe, 2016). Apesar de

nos últimos anos o governo tentar diminuir a dependência do petróleo, este recurso representa cerca de 50% do PIB, mais de 70% da receita e cerca de 90% das exportações. Apesar do seu enorme potencial agrícola, mais de 50% dos produtos alimentares consumidos são importados.

Ainda neste contexto, a noção de especialização é importante e traduz que ao se optar pela produção e exportação de um bem, poderá implicar a renúncia à produção de outro ou outros bens, o que irá fomentar a sua importação. Assim, e uma vez que a atividade inerente à exportação utiliza mão-de-obra e capital do qual o país não consegue responder sozinho com êxito, a dependência face ao exterior verifica-se também em relação aos quadros técnicos, bens de capital e de consumo.

2.6 Evolução da Balança de Pagamentos angolana

2.6.1 A Balança de Pagamentos

A Balança de Pagamentos tem como principal função informar a situação das contas externas do país, para auxiliar na formação de políticas monetárias, fiscais, cambiais e comerciais. Devido à sua relevância, a Balança de Pagamentos enquanto sistema de registo das transações económicas entre residentes e não residentes durante um determinado período, geralmente um ano, é um instrumento de análise crucial, para administrar e controlar o fluxo de pagamentos em moeda externa, comparar a performance das economias bem com a sua vulnerabilidade. A harmonização permite ainda realizar comparações com outras estatísticas macroeconómicas. Os dados recolhidos e organizados de uma forma padrão são essenciais para apoiar a tomada de decisão sobre a política monetária, fazer previsões e conhecer o grau de desempenho e estabilidade financeira de um país. A elaboração da Balança de Pagamentos é um requisito estatístico para alguns organismos internacionais, nomeadamente, o FMI e a SADC (BNA, 2020).

Em função da metodologia seguida existem diferentes formas de compilar e lançar os dados numa Balança de Pagamentos, no caso de Angola é compilada em Dólar Americano pelo Banco Nacional de Angola (BNA) em conformidade com as recomendações do Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional, 6ª Edição (MBP6) do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Balança é dividida em sub-balanças e conta ainda com uma categoria que reflete os desequilíbrios entre os débitos e os créditos denominada por Erros e Omissões (Leão, Leão, & Lagoa, 2019).

A tabela 8 apresenta os valores de Produto Interno Bruto real e as principais rubricas da Balança de Pagamentos de Angola no período de 2002 a 2019.

Tabela 8 - Balança de Pagamentos de Angola 2002 a 2019

Anos	PIB real	Balança de Pagamentos	Exportações	Importações	Balança Comercial	Balança Corrente	Balança de Capital e Balança Financeira
2002	14,8	-767	8327,9	3760,1	4567,8	-150,1	-549,2
2003	3,3	101,1	9508,2	5480,1	4028,1	-719,6	1642,5
2004	11,2	658,4	13475	5831,8	7643,2	686,2	1111,0
2005	20,6	1445,4	24109,4	8353,2	15756,2	5137,9	-3118,3
2006	18,6	6974,8	31826,2	8777,6	23048,6	10689,8	-3981,5
2007	23,2	3126,4	44396,2	13661,5	30734,7	10581,3	-5813,8
2008	13,8	7256	63913,9	20982,2	42931,7	7194,3	1297,6
2009	2,4	4616,2	40827,9	22659,0	18168,9	-7571,6	2498,1
2010	4,9	6609,1	50594,9	16666,9	33928,0	7506,0	-1136,5
2011	3,5	-9087,7	67310,3	20228,4	47081,9	13084,6	-3979,5
2012	8,5	-4126,4	71093,3	23703,8	47389,5	13841,2	260,9
2013	5,0	214,1	68246,5	26331,0	41915,5	8145,1	-3971,9
2014	4,8	3919,7	59196,9	28580,3	30616,6	-3747,5	3657,3
2015	0,9	-3035,7	33181,1	20692,5	12488,6	-10272,8	8446,8
2016	-2,6	-403,7	27588,9	13040,5	14548,4	-3085,2	5293,4
2017	-0,1	-4902,7	34613,5	14463,2	20150,3	-632,9	-4151,4
2018	-1,2	-519,6	40757,8	15797,8	24960,0	7402,6	-7764,2
2019	-0,9	988,9	34725,6	14127,1	20598,5	5137,4	-3216,7

Fonte: Adaptado de BNA (Vários anos).

Em 2002 a balança de pagamentos foi afetada na sequência da mudança do sistema da taxa de câmbio que passou de fixa para variável em 1999 (Vunge, 2015).

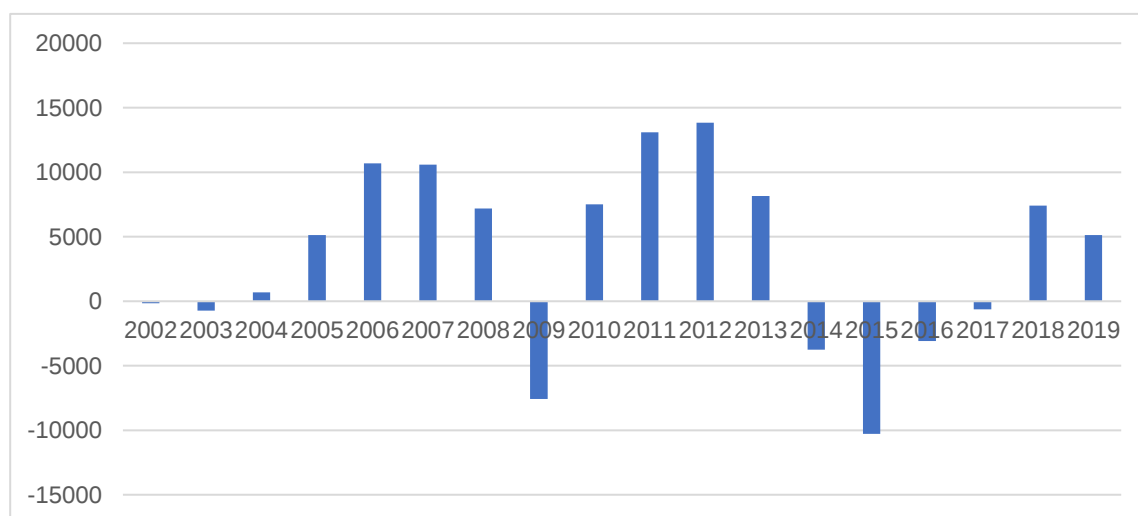
Como se pode observar pela tabela 8, os anos em que a economia angolana apresentou o seu melhor período de crescimento (2002-2008) em virtude do aumento dos preços do barril de petróleo, foram os anos em que a balança de pagamentos apresentou o melhor saldo superavitário. Após a crise internacional a balança de pagamentos não voltou a aproximar-se do seu melhor registo verificado em 2008 quando teve um saldo superavitário na ordem dos 7.256 milhões de dólares.

O choque do preço do petróleo que se iniciou em meados de 2014, também reduziu consideravelmente as receitas fiscais e as exportações, gerando uma crise económica financeira que provocou uma descapitalização da Banca, o aumento do crédito malparado e o aumento do endividamento externo.

2.6.2 Análise da conta-corrente

No que diz respeito à conta-corrente, podemos notar que o seu saldo passou a ser positivo em 2004, mantendo essa tendência até ao período em que sofreu os efeitos da crise do *Subprime* em 2009 quando foi deficitária em 7.571,6 milhões de dólares. Tendo, no entanto, voltado a ser superavitária nos quatro anos seguintes (e registado o melhor superavit do período em análise em 2011 e 2012), até ao início da crise interna em que apresentou saldos negativos nos quatro anos consecutivos em que se verificou também o pior registo deficitário no valor de 10.272,8 milhões de dólares (figura 4).

Figura 4 - Evolução da Conta Corrente de Angola (2002-2019)



Fonte: Adaptado de BNA (Vários anos).

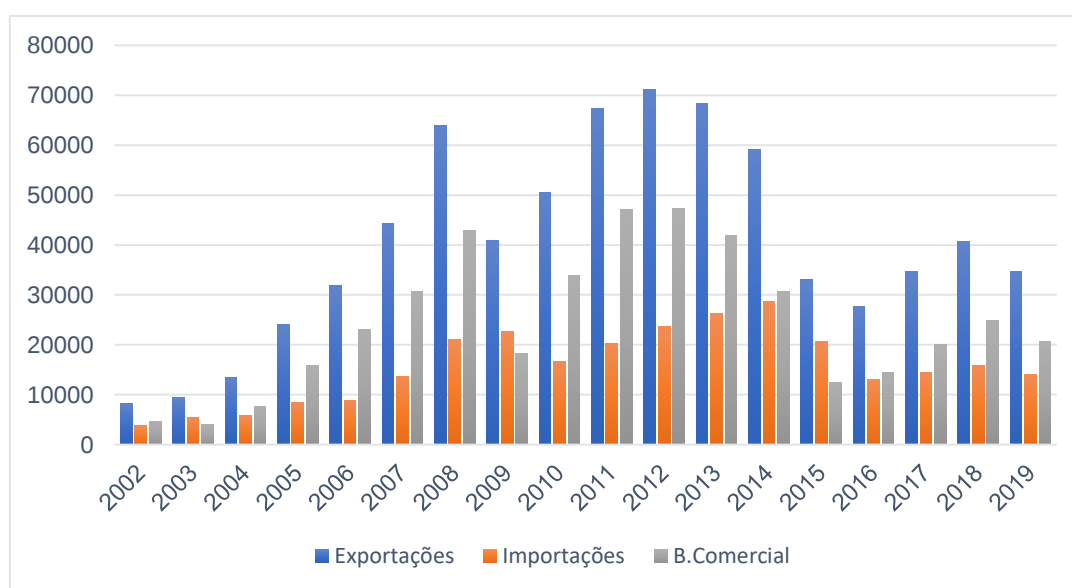
Na origem dos saldos desta conta, o maior peso recai sobre a conta de bens, na qual as exportações do petróleo tiveram sempre maior preponderância e sempre impulsionaram o resultado positivo da balança comercial. Em 2012 as exportações registaram o seu melhor resultado dentro do período em análise, quando atingiram os 71.093,3 mil milhões de dólares. De salientar que neste ano, apenas 1.377 mil milhões de dólares (2%) não tiveram origem nas exportações relacionadas com o setor petrolífero, ou seja, as exportações petrolíferas

foram de 6.9716 mil milhões de dólares correspondendo a 98% do total das exportações (figura 5).

Se compararmos estes resultados com o pior registo das exportações que foi em 2002 (ano a partir do qual o BNA passou a compilar a balança de pagamentos de acordo com a metodologia do FMI em conformidade com o seu quarto manual), notamos que as exportações petrolíferas sempre tiveram uma incidência superior a 90%.

No que diz respeito às importações, estas sempre foram inferiores às exportações e no período em análise o resultado mais alto foi observado em 2014, quando atingiram um total de 28.580,3 mil milhões. Do valor total das importações naquele ano mais de metade corresponderam bens de consumo corrente, isto é 58,5% e o restante das importações classificaram-se em 29,4% em bens de capital e 12% em bens de consumo intermédio (BNA, 2020).

Figura 5 - Evolução da Balança Comercial de Angola (2002-2019)



Fonte: Adaptado de BNA (Vários anos).

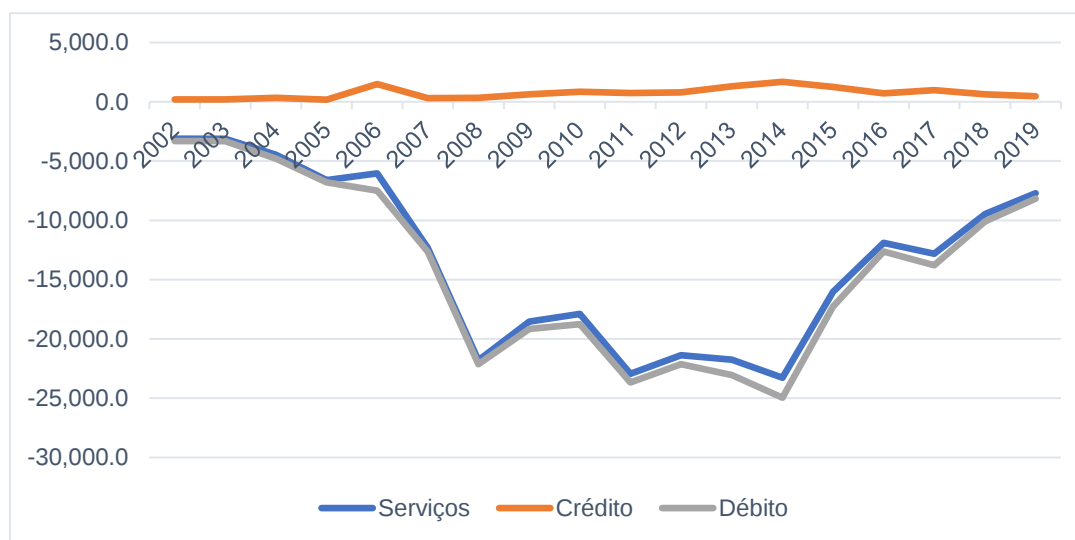
No período em análise a balança comercial foi sempre superavitária conforme podemos observar na figura 5, uma situação que foi amplamente influenciada pelas exportações petrolíferas. No entanto, desde 2010 que as importações têm apresentado uma tendência de crescimento, tendo apresentado o valor mais alto em 2014 e apresentado uma inversão de tendência de 2015 até ao último ano em observação.

No que diz respeito à conta de serviços, o seu saldo foi sempre deficitário durante o período em análise. Este resultado tem sido influenciado fundamentalmente pelos outros

serviços de negócios ligados ao setor petrolífero com maior peso seguido pela construção e pelos transportes.

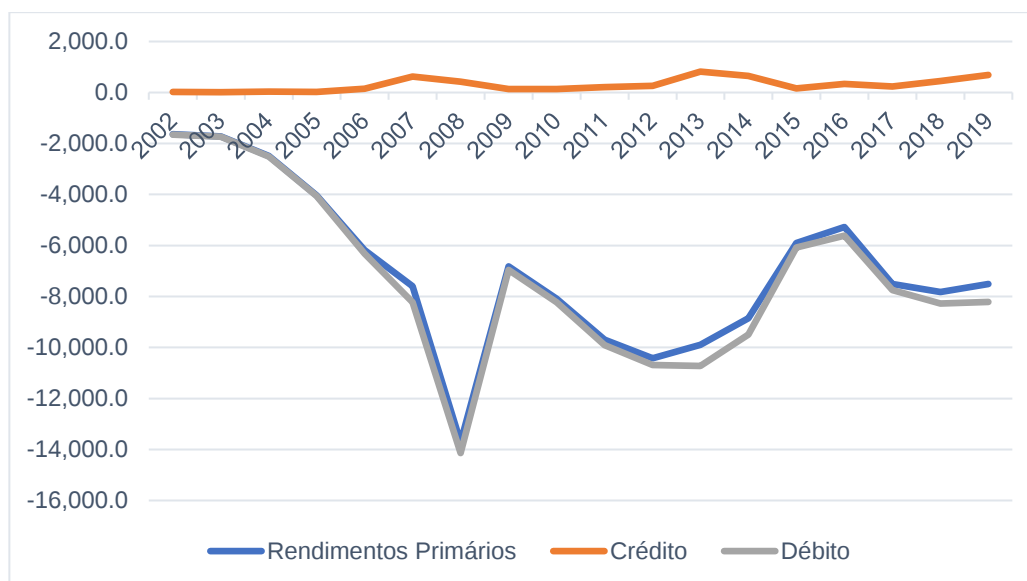
No ano de 2014 foi registado o pior défice nos serviços na ordem dos 23.276,3 mil milhões de dólares e nos últimos anos o seu défice tem vindo a ser reduzido, atingindo os 7.717,68 mil milhões de dólares em 2019, uma redução considerável de 66,8% (figura 6).

Figura 6 - Evolução da Conta de Serviços de Angola (2002-2019)



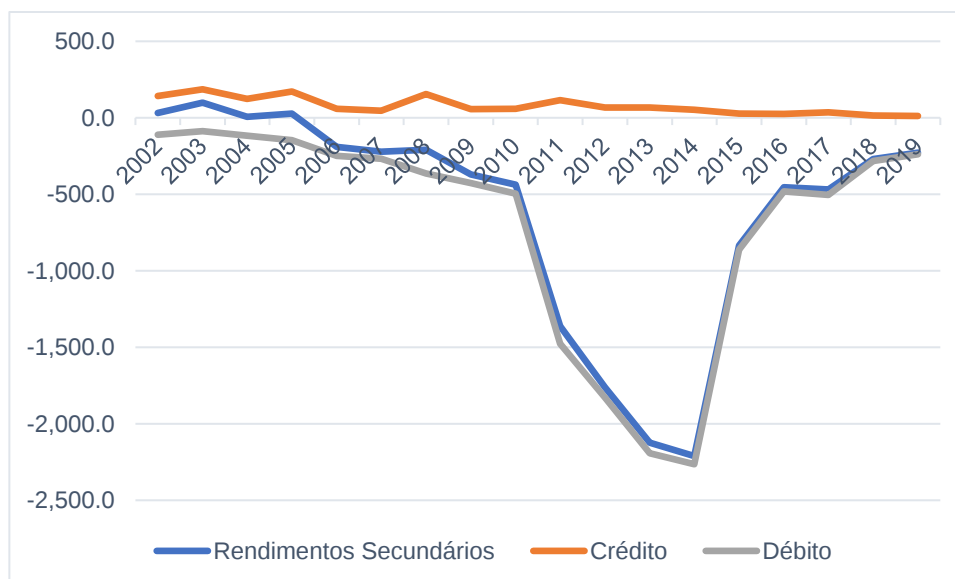
Fonte: Adaptado de BNA (Vários anos).

Quanto à conta de rendimentos primários o seu saldo foi deficitário no período em análise, apresentando o pior resultado em 2008 tendo invertido a tendência em 2009. O melhor período após a crise financeira internacional foi observado em 2016, porém nos últimos anos a tendência deficitária vem agravando-se apesar de verificar-se uma recuperação no último trimestre de 2019 em função de uma diminuição da compensação dos empregados (figura 7).

Figura 7 - Evolução da Conta de Rendimentos Primários (2002-2019)

Fonte: Adaptado de BNA (Vários anos)

A conta de rendimentos secundários por sua vez foi positiva até 2006 quando passou a ser deficitária, tendo o seu pior resultado em 2014 em que teve um défice de 2.210,9 mil milhões. Todavia, o saldo negativo tem vindo a desagravar-se desde 2015 até ao último ano em análise devido a redução das transferências para o exterior (figura 8).

Figura 8 - Evolução da Conta de Rendimentos Secundários (2002-2019)

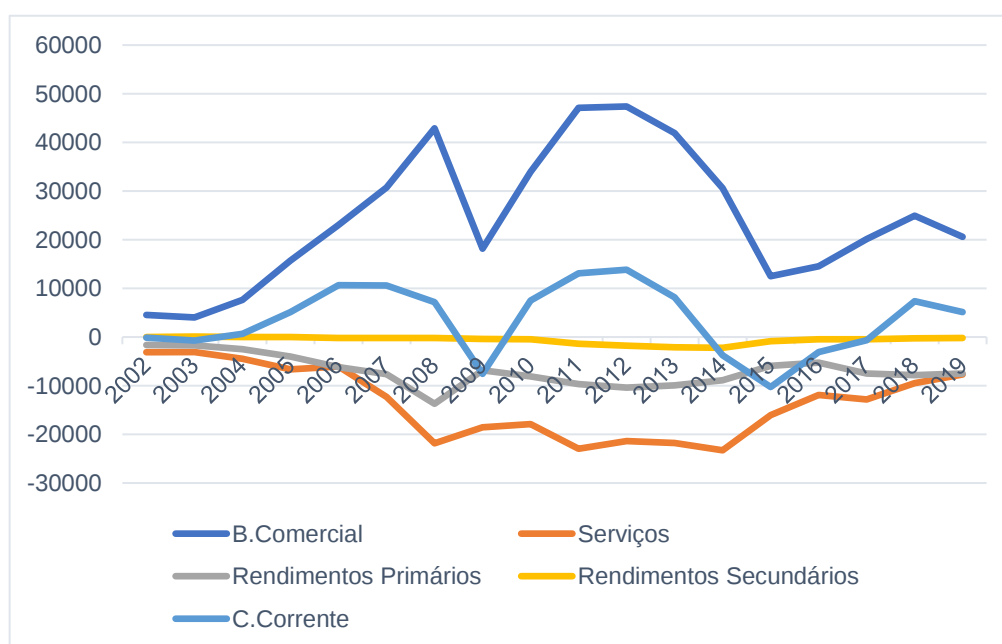
Fonte: Adaptado de BNA (Vários anos)

A conta-corrente (figura 9) foi superavitária durante a maior parte do período em análise, apesar de em 2009, 2014, 2015, 2016 e 2017 ter apresentado saldos negativos que podem ser explicados basicamente pelos efeitos da crise financeira internacional e pela crise económica e financeira que o país atravessou.

As contas de serviços e rendimentos primários apresentaram um saldo negativo, conforme se pode observar na figura 9, tendo o comportamento da balança de conta corrente acompanhado a tendência da balança comercial que foi sempre superavitária em função das exportações petrolíferas, evidenciando assim a forte dependência deste recurso no resultado da conta corrente.

No último ano do período em análise, em 2019, apesar da tendência decrescente que consistiu numa redução de 30,6% do seu saldo positivo em relação ao ano de 2018, a conta corrente apresentou melhorias explicadas fundamentalmente pelo aumento do superavit da conta de bens, assim como pelo desagravamento do défice da conta de serviços e dos rendimentos secundários.

Figura 9 - Evolução da conta corrente e seus componentes (2002-2019)



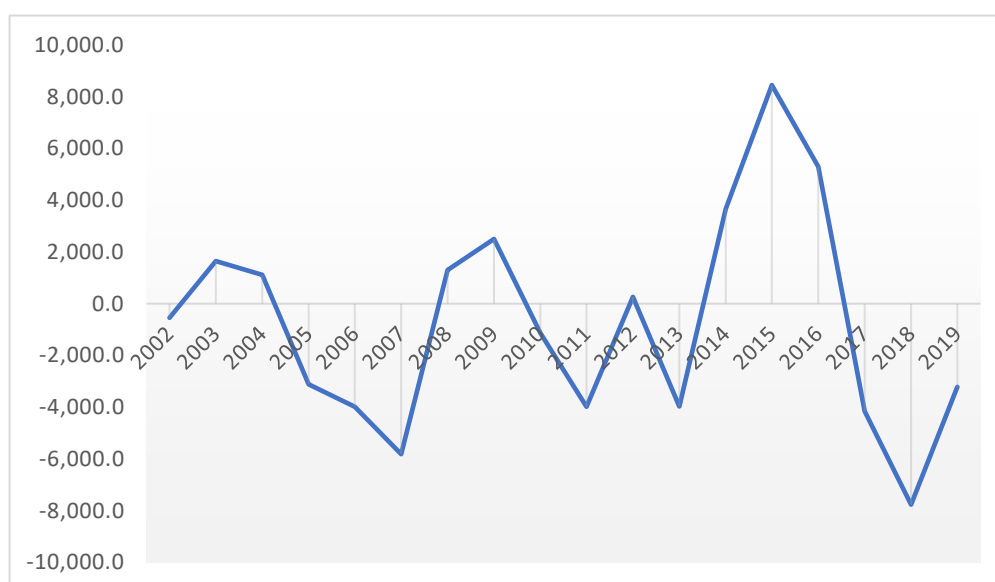
Fonte: Adaptado de BNA (Vários anos)

2.6.3 Análise da Conta de Capital e da Conta Financeira

O saldo da conta de capital e da conta financeira foi deficitário em quase todo o período em estudo, com a exceção dos oito anos em que apresentaram saldos positivos em 2003, 2004, 2008, 2009, 2012, e de forma consecutiva entre 2014 e 2016 (figura 10). Os saldos superavitários foram influenciados essencialmente pelo investimento direto estrangeiro, o que reflete um bom nível de confiança estrangeiro para investir na economia angolana, ao passo que o menor investimento estrangeiro realizado por Angola a outros países evidencia a baixa capacidade desta quer seja em termos de produção ou investimento face ao resto do mundo. Esta situação é evidente quando verificamos que o maior saldo positivo da soma destas contas registado em 2015, no valor de 8.446,7 mil milhões dólares, coincidiu com o maior saldo do IDE líquido de 10.813 mil milhões de dólares, o que se compararmos com os saldos 2014 e de 2016 (quando se verificaram os melhores saldos), correspondem a um aumento de 56,7% seguida de uma redução de 59,5% respetivamente em períodos homólogos.

Em contraste o pior saldo deficitário registado em 2018 no valor de 7.764,1 mil milhões de dólares resultado que na verdade já vem desde 2017 (o saldo negativo foi de 4.151,4 mil milhões de dólares) desagravou-se no final do período, em 2019, no valor de 3.216,6 mil milhões de dólares.

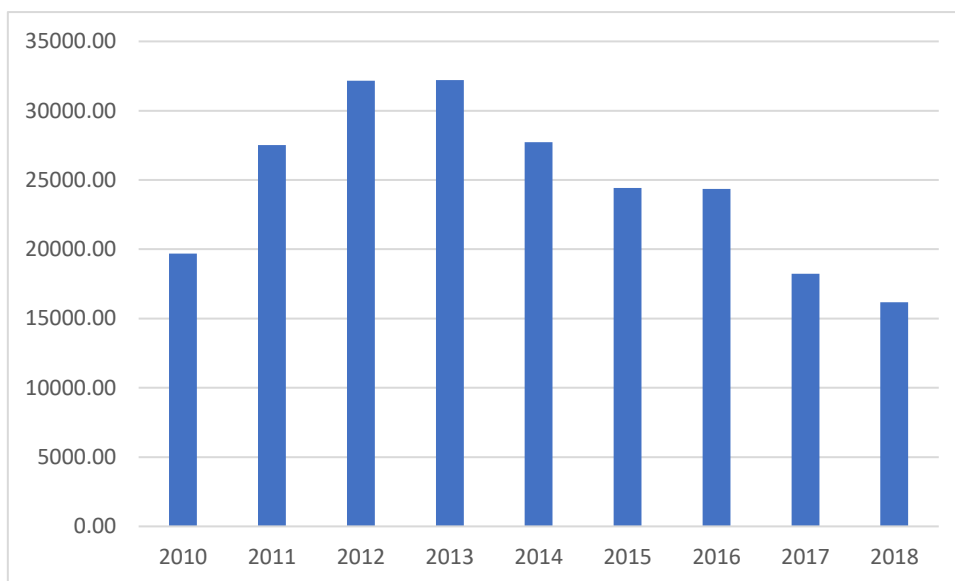
Figura 10 - Evolução da conta de capital e financeira (2002-2019)



Fonte: Adaptado de BNA (Vários anos)

Quanto as reservas internacionais líquidas, estas foram aumentando ao longo do período em análise, o que permitiu a cobertura de um maior número de importações das quais o país depende principalmente no que se refere aos bens da cesta básica como é o caso do arroz, o açúcar, o óleo alimentar, a farinha de trigo, o óleo de palma, a farinha de milho, a massa alimentar, o feijão, o leite em pó, o sabão, a carne seca e o sal.

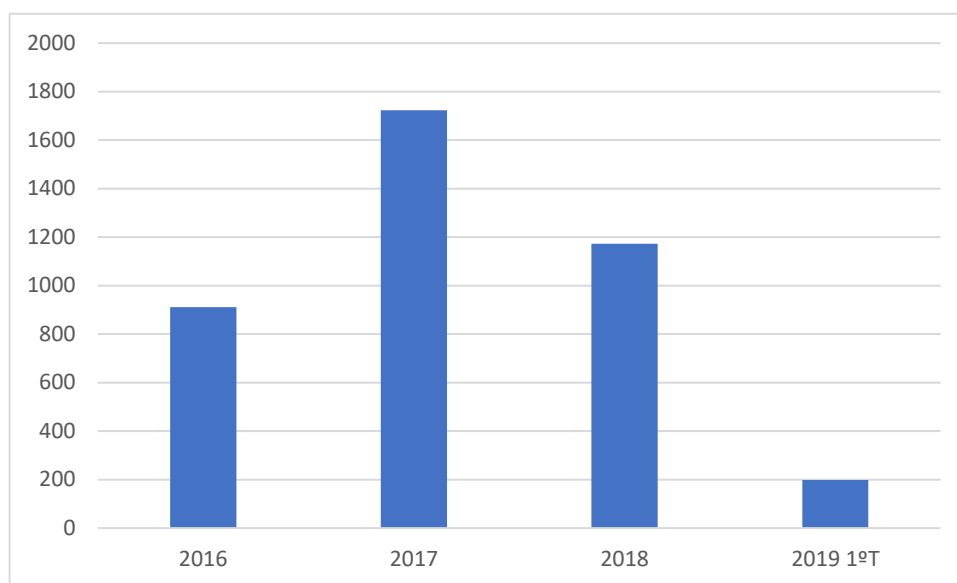
Figura 11 - Evolução das reservas internacionais de 2010 a 2018 (USD Milhões)



Fonte: Adaptado de BNA (Vários anos)

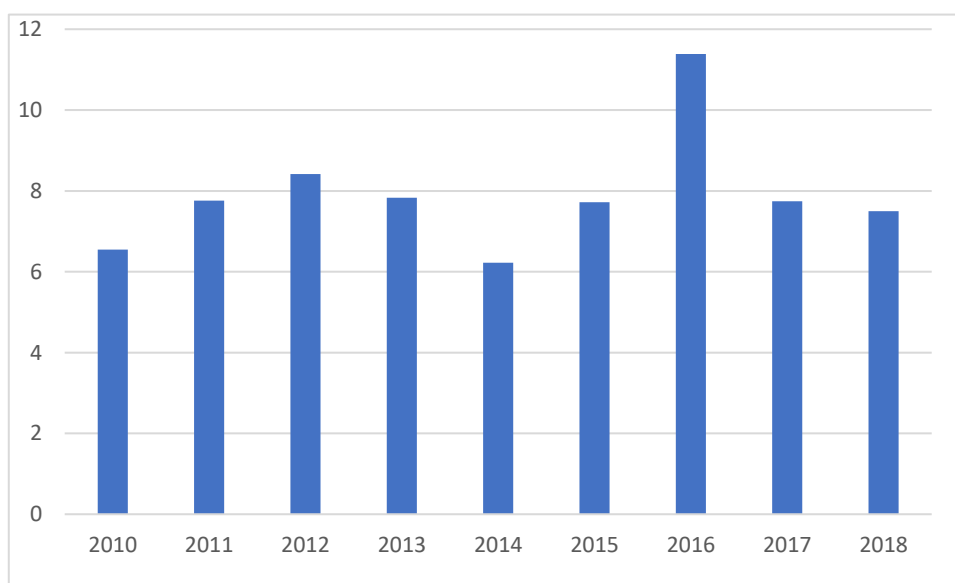
Uma vez que o quadro macroeconómico do país vem estando deteriorado desde a crise de 2014, nos anos seguintes a importação destes produtos tem vindo a aumentar para satisfazer as necessidades dos agentes económicos.

Na figura 12 destaca-se um aumento das importações cobertas pelas reservas internacionais líquidas de 89,18% entre 2016 e 2017, contudo uma redução nos períodos de 2017 a 2018 de 31%.

Figura 12 - Importação de Bens da Cesta Básica de 2016 a 2019 em USD milhões

Fonte: Adaptado de BNA (Vários anos)

Desde 2010, que as importações têm sido cobertas pelas reservas apesar de reduzidas em função da redução dos preços do petróleo e da produção interna, num período igual ou superior a 6 meses, o que permite mantê-las num patamar sustentável.

Figura 13 - Meses de cobertura de importações de bens mais essenciais entre 2010 e 2018 (USD Milhões)

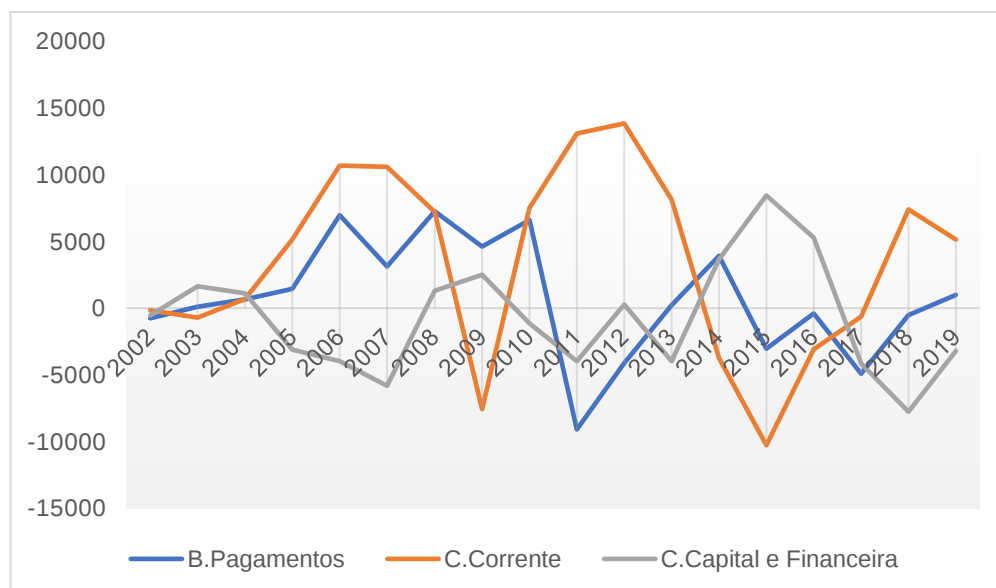
Fonte: Adaptado de BNA (Vários anos).

A figura 14 resume o comportamento da balança de pagamentos e dos seus componentes, e evidencia uma tendência positiva do seu saldo nos primeiros sete anos do período em análise, ou seja, no período de maior crescimento económico justificado por uma tendência na mesma direção da conta corrente que também cresceu de forma exponencial em função das exportações petrolíferas que aumentaram de forma expressiva entre 2002 e 2009.

Na segunda parte do período em análise a balança de pagamentos teve saldos deficitários em seis anos, sendo que o défice mais agravado foi observado em 2011 em 9087,7 mil milhões de dólares, porém foi desagravado fundamentalmente pelo impulsionamento do saldo da conta corrente, assim como, pelo desempenho de outros indicadores externos como a estabilidade cambial e a acumulação de reservas externas.

Nos outros anos em que a balança de pagamentos foi negativa, deve-se aos choques petrolíferos precedentes que tiveram maior incidência sobre a balança corrente e exigiram uma redução das reservas externas. Em suma, o saldo global da balança de pagamentos foi influenciado fundamentalmente pelo saldo da conta corrente, particularmente pela balança comercial que teve mais de 90% do seu saldo superavitário sustentado pelas exportações petrolíferas.

Figura 14 - Evolução da Balança de Pagamentos de Angola e seus componentes (2002-2019)



Fonte: Adaptado de BNA (Vários anos)

2.6.4 Síntese da análise efetuada

Ao longo deste capítulo notamos que durante o período de domínio português, a economia angolana fazia parte de um objetivo de tornar a metrópole numa economia preponderante ao nível do ocidente, apoiado num modelo de desenvolvimento tendo como motor as exportações de matérias-primas, com especial destaque para o café. Para o efeito, durante este período, foram sendo criadas infraestruturas de apoio ao desenvolvimento da indústria e dos transportes, que lamentavelmente foram destruídas com a guerra civil que assolou o país durante quase três décadas.

No início do século XXI, o cessar das armas e a retoma à paz, permitiu que fossem dados os passos necessários para implementar uma estratégia de crescimento e desenvolvimento do país. Por conseguinte, Angola tinha então a oportunidade trilhar de forma independente e pacífica o caminho do desenvolvimento. Seguiram-se após o alcance da paz efetiva, sete anos de forte crescimento económico, consubstanciado fundamentalmente pelas benesses propiciadas pelas receitas petrolíferas. Após esse período de crescimento situado acima de um dígito seguiu-se um período de menor crescimento derivado da crise financeira mundial.

O período em análise mostrou também que em termos de Desenvolvimento Humano, Angola ainda se encontra a um nível baixo em função de um baixo investimento público em setores fundamentais como a saúde e a educação, um reflexo do paradoxo dos objetivos encetados para o desenvolvimento e o caminho a percorrer, uma vez que os ganhos decorrentes das receitas petrolíferas são de forma recorrente maioritariamente canalizados para a segurança e outros setores de menor relevância no que tange aos objetivos de se criar uma sociedade com maior qualidade de vida e *know-how* independente. Ao observar o setor externo foi possível notar a quase total dependência daquele país das exportações petrolíferas para tornar positivo o saldo da conta-corrente e fazer face aos resultados negativos dos outros componentes da balança de pagamentos. De uma forma sucinta, podemos concluir que a economia angolana evoluiu no período em análises, ao ritmo dos preços do petróleo e das receitas provenientes destes e denota uma fraca diversificação, que apesar de constituir um objetivo principal do governo (e de já se ter dado passos com o PRODESI por exemplo) ainda se encontra aquém do almejado, ou seja, ao ponto de prover as necessidades básicas da população sem recorrer ao exterior como fornecedor imprescindível de produtos e serviços essenciais.

Capítulo 3 - Caracterização e evolução da SADC

Neste capítulo iremos abordar acerca de um dos mais importantes organismos do continente africano. De forma sucinta vamos caracterizar o continente e retratar os processos de integração regional. Em seguida a nossa explanação vai-se focar na *Southern African Development Community* (SADC) na qual iremos contextualizar a sua forma de integração e analisar a sua evolução económica com ênfase em 2002 a 2019.

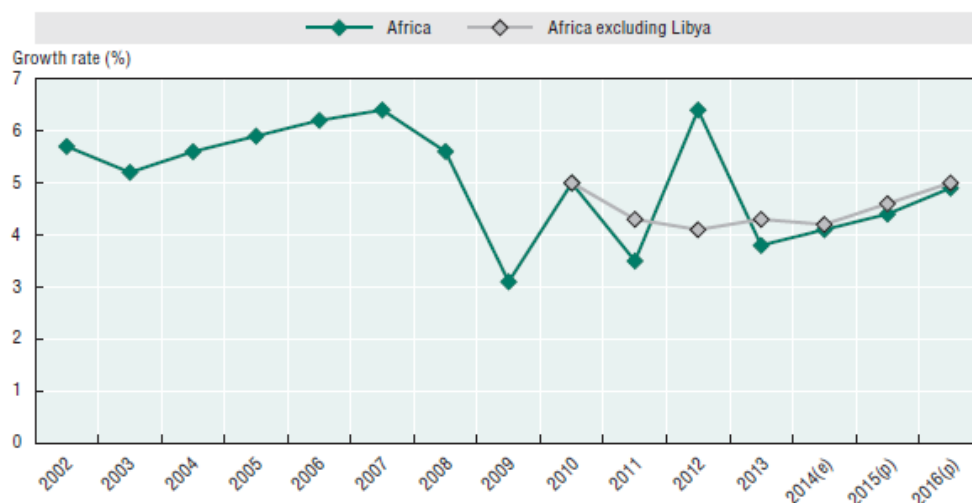
3.1 Primórdios do processo da integração regional em África

3.1.1 Caracterização económica de África

África é o terceiro maior continente do mundo ocupando uma extensão territorial de cerca de 30 milhões km² e cobrindo uma área total no planeta terra equivalente a cerca de 20,3% em terra firme distribuída em 54 países. É um dos continentes mais populosos do mundo com mais de 1 bilião de habitantes, ocupando o segundo lugar neste ranking por detrás apenas do continente asiático.

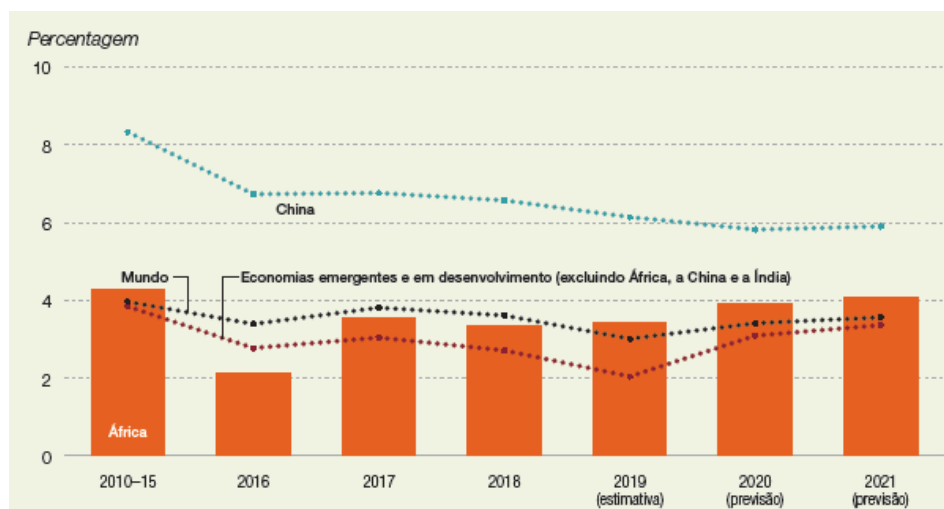
Trata-se de um continente abundante em matérias-primas (contém reservas de diamantes, ouro, petróleo, gás natural, etc.) e com condições climáticas propícias para a agricultura para a maioria dos países. Porém, é ainda assim o continente mais pobre do mundo com várias disfunções. Dentre os vários problemas que arrasam as economias e as sociedades africanas destacam-se o grande número de portadores de VIH, os recorrentes conflitos armados, a agudeza da fome e da miséria, as altas taxas de mortalidade infantil, o surgimento de várias epidemias que afetam a já baixa expectativa de vida, entre outros problemas que contribuem para o seu subdesenvolvimento. Fatores como estes também levam alguns críticos e aos mais pessimistas, a rotularem aquele continente como “a terra sem esperança” (Menezes & Filho, 2006).

Não obstante tais dificuldades e fatores de subdesenvolvimento, desde o início do século XXI até a crise financeira global que o continente num todo cresceu acima dos 4%. Porém, desde 2009 que este crescimento foi inferior entre 2010 e 2011 em comparação aos registados anos atrás. E apesar de um pico de crescimento superior a 5% em 2012, nos anos de 2013 e 2014, a sua expansão foi moderada situada em 3,5% e 3,9% respetivamente, sendo que este último particularmente, esteve um ponto percentual aquém das previsões derivados aos problemas domésticos de várias ordens que muitos países africanos apresentam. Nos anos seguintes de 2015 e 2016, as projeções apontavam para um crescimento na ordem dos 4,5% a 5% respetivamente (figura 15) (African Development Bank Group, 2016).

Figura 15 - Taxa de crescimento africana (2002-2016)

Fonte: *African Development Bank*, 2016

Todavia, o crescimento moderado na casa dos 3% persistiu de 2017 a 2019, sendo que neste último a taxa de crescimento situou-se em 3,4%, sensivelmente o mesmo que em 2018. De acordo com o Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (*African Development Bank Group*) no seu anual relatório sobre as perspetivas económicas africanas (*African Economic Outlook*), o crescimento mais lento destes últimos anos, deve-se em parte ao crescimento mais baixo por parte das cinco grandes economias do continente – África do Sul, Argélia, Egito, Marrocos e Nigéria que juntas em 2019 representaram 55% do crescimento em África – que tiveram um crescimento médio de 3,1%. Contudo, quando comparamos o crescimento do continente africano com a média mundial e com a média das economias avançadas com a exceção da China e da Índia, é possível notar em 2019 uma média de crescimento superior à de 3% e em 1,7% respetivamente, conforme mostra a figura 16 (*African Economic Outlook*, 2020).

Figura 16 - Crescimento de África vs. Média mundial

Fonte: *African Economic Outlook*, 2020

Em suma, o continente africano apesar da sua abundância em matérias-primas não consegue traduzir esta vantagem comparativa em relação a outros continentes com menor potencial de riqueza natural, em desenvolvimento sustentável por razões ligadas em grande parte ao seu passado histórico mais concretamente pelo período de colonização e pela exploração sem o objetivo de desenvolvimento interno da parte de alguns parceiros ocidentais e de outras partes. Para além destes fatores, destacam-se também os relacionados com os conflitos internos que deterioram em grande parte a maioria das infraestruturas e deslocam a população; a mão-de-obra pouco qualificada, as várias epidemias (como o ébola, a malária e o paludismo entre outras), a fome e a pobreza, extrema para citar alguns destes problemas. Todavia, muitos esforços conjuntos têm sido levados a cabo como pontapé inicial rumo ao alcance dos objetivos do milénio, por intermédio de processos de integração regional dos quais em seguida destacaremos de forma sumária os blocos económicos.

3.1.2 A integração económica regional em África

A integração económica regional, é considerada como um instrumento privilegiado para alcançar o desenvolvimento económico de modo mais célere, abrangente e menos oneroso. Tal ocorre pelo facto de as economias regionais mais sólidas proporcionarem a partilha de riscos entre economias mais vulneráveis, o que por sua vez permite a redução de conflitos armados, promove o comércio intrarregional bem como o reforço da competitividade e a exploração de complementaridades. Por outro lado, quando bem-sucedido, este processo

atrai também o investimento de indústrias modernas e fornece o acesso aos mercados e tecnologias mais desenvolvidas (Essien, 2015). Desta forma podemos notar a importância deste instrumento para o continente.

Efetivamente, ao longo dos anos as primeiras associações realizaram-se em regiões colonizadas por uma mesma metrópole e por países com alguma relação económica antes da independência, o que implicou a manutenção dos laços económicos entre os países africanos e as metrópoles europeias (Menezes & Filho, 2006). Este foi o caso por exemplo da Comunidade Económica de Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que incorpora países vizinhos e colonizados por quatro metrópoles — os ingleses, os franceses, os espanhóis e os portugueses —, dentro da qual se encontra a União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) sub-bloco constituído por oito membros da CEDEAO (maioritariamente francófonos). Igualmente é o caso da SACU (*Southern African Customs Union*) ou UAAA (União Aduaneira da África Austral) e da SADC. Em suma, após a década 1960 quando ocorreram inúmeras independências, em África foram criadas diversas comunidades económicas regionais motivadas por grupos políticos, tanto é que na atualidade, cada país pertence a pelo menos um grupo económico, o que demonstra o quão crucial é a integração regional para os países africanos (Geda & Seid, 2015).

3.2 A SADC como organismo estratégico

3.2.1 Breve contextualização histórica da África Austral

A África Austral ou África Meridional, como também é conhecida, é a região localizada mais ao sul do continente africano que na sua costa Oriental é banhada pelo Oceano Índico e na sua costa Ocidental pelo Oceano atlântico. Trata-se de uma zona constituída por vários países - África do Sul, Angola, Botswana, Comores, República Democrática do Congo, Ilhas Maurícias, Ilhas Seychelles, Lesoto, Madagáscar, Malauí, Moçambique, Namíbia, Eswantini (Suazilândia), Tanzânia, Zâmbia e o Zimbabué – que em conjunto formam a SADC. Esta região foi marcada por vários conflitos, dentre os quais destacam-se aqueles que estão ligados aos de preconceitos raciais e aos regimes segregacionistas, que no fundo conforme mostraram (Langa & Sacavinda, 2019), são consequência do antagonismo em que o mundo vivia pelo conflito bipolar entre os Estados Unidos e a URSS, denominado por guerra fria. Estes desafios influenciaram para o surgimento de uma conduta de solidariedade e cooperação entre os países daquela região e por quase todo o continente africano. Este espírito solidário e cooperativo foi evidenciado pela ELF e pela SADCC.

3.2.1.1 Desde a década de 1930 à independência

A região austral do continente africano foi alvo de grande interesse da parte do ocidente por causa do seu potencial mineral. Posteriormente o fim da segunda guerra mundial a maioria dos países africanos ainda se encontrar sob a ocupação das suas metrópoles ou a funcionar como domínio das suas colónias (caso por exemplo da África do Sul que antes era um domínio britânico e tinha como nome União Sul-Africana), em 1945 no congresso pan-africano verificou-se uma ocupação maciça de representantes africanos (sem a participação de nenhum africano originário das colónias portuguesas, francesas ou belgas) com a permissão de se organizarem para impedir o ímpeto explorador ao qual estavam sujeitos e a lutarem pelas suas independências (Meira & Carvalho, 2018).

A questão racial passou a ganhar maior destaque principalmente no final da década de 1940, por causa do *apartheid*. Na prática os atos de segregação resumiam-se a manter todos os altos postos de trabalho e os maiores salários para os brancos, enquanto qualquer iniciativa de produção para consumo de origem negra era sabotada de modos a eliminar a concorrência (Chaniwa, 2010; Langa & Sacavinda, 2019).

De acordo com Chaniwa (2010) já no limiar da segunda guerra mundial havia uma certa interdependência entre os países da região austral, na qual cada país tinha a sua particularidade.

À medida que o cenário mundial mudava sobretudo no ocidente os países desta região passaram a lutar pela sua autonomia. Com a exceção da União Sul-Africana que apenas mudou para República da África do Sul com a mudança de sistema de governação, as colónias inglesas na África conquistaram as suas independências entre 1957 e 1965, as colónias francesas na década de sessenta (com a exceção da Guiné-Conacri em 1958 e do Djibuti em 1977) e as colónias portuguesas na década de 1960 e 1970 (Suret-Canale & Boahen, 2010).

3.2.1.2 Estados da linha de frente (ELF)

O ELF (Estados da Linha de Frente) que era constituído por Angola, Botsuana, Moçambique, Namíbia e o Zimbabwe foi criado posteriormente à independência da maioria dos estados daquela região, na década de 1970. Este surgiu posteriormente a uma atuação pujante da Tanzânia na causa dos movimentos de libertação da África Austral e de reuniões da parte do Comité de Libertação da OUA. Dentre os movimentos de libertação com os quais

o ELF pretendia apoiar estavam o ANC (Congresso Nacional Africano) e o PAN *Africanist Congress of Azania* (PAC) na África do Sul, a SWAPO na Namíbia, e a *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e *Zimbabwe African People's Organization* (ZAPU) na Rodésia do Sul. Ao contrário das organizações precedentes ao ELF – dentre as quais se destacaram três: o Movimento Pan-Africano de Liberdade para a África Oriental, Central e Austral/Movimento Pan-Africano de Libertação para a África Oriental e Central (PAFMECSA/PAFMECA); a Conferência de Países Africanos do Leste e do Centro (CECAC) e o Mulungushi Club – o seu prestígio era diferenciado pelo facto de ter o reconhecimento internacional da ONU, ter mandato na OUA e principalmente por trabalhar com a Grã-Bretanha. O ELF não se circunscrevia à política, uma vez que atuava também como referem Meira e Carvalho (2018) ao nível da coordenação de políticas de segurança, como foi exemplo a criação do Comité de Segurança e Defesa Intraestatal (ISDC).

3.2.1.3 Da SADCC à SADC

A SADCC é o resultado histórico e político dos Estados da Linha de Frente. De facto, a criação da SADCC foi uma vitória estratégica do ELF sobre as intenções da África do Sul de tornar as economias da região dependentes dela por meio da Constelação de Estados da África Austral (CONSAS) (Moma, 2012; Meira & Carvalho 2018). Todavia, os objetivos da SADCC foram traçados para além da simples redução da dependência tanto da África do Sul como dos estados entre si, mas também para abraçar o desenvolvimento básico e a integração regional. Deste modo, a SADCC esteve consubstanciada em quatro objetivos principais: a redução da dependência dos estados-membros, em particular, não apenas do apartheid na África do Sul; forjar vínculos para criar uma integração regional genuína e equitativa; Mobilização de recursos dos estados-membros para promover a implementação de políticas nacionais, interestaduais e regionais e Ação concertada para assegurar a cooperação internacional no âmbito da estratégia de libertação económica (SADC, 2019).

Em 1992, os países da SADCC assinaram a declaração e o Tratado *Southern Africa Development Community* (SADC) em Windhoek, na Namíbia que dava estatuto jurídico à Comunidade com obrigações por parte dos Estados. Neste tratado também foram estabelecidos os seus principais objetivos, do qual se destacava o alcance do crescimento e posterior desenvolvimento económico, por via do alívio da pobreza, melhoria do padrão e qualidade de vida dos povos da África Austral e o apoio aos socialmente desfavorecidos por via da integração regional. A África do Sul juntou-se à SADC após o final do regime do *apartheid*, em 1994. Atualmente a SADC é constituída por 16 membros: África do Sul, Angola,

Botsuana, Comores, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Tanzânia, Zâmbia e o Zimbabué.

Os diversos protocolos que se seguiram, visavam o aumento da integração nas áreas de comércio, educação, energia e turismo; no qual o comércio tinha maior importância. Tendo como meta final a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias da região, a estratégia para o comércio que mereceu a aprovação de dois terços dos membros para ser efetivada, foi traçada sob quatro objetivos: (i) liberalizar mais o comércio de bens e serviços através de acordos justos, mutuamente benéficos e complementados por outros protocolos, garantindo uma produção eficiente e refletindo as vantagens comparativas dos países; (ii) melhorar os investimentos entre as fronteiras e externos; (iii) estimular o desenvolvimento económico, diversificação e industrialização; (iv) intensificar a integração regional por meio do aumento do comércio na região facilitando o comércio entre os países. Uma vez que cada país apresentava diferentes estágios de desenvolvimento, a SADC foi criada com base numa estrutura descentralizada, na qual cada país era responsável por um setor. Apesar dessa estrutura descentralizada ter comprometido o desenvolvimento de alguns setores no bloco em função da fraca participação de alguns países na Comunidade, ressaltam-se alguns aspetos positivos da descentralização da integração como o fortalecimento da ideia de integração igualitária que beneficiaria a todos (Meira & Carvalho, 2018).

3.3 Evolução económica da SADC

Nesta secção iremos dar atenção para além dos indicadores económicos como o PIB e o comércio, também aos indicadores sociais como o IDH, a esperança média de vida e o PIB per capita. Ao compilarmos a evolução económica da SADC no período em análise levamos em conta o facto de que dentro do período em causa o bloco obteve a atual constituição apenas em 2018 com a adesão do último estado-membro, os Comores, uma vez que até 2004 o agrupamento regional era constituído apenas por catorze membros (antes da adesão do Madagáscar em 2005), ao invés dos atuais dezasseis. Esta informação é relevante, pois significa que na maior parte do intervalo em análise não iremos incluir os Comores nos indicadores económicos. Todavia, nesta secção, tal como nas anteriores foi feito todo o esforço possível de se apresentar a informação sobre a evolução económica da região de forma coesa respeitante ao bloco como um todo.

A tabela 9 ajuda-nos a conhecer cada um dos estados-membros da SADC mais precisamente a dimensão de cada país e o número de habitantes. A SADC ocupa uma expansão territorial de cerca de 9,6 milhões de km² e tem uma população total de cerca de

325.115.000 de habitantes. No que diz respeito à dimensão territorial, da tabela podemos destacar que o maior estado-membro deste bloco é a República Democrática do Congo, que ocupa uma posição de referência neste aspeto não apenas ao nível regional, mas também se encontra como o terceiro maior país em extensão territorial no continente. O país também é o mais populoso com cerca de 86 milhões de habitantes seguido pela África do Sul e pela Tanzânia, ambos com cerca de 58 milhões de habitantes.

Tabela 9 - Alguns indicadores dos países da SADC

Países Membros da SADC	Áreas (milhares km ²)	População (milhões de hab.)
Angola	1.246.700	30.000.000
África do Sul	1.213.090	58.558.000
Botsuana	582.000	2.304.000
Comores	1.861	0.851.000
Eswatini	17.200	1.148.000
Lesoto	30.360	2.125.000
Madagáscar	581.800	26.969.000
Malawi	94.280	18.629.000
Maurícias	2.030	1.270.000
Moçambique	786.380	30.366.000
Namíbia	823.290	2.495.000
R.D.C	2.267.050	86.791.000
Seicheles	460	0.098.000
Tanzânia	885.800	58.005.000
Zâmbia	743.390	17.861.000
Zimbabwe	386.850	14.645.000
Total SADC	9.662.541	325.115.000

Fonte: Adaptado de PNUD (vários anos)

No que diz respeito ao nível de desenvolvimento dos países da SADC, da tabela 10 podemos destacar um aumento da expectativa de vida em 2018 face a 2002 na maioria dos países. Em 2002 mais de metade dos estados-membros da SADC estavam classificados ao nível dos países com desenvolvimento baixo, este era o caso de Angola, Comores, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique, República Democrática de Angola, Tanzânia, da Zâmbia e do Zimbabwe. Para o mesmo ano, estes países também tinham as expectativas de vida mais baixas com menos de 60 anos, na qual a Tanzânia tinha a menor de todas com menos de 30 anos quanto a expectativa média de vida. Por outro lado, a África do Sul, o Botsuana, as Ilhas Maurícias, e a Namíbia estiveram classificados entre os países de

desenvolvimento médio e as Ilhas Seicheles foi o único país da SADC que se classificou nos países de desenvolvimento elevado. Os países que se destacaram no ano de 2002 como tendo uma expectativa média de vida equivalente ou superior a meio século foram os Comores, o Madagáscar, as Ilhas Maurícias, a Namíbia e as Ilhas Seicheles.

No ano de 2018 a maioria dos países que estavam classificados como os países de desenvolvimento baixo, subiram na sua classificação e situaram-se como países de desenvolvimento médio, com exceção do Malawi, de Moçambique e da R.D.C. A mesma evolução foi notória quanto à expectativa média de vida na maior parte dos países que tinham uma expectativa média de vida inferior a 50 anos, sendo esta barreira ultrapassada pela maioria dos países da Comunidade.

Tabela 10 – IDH e esperança média de vida na SADC

Países da SADC	IDH (valor)		Esperança média de vida à nascença (anos)	
	2002	2018	2002	2018
Angola	0,419	0,574	40,1	60,8
África do Sul	0,617	0,705	48,8	63,9
Botsuana	0,566	0,728	41,4	69,3
Comores	0,475	0,538	59,62	64,1
Eswatini	0,455	0,608	44,41	59,4
Lesoto	0,458	0,518	44,9	53,7
Madagáscar	0,457	0,521	59,72	66,7
Malawi	0,37	0,485	37,8	63,8
Maurícias	0,687	0,796	71,97	74,9
Moçambique	0,318	0,446	49,61	60,2
Namíbia	0,554	0,645	50,86	63,4
R.D.C	0,34	0,459	51,38	60,4
Seicheles	0,716	0,801	71,09	73,3
Tanzânia	0,413	0,528	23,5	65
Zâmbia	0,449	0,591	45,4	63,5
Zimbabwe	0,435	0,563	33,9	61,2

Fonte: Adaptado de PNUD (vários anos)

O Rendimento Nacional Bruto per capita que representa o rendimento do país dividido pelo número de habitantes, tem vindo a aumentar em todos os países quando comparados desde 2010. Destacam-se para as Ilhas Maurícias e de Seicheles como os

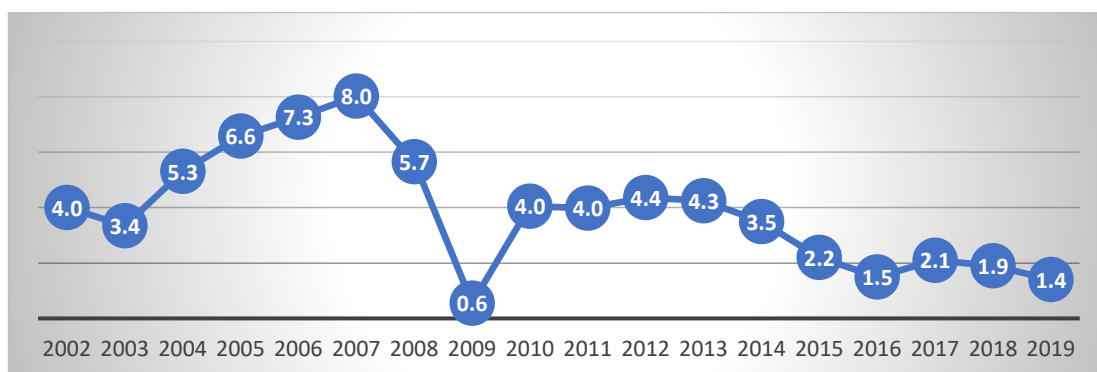
países com maior rendimento, visto que em oito anos apresentaram um aumento no seu rendimento per capita de cerca de 70% e 31%, respetivamente. Por outro lado, o país com menor rendimento por habitante de acordo com os dados do PNUD, é a República Democrática do Congo cujo valor por habitante não alcança os 1000 dólares (tabela 11).

Tabela 11 - RNB per capita dos países da SADC

Países da SADC	RNB <i>per capita</i> (\$)	
	2010	2018
Angola	4.941	5.555
África do Sul	9.812	11.756
Botsuana	13.204	15.951
Comores	1.176	2.426
Eswatini	5.132	9.359
Lesoto	2.021	3.244
Madagáscar	953	1.404
Malawi	911	1.159
Maurícias	13.344	22.754
Moçambique	854	1.154
Namíbia	6.323	9.683
R.D.C	291	800
Seicheles	19.128	25.077
Tanzânia	1.344	2.805
Zâmbia	1.359	3.582
Zimbabwe	176	2.661

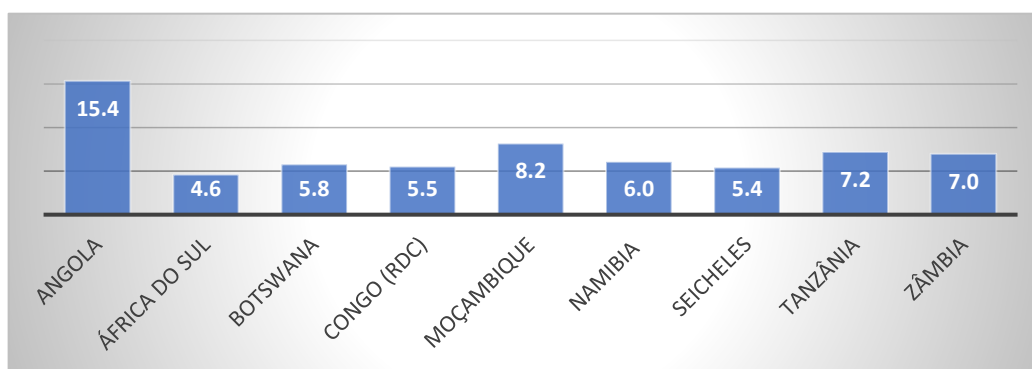
Fonte: Adaptado de PNUD (vários anos).

Durante os primeiros seis anos do período em análise verificamos que a taxa de crescimento média anual do PIB da SADC teve o seu pico máximo em 2007 (figura 16), porém, foi decrescente durante a crise global e apresentou o pior resultado na série com um crescimento abaixo de 1% em 2009. Todavia, nos anos seguintes a partir de 2010 esta tendência decrescente foi alterada, e o produto conjunto do bloco situou-se na ordem dos 4% até 2013. No período seguinte quando evidenciou uma nova alteração de tendência para descendente, apesar de uma breve subida em 2017, prevaleceu aquém da melhor fase do período em análise, isto é, entre 2004 e 2007, assim como da fase de visível recuperação entre 2010 e 2014 uma vez que o crescimento não ultrapassou os 2%.

Figura 17 - Taxas de crescimento do PIB (%) de 2002 a 2019

Fonte: Adaptado da SADC Yearbook (vários anos)

Durante o notório crescimento anual particularmente visto entre 2004 e 2007, as economias ricas em recursos naturais como o petróleo, o gás bem como de minérios e outros recursos, impulsionaram o seu crescimento, alavancado pelos elevados preços destes a nível internacional. Este foi o caso por exemplo de Angola, da África do Sul, do Botswana, Congo (R.D.), Moçambique, Namíbia, Seicheles, Tanzânia e da Zâmbia que cresceram em média cerca de 5% durante este período (figura 18).

Figura 18 - Países que mais cresceram em média entre 2002 e 2007

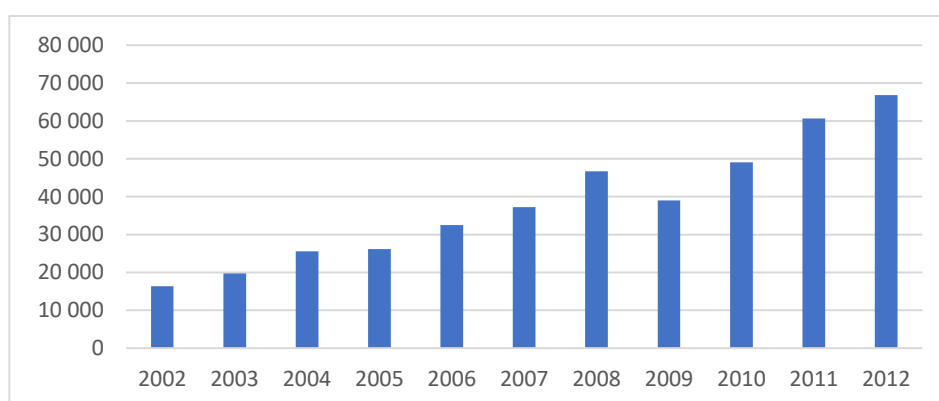
Fonte: Adaptado da SADC Yearbook (vários anos)

Apesar destes excelentes resultados, a sua continuidade viu-se interrompida nos períodos seguintes em função de diversos fatores. Dentre as principais causas dos resultados observados desde 2009, destaca-se a volatilidade dos preços das matérias-primas. De acordo com a (OCDE, 2018) outros fatores indicados com relevância para o abrandamento observado neste período são o défice de energia elétrica e a seca que por sua vez reduziu a produção agrícola. Para além destes fatores ligados à própria produção e as condições climáticas, o

relatório enfatiza ainda as incertezas políticas e a fraca confiança nas empresas locais OCDE, (2018).

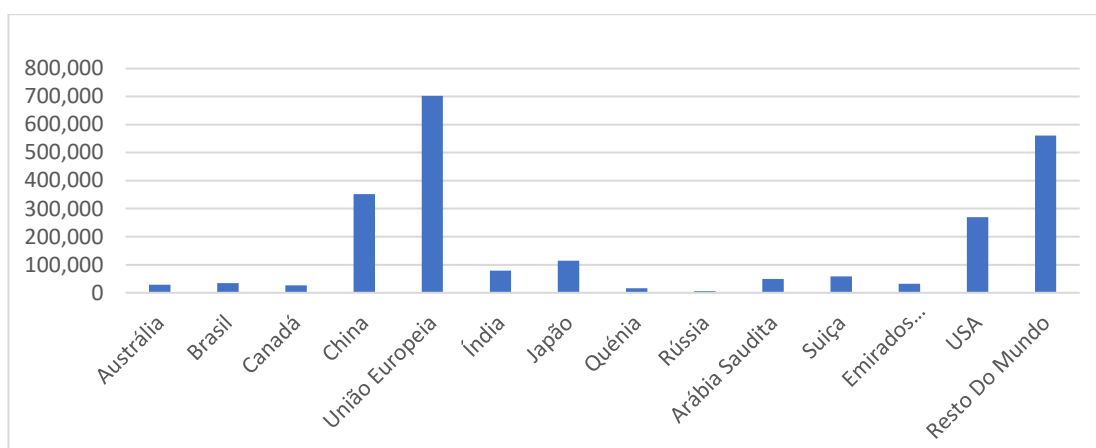
Apesar das desigualdades entre as economias da SADC, o comércio dentro do bloco sofreu um incremento se compararmos num período de dez anos entre 2002 e 2012, uma evidência do aumento do setor dos serviços ao nível da África Austral. (figura 19).

Figura 19 - Comércio dentro da SADC



Fonte: Adaptado da SADC *Yearbook* (vários anos)

As exportações de bens neste período representaram em 2012 um total acumulado de 180 milhões de dólares, enquanto as importações de bens para o mesmo período foram de 239 milhões de dólares. Ainda assim o comércio Intra SADC esteve abaixo do realizado fora da SADC, aonde as importações de bens, para o mesmo período foram de mais de 1.131.527 milhões de dólares e as exportações foram de 1.210.402 milhões de dólares. Dentre outros os principais parceiros da SADC que se destacaram durante este período foram a Austrália, o Brasil, o Canadá, a China, a União Europeia, Índia, o Japão, o Quênia, a Rússia, a Arábia Saudita, a Suíça, os Emirados Árabes Unidos, os USA (figura 19). No período de 2002 a 2012, o bloco europeu foi o principal parceiro comercial da SADC, com um valor de cerca de 700 milhões de dólares no acumulado dos 10 anos. No mesmo período, cerca de meio milhão de dólares no comércio extrabloco originou-se no resto do mundo. Esta tendência tem vindo a acentuar-se, segundo a OCDE (2018) em 2016, o comércio em percentagem do PIB situou-se em 65% tornando África Austral como a região africana mais aberta ao comércio.

Figura 20 - Principais parceiros de comércio dos países da SADC (2013)

Fonte: Adaptado da SADC Yearbook (vários anos)

3.4 Síntese da análise efetuada

Ao longo deste capítulo foi possível notar que a SADC surgiu dado o contexto no qual os seus membros estavam inseridos. Particularmente quanto a cooperação, o ELF mostrou-se ser um passo importante neste sentido. A SADCC que por sua vez albergava mais países foi igualmente crucial contra a atuação da África do Sul sob o regime do *apartheid*. Após a formação da SADC, os inúmeros protocolos subsequentes foram importantes para a criação de sinergias que com o passar do tempo têm permitido o incremento do comércio entre os países do bloco. Apesar do acréscimo nas trocas dentro do bloco, o PIB tem decrescido desde 2015 apresentando uma taxa média inferior a 2%. É um objetivo político recorrente ao longo do tempo, o de fomentar ainda mais o comércio nesta zona, todavia, em 2013 as trocas comerciais extrabloco mostraram-se estar ainda acima do comércio dentro do bloco.

No que diz respeito aos indicadores socioeconómicos, o Índice de Desenvolvimento Humano, demonstra por um lado que a maioria dos estados-membros do bloco têm percorrido de forma notável os objetivos encetados no que diz respeito à melhoria dos setores da educação e de saúde quando comparadas as posições que a maioria dos membros apresentava em 2002 relativamente à 2018. Um dos indicadores que demonstra esta realidade é precisamente o aumento da esperança média de vida da maioria dos países.

Capítulo 4 – Angola no contexto da SADC

4.1 Modelo de análise

Angola, face à sua atual capacidade de decisão e intervenção na gestão das questões políticas entre outras as ambientais, sociais, económicas, tecnológicas e de segurança, quer em termos regionais, quer mesmo no âmbito internacional, tem vindo a assumir um papel importante de cooperação e promoção da estabilidade, do dialogo e da obtenção de consensos.

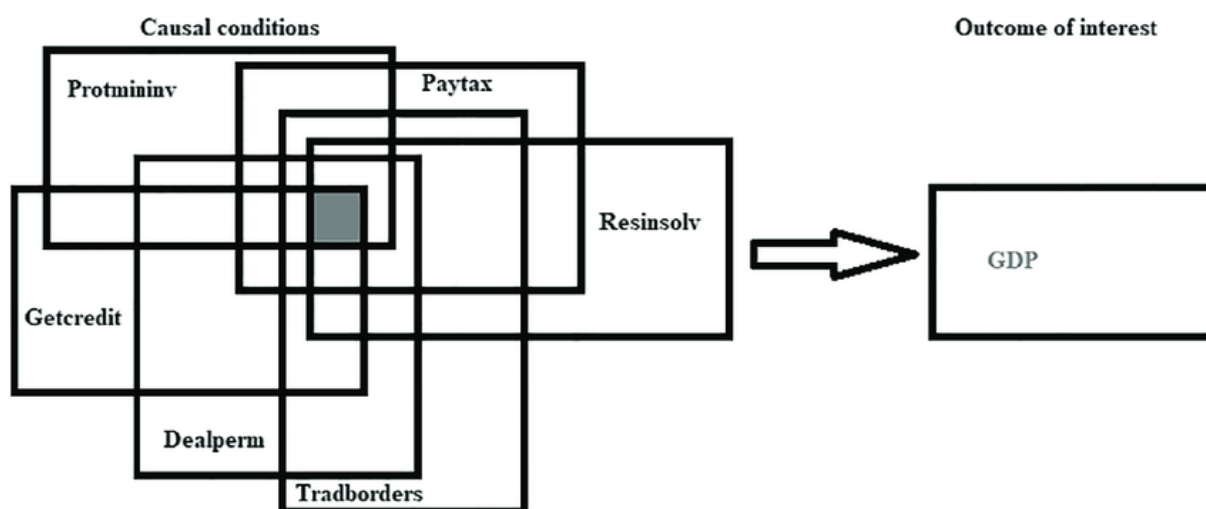
Segundo Almeida (2018) para além do papel que Angola desempenha na SADC, o país sobressai também (apesar de algumas dificuldades) como um dos vértices geradores de estabilidade no triângulo centro africano, onde a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comissão Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL) emergem como os catetos desse triângulo. Neste contexto, para Angola, a SADC, mais que uma organização político-económica representa a base de apoio do dito triângulo estratégico centro-africano onde Angola se configura como uma potência regional (Almeida, 2018).

Para analisar o posicionamento de Angola face aos restantes países membros da SADC, recorreu-se à metodologia aplicada pelo Banco Mundial, na elaboração dos Rankings *Doing Business 2020*. O *Doing Business* mede, analisa e compara as regulamentações aplicáveis às empresas e o seu cumprimento em 190 países. Ao recolher e analisar dados quantitativos sobre o ambiente regulatório das atividades empresariais em várias economias ao longo do tempo, o Banco Mundial incentiva os países a competir para alcançar uma regulamentação mais eficiente; oferece padrões de referência sobre reformas regulatórias (World Bank, 2020).

Esta opção metodológica, apesar de conter algumas inerentes limitações permite posicionar Angola num leque alargado de variáveis no seio da SADC. Como referem Estevão, Lopes, Penela e Soares (2020) ao contrário de outras abordagens, as classificações apresentadas no *Doing Business* concentram-se nas questões de regulamentação e na sua importância para o crescimento. Este aspeto tem sido alvo de especial atenção nos últimos anos tendo surgido diferentes estudos que evidenciam a regulação e o crescimento. Neste sentido, considerou-se como pertinente a adaptação do modelo de análise desenvolvido por Yadav, Balaji, & Jebarajakirthy (2019 cit. por Estevão *et al.*, 2020) ilustrado na figura 21e no seguimento desta linha de pensamento conjugar os dez domínios de análise do *Ranking de Doing Business*: (i) Abertura de empresas, (ii) Obtenção de alvarás de Construção (iii) Obtenção de eletricidade, (iv) Registo de propriedades, (v) Obtenção de crédito, (vi) Proteção

dos investidores minoritários, (vii) Pagamento de Impostos, (viii) Comércio entre fronteiras, (ix) Execução de contratos e (x) Resolução de insolvências.

Figura 21 - Modelo de Análise Regulamentação e Crescimento



Fonte: Yadav, Balaji, & Jebarajakirthy (2019 cit. por Estevão *et al.*, 2020)

4.2 Interpretação e discussão dos resultados obtidos

4.2.1 Classificação dos países da SADC da facilidade de fazer negócios

Dos países da SADC que melhor se posicionaram para o ano de 2020, destacam-se as Ilhas Maurícias que ficou em 13º lugar, seguido da África do Sul, Zâmbia, Botsuana, e as Ilhas Seicheles como os cinco países melhores posicionados. Angola por sua vez situou-se em 177º lugar ficando atrás apenas da R.D.C. (183º lugar) sendo os países pior classificados deste ranking, situados muito acima da média dos países do bloco (tabela12).

Em 2019 Angola localizava-se na posição 173º. Esta queda levou o ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, a afirmar que Angola quer subir 15 posições no *Ranking Doing Business* até 2022, uma "decisão firme" para a qual pretende contar com a ajuda do Banco Mundial. Como refere Pimentel (2020) a meta, estabelecida no Plano de Desenvolvimento Nacional consiste em subir 15 posições até 2022. Para o ministro é inequívoco que Angola tem de fazer todos os esforços inerentes para conseguir melhorar a sua posição.

Tabela 12 – *Doing Business* dos Países Membros da SADC

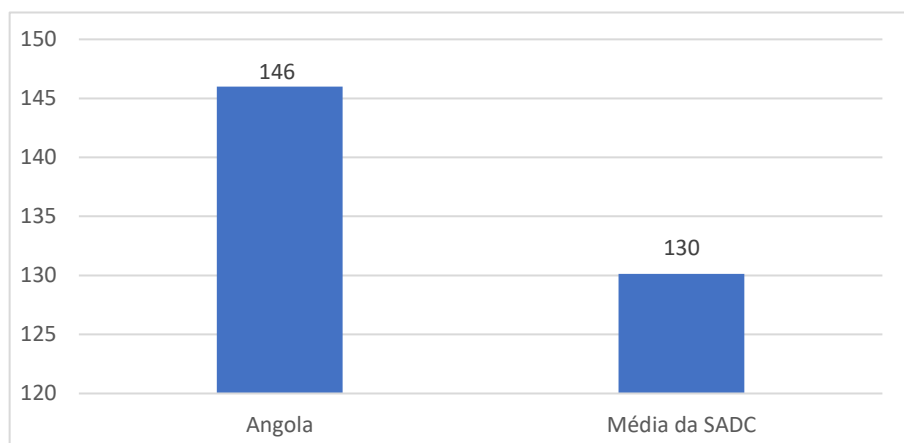
Países Membros da SADC	DB 2020 Ranking
Angola	177
África do Sul	84
Botsuana	87
Comores	160
Eswatini	121
Lesoto	122
Madagáscar	161
Malawi	106
Maurícias	13
Moçambique	138
Namíbia	104
República Democrática do Congo	183
Seicheles	100
Tanzânia	141
Zâmbia	85
Zimbabwe	140
Média	120

Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020).

4.2.2 Domínios de análise dos índices do *ranking Doing Business*

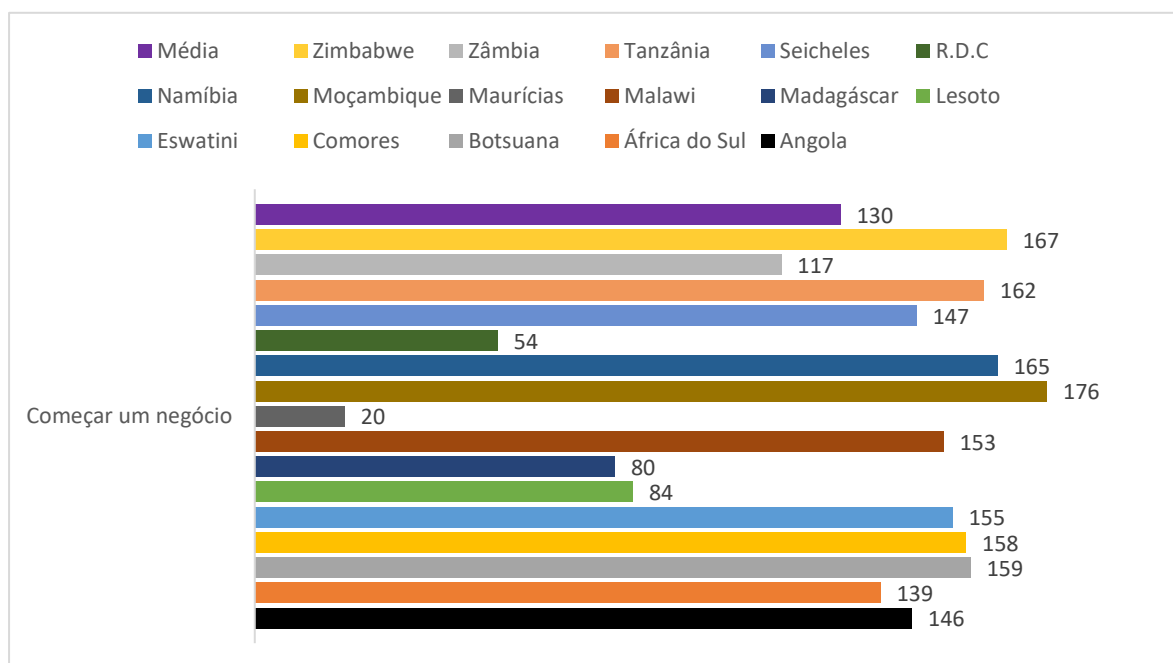
Os índices que compõem o *Ranking* visam medir, entre os vários países, as facilidades e os constrangimentos para desenvolver negócios e, por conseguinte, representam uma referência também para os governos. É composto por dez indicadores, cada um dos quais baseado em vários sub-indicadores, e todos eles são agregados, de acordo com uma regra fixa, numa pontuação final que determina a posição de um país entre 190 economias. A melhor posição é a 1 e a pior a 190. As médias calculadas servem para identificar a posição média dos países da SADC no ranking global.

Quanto ao critério de avaliação ligado ao início de um negócio (domínio que engloba os procedimentos, tempo, custo e capital mínimo necessário para se iniciar uma sociedade), destaca-se a média de classificação da SADC que foi de 130, e Angola foi classificada com a posição 146 (figura 22). Este indicador é muito importante tendo em consideração que a existência de maiores dificuldades em iniciar um negócio pode ser um desincentivo a uma maior intensificação das relações comerciais.

Figura 22 - Começar um negócio em Angola

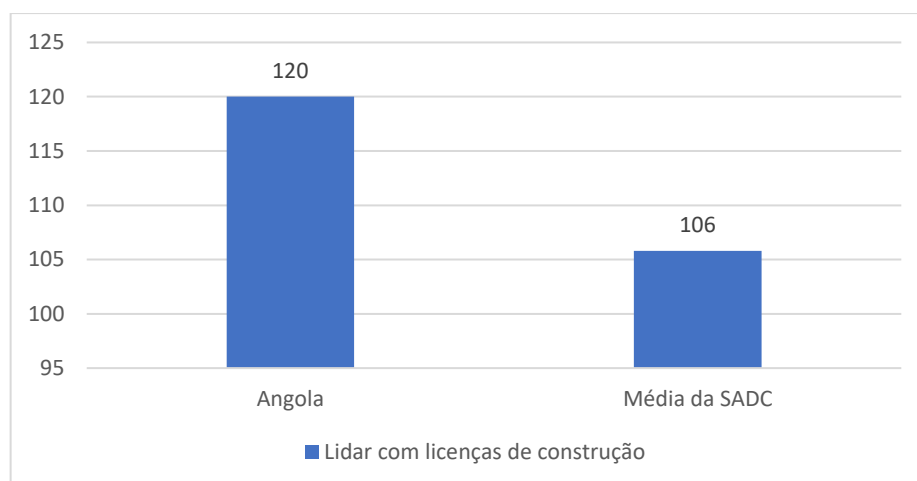
Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020)

Na figura 23 é possível observar que as Ilhas Maurícias são o membro que apresenta o índice mais baixo. Com taxas de crescimento anual que chegaram a atingir os 5 e 6%, o setor financeiro representa 50% do PIB, muito motivado pelas facilidades de abertura de empresas e um sistema fiscal de baixa tributação.

Figura 23 – Começar um Negócio nos membros da SADC

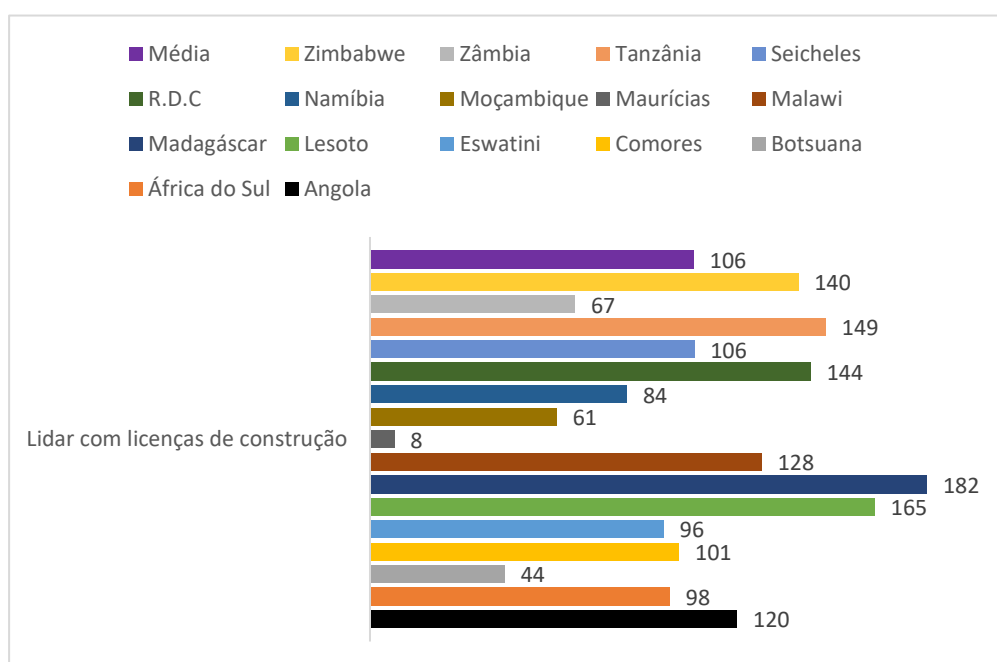
Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020).

Com respeito ao critério de como lidar com licenças de construção, a média do bloco foi de 105, e Angola ficou situada na posição 120 (figura 24).

Figura 24 - Lidar com licenças de construção em Angola

Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020).

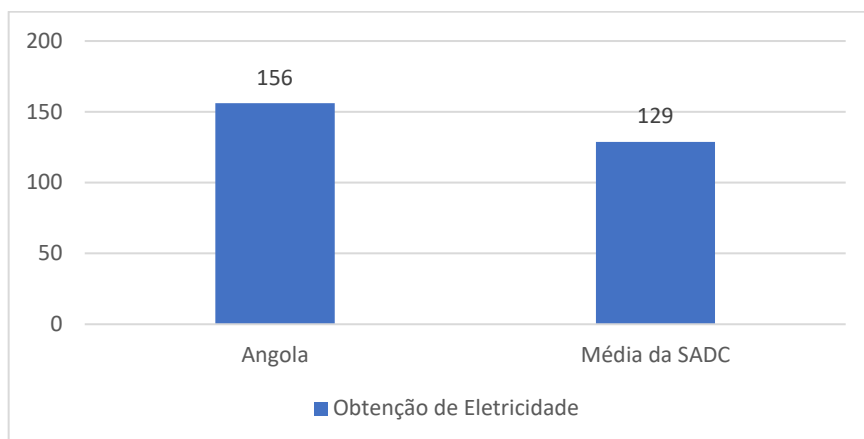
É consensual que a construção de infraestruturas sejam elas no âmbito do transporte de pessoas e mercadorias, sejam de saneamento, de produção de energia, associadas às tecnologias de informação e comunicação, ou à habitação e ao comércio, são pedras basilares das atividades económicas e cruciais ao seu desenvolvimento e ao bem-estar dos cidadãos. Dificultar sem razão plausível, por excesso de burocracia os processos de obtenção de licenças de construção, pode limitar consideravelmente os objetivos de desenvolvimento e crescimento mais ambiciosos (figura 25).

Figura 25 - Lidar com licenças de construção nos membros da SADC

Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020).

A média da obtenção de eletricidade do bloco foi 128, e Angola ficou classificada na posição 156 (figura 26).

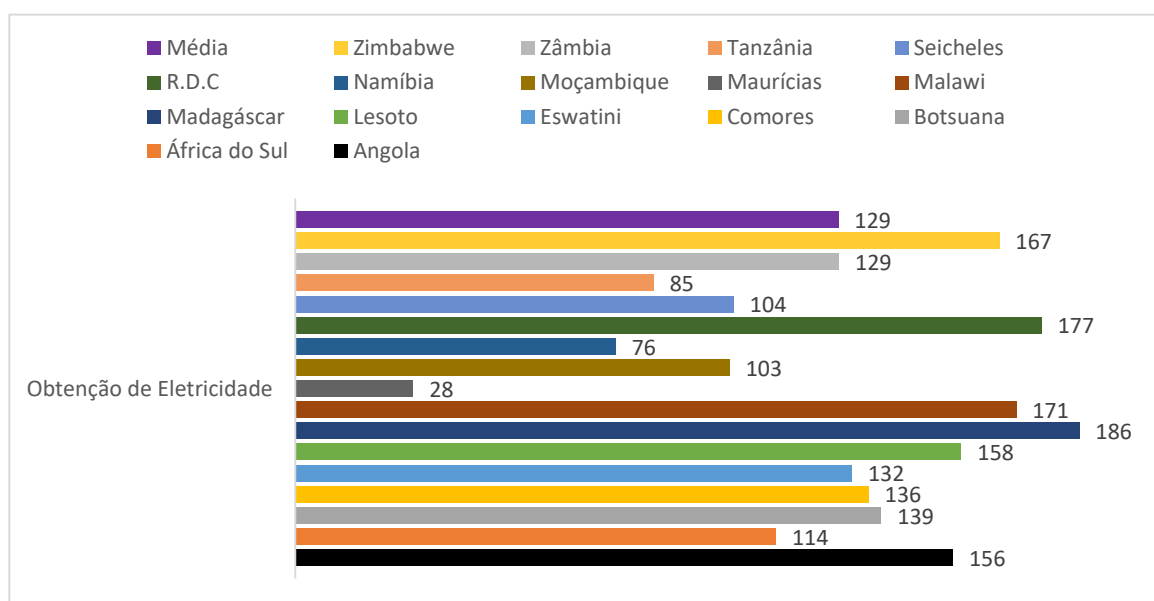
Figura 26 - Obtenção de Eletricidade em Angola



Fonte: Adaptado *World Bank* (2020).

As Ilhas Maurícias não têm depósitos de petróleo ou gás e são extremamente vulneráveis, às alterações climáticas pelo que apesar dos grandes geradores a gásóleo que produzem eletricidade, tem fomentado a utilização de fontes de energia sustentáveis, sendo dentro da SADC um dos grandes impulsionadores. Outro exemplo para o uso de energia solar é encontrado na Zâmbia, onde o sol alimenta as bombas de água para a agricultura, no entanto, em termos de obtenção o país ainda se encontra na 129ª posição (figura 27).

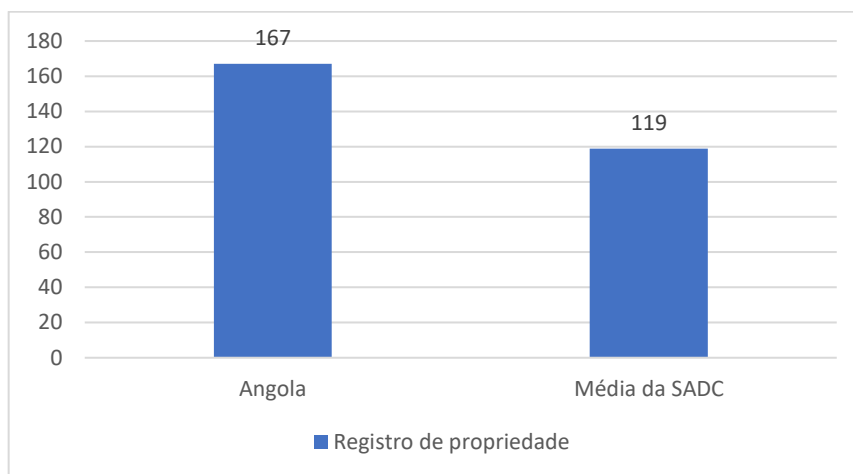
Figura 27 - Obtenção de Eletricidade nos membros da SADC



Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020)

A média do bloco para o registo de propriedade foi de 118 e Angola esteve na posição 167(figura 28).

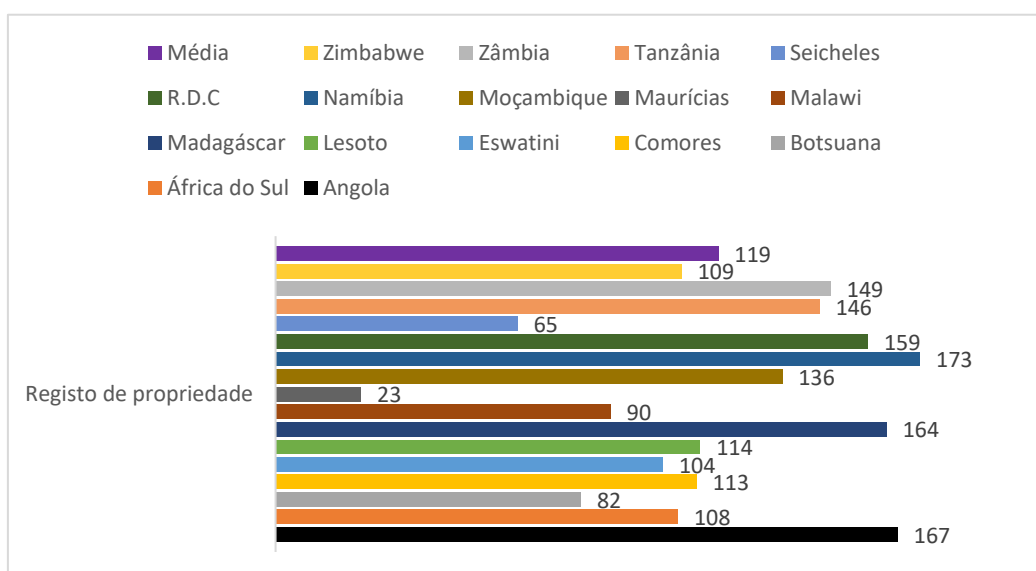
Figura 28 - Registo de propriedade em Angola



Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020)

O setor privado tem sido a força motriz do crescimento económico de muitos países, pelo que este indicador carece da melhor atenção por parte dos governos. E importante não esquecer as consequências das crises provocadas pelo endividamento excessivo dos Estados (figura 29).

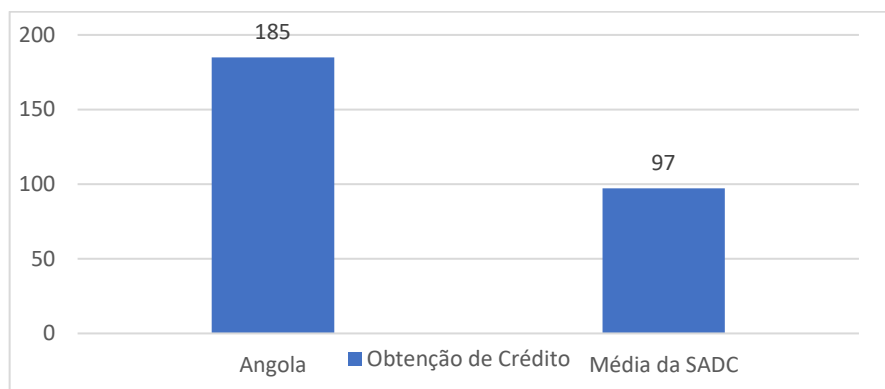
Figura 29 - Registo de propriedade nos membros da SADC



Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020)

No tocante a critério de obtenção do crédito, a média foi de 97, e Angola apresentou a pior classificação em relação à média dos dez critérios, que ficou em 185 (figura 30).

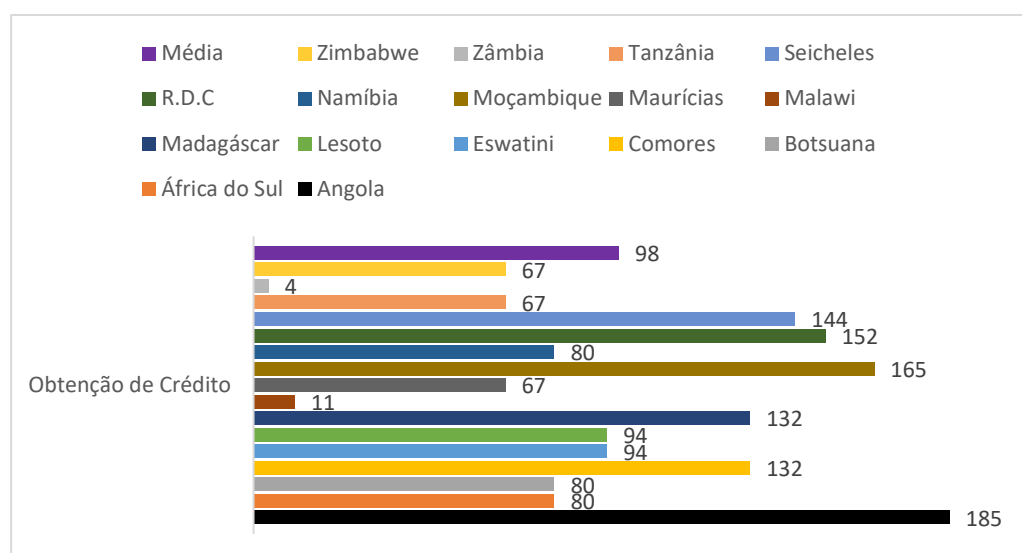
Figura 30 - Obtenção de Crédito em Angola



Fonte: Adaptado *World Bank* (2020).

O investimento é uma condição fundamental para o crescimento económico e para o aumento da produtividade. É o investimento que possibilita a aquisição de instalações e equipamentos adequadas, a aposta no conhecimento, na qualificação dos recursos humanos e em estratégias de criação de valor. Por conseguinte a falta de financiamento, pode contribuir para um menor empreendedorismo e o abandono de projetos geradores de riqueza e desenvolvimento (figura 31).

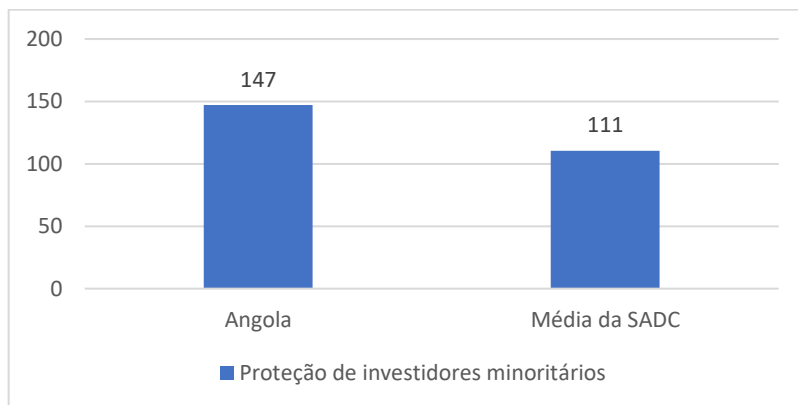
Figura 31 - Obtenção de Crédito nos membros da SADC



Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020).

A proteção de investidores minoritários teve a média de 111 para o bloco, ao passo que Angola ficou na posição 147(figura 27).

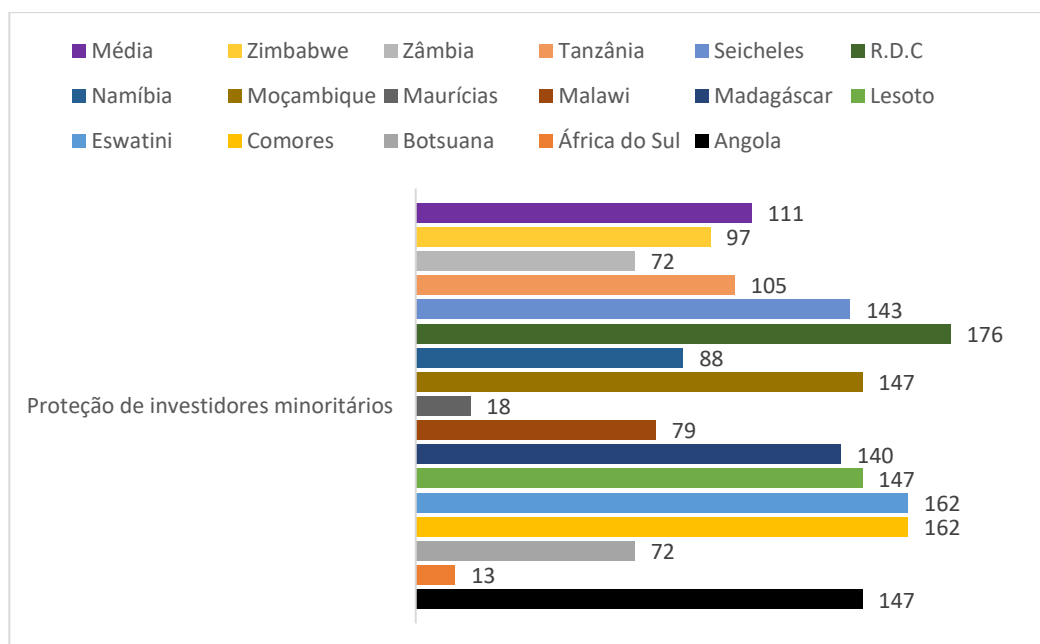
Figura 32 - Proteção de investidores minoritários em Angola



Fonte: World Bank (2020).

O índice de proteção dos investidores minoritários é calculado tendo em consideração a proteção em casos de conflito de interesse e a respeito pela salvaguarda dos direitos dos sócios e acionistas. Analisa a legislação, o grau de informação financeira e não financeira sobre as empresas, a possibilidade dos acionistas ou sócios atuarem perante uma gestão ineficiente ou mesmo fraudulenta, entre outros aspetos. A confiança, a transparência e o acesso à justiça são elementos-chave na captação de investimento (figura 33)

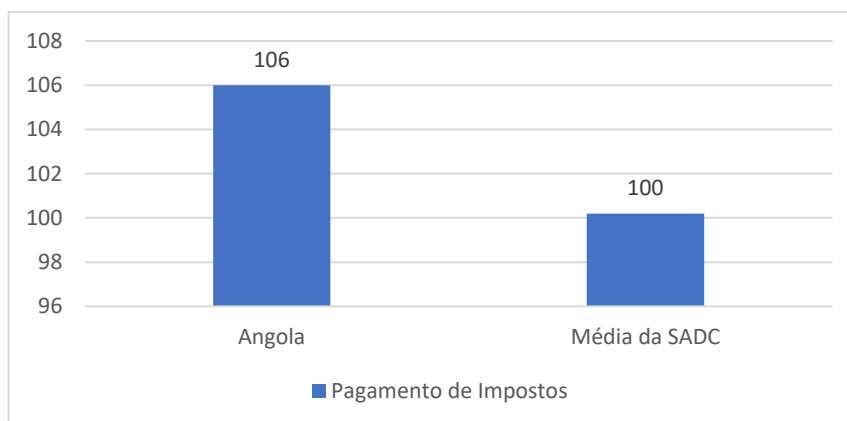
Figura 33 - Proteção de investidores minoritários nos membros da SADC



Fonte: Adaptado de World Bank (2020).

Quanto ao pagamento de impostos, a média do bloco foi de 100, e Angola ficou em 106 (figura 34).

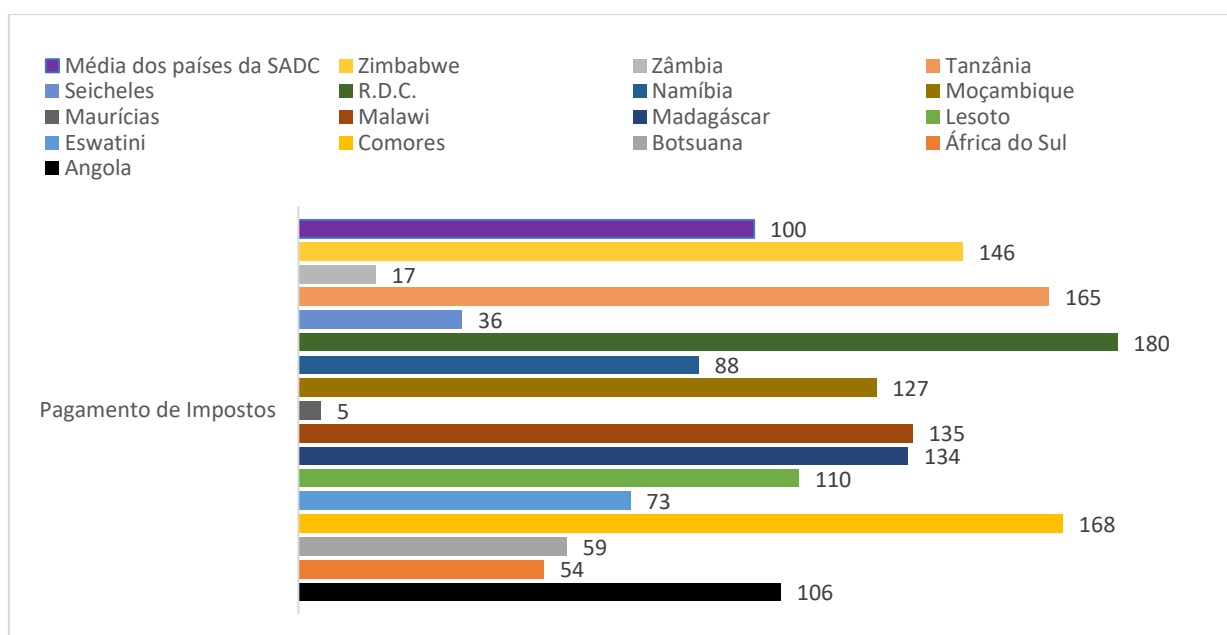
Figura 34 - Pagamento de impostos em Angola



Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020).

Este indicador tem sido dos mais polémicos e alvo de algumas correções. Ao abordar os impostos e contribuições obrigatórias que uma empresa deve pagar ou reter em um determinado ano, assim como a carga administrativa relacionada ao pagamento de impostos, considera que uma maior carga fiscal é mais prejudicial à dinamização dos negócios e por conseguinte ao crescimento económico. Sendo uma verdade, acaba por beneficiar os países com sistemas de tributação baixos como é o caso das Ilhas Maurícias (figura 35).

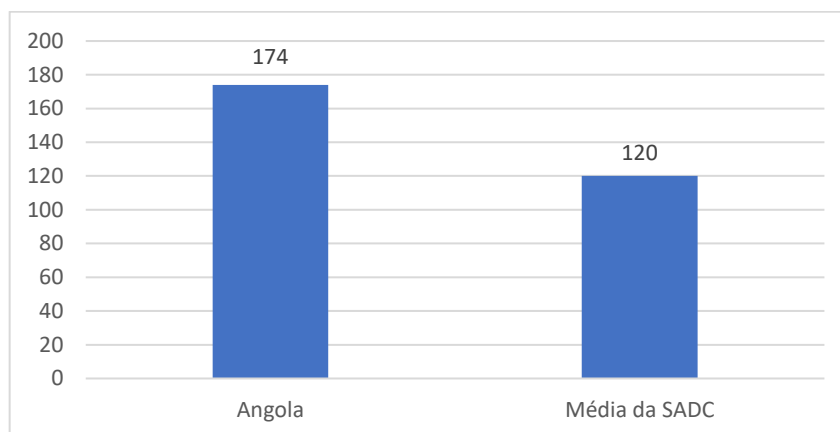
Figura 35 - Pagamento de Impostos nos membros da SADC



Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020).

A média do bloco para o comércio entre fronteiras foi de 120, critério no qual Angola situou-se em 174 (figura 36).

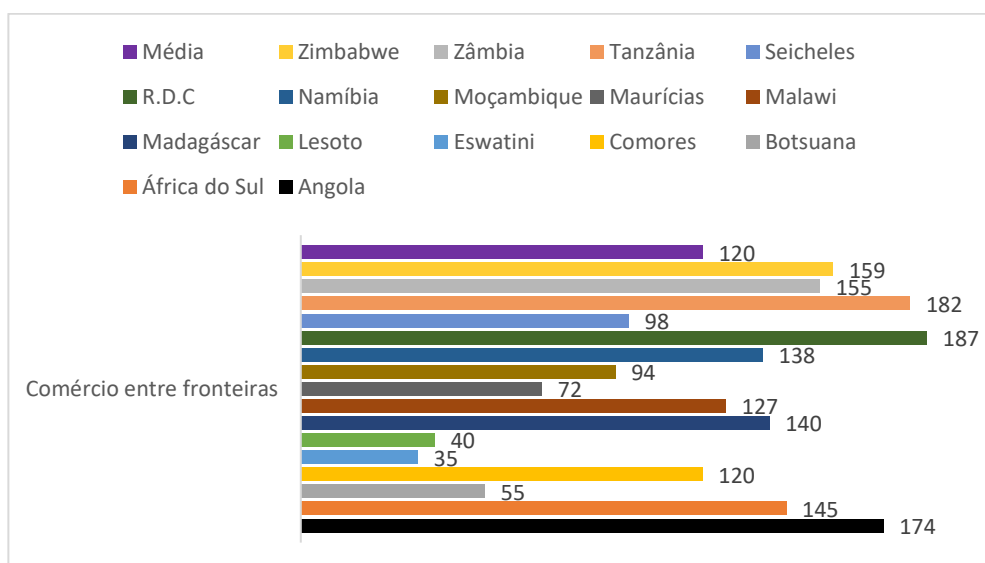
Figura 36 - Comércio entre fronteiras em Angola



Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020).

Não sendo um indicativo da abertura de certa economia, mas sim do tempo e dos custos (excluindo as tarifas) associados à exportação e importação de produtos Trata-se de um domínio fundamental uma vez que influencia diretamente na atuação de determinada empresa de exportação. Neste domínio, o país do bloco melhor classificado foi o Eswatini (35º), cujo formalidades para exportações por terra demoram apenas dois dias para serem cumpridas (figura 37) e o pior classificado é a República Democrática do Congo (187º) aonde o tempo pode ser de 12 dias, em Angola por outro lado, o tempo máximo é de seis dias.

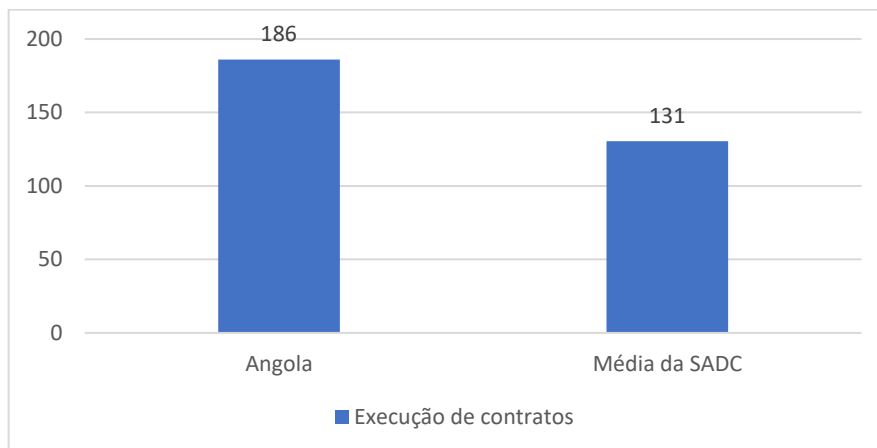
Figura 37 - Comércio entre fronteiras nos membros da SADC



Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020).

Como ilustra a figura 38, na execução de contratos, a média do bloco foi de 130 e Angola ficou em 186.

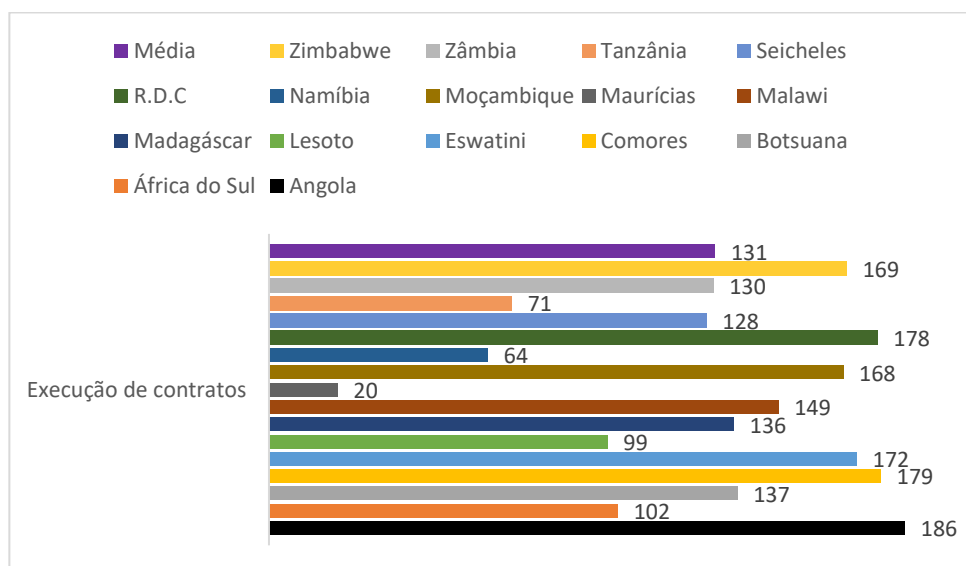
Figura 38 - Execução de contratos em Angola



Fonte: Adaptado *World Bank* (2020).

A execução de contratos que mede o tempo e o custo de se resolver uma determinada disputa comercial nas instâncias legais. Em Angola de acordo com o Banco Mundial, o tempo para a solução de determinada situação é de 1296 dias sendo o pior classificado do bloco (figura 39). A economia da SADC melhor classificada foi as Ilhas Maurícias (20º) aonde o tempo de resolução é de 490 dias.

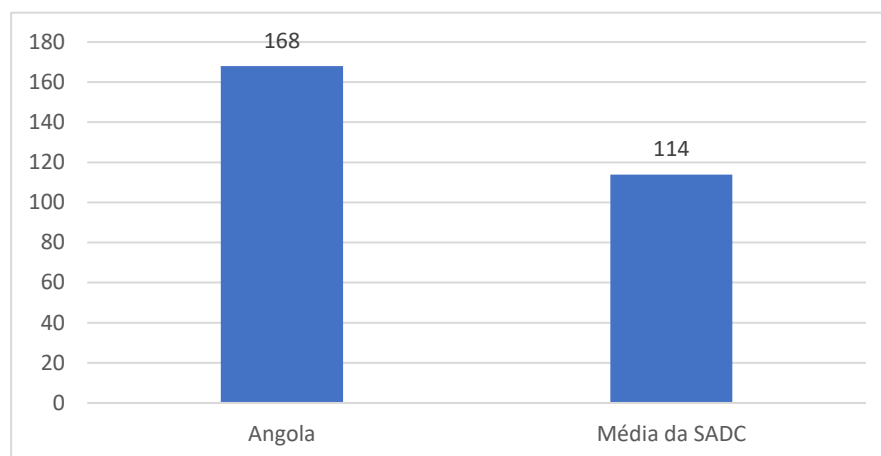
Figura 39 - Execução de contratos nos membros da SADC



Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020).

A média do bloco relativamente ao indicador para a resolução de insolvências foi de 114 e Angola ficou em 168º (figura 40).

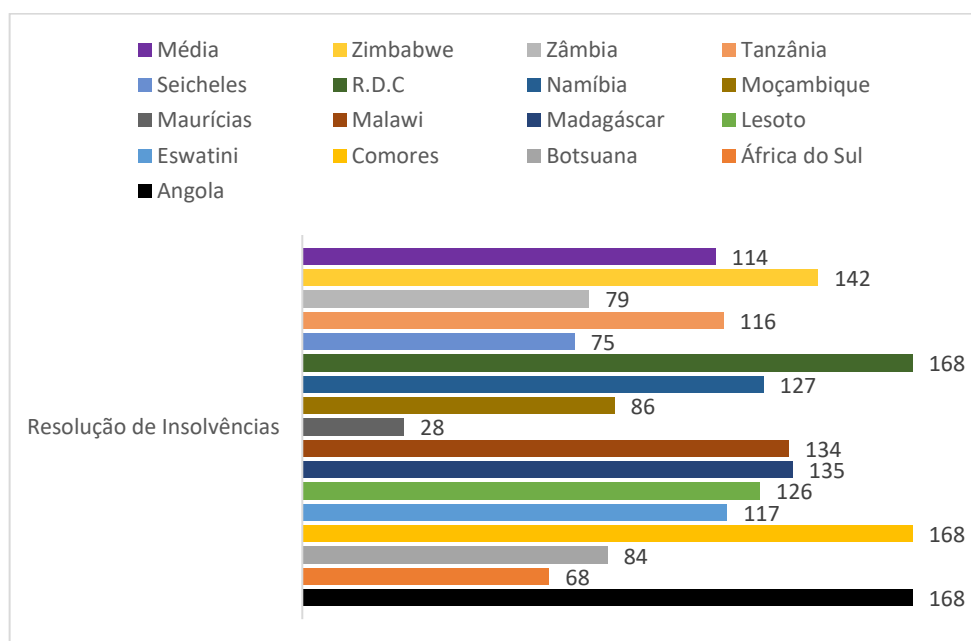
Figura 40 - Resolução de Insolvências em Angola



Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020).

Quanto a resolução de insolvências que se refere ao tempo e ao custo necessários para a resolução de falências em determinado país, o relatório classificou Angola como não possuindo tal prática, no que diz respeito a taxa de recuperação por exemplo, significa dizer que é improvável que os credores recuperem o seu dinheiro por meio de um processo legal formal. Conforme pode ser observado na figura 41, o país do bloco melhor classificado neste domínio foi as Ilhas Maurícias (28º), em que a taxa de recuperação do investimento em caso de insolvência supera os 50%.

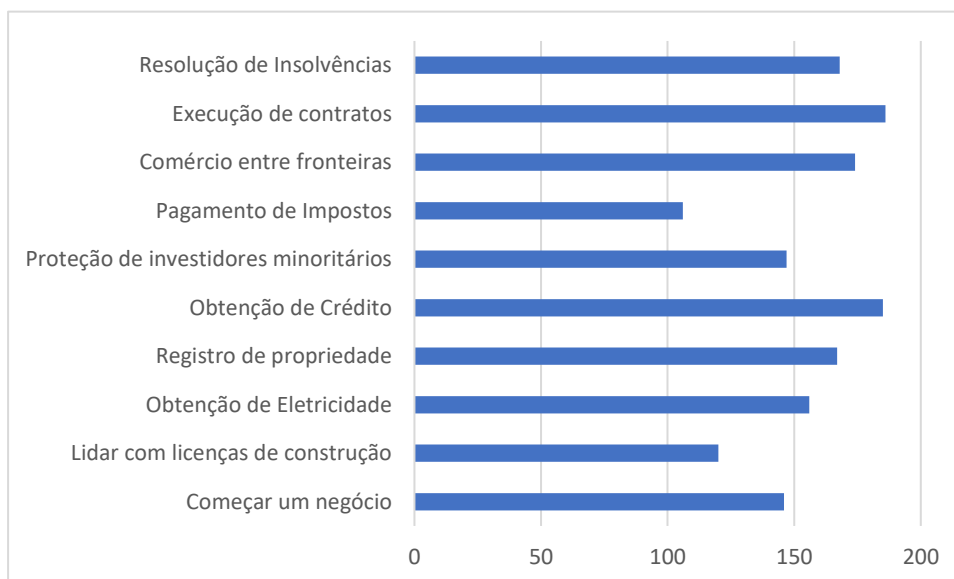
Figura 41 - Resolução de insolvências nos membros da SADC



Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020).

A figura 42 apresenta a síntese da posição de Angola face aos dez domínios estudados.

Figura 42 - Síntese da posição de Angola



Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020).

Em termos comparativos Angola encontra-se melhor ou igualmente posicionada no seio dos países membros da SADC, relativamente a Botsuana, Comores, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Namíbia, R.D.C., Seicheles; Tanzânia; Zâmbia e Zimbabwe nos seguintes domínios apresentados na tabela 13.

Tabela 13 - Países membros da SADC com que Angola se encontra melhor ou igualmente posicionada

Países Membros com que Angola se encontra melhor ou igualmente posicionada	
Começar um negócio	Botsuana, Comores, Eswatini, Malawi, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Tanzânia e Zimbabwe
Lidar com licenças de construção	Lesoto; Madagáscar; Malawi; R.D.C; Tanzânia e Zimbabwe
Obtenção de Eletricidade	Lesoto; Madagáscar; Malawi; R.D.C e Zimbabwe
Registo de propriedade	Namíbia
Obtenção de Crédito	Nenhum
Proteção investidores minoritários	Comores; Eswatini; Lesoto; Moçambique e R.D.C
Pagamento de Impostos	Comores; Lesoto; Madagáscar; Malawi; Moçambique; R.D.C; Tanzânia e Zimbabwe
Comércio entre fronteiras	R.D.C e Tanzânia
Execução de contratos	Nenhum
Resolução de Insolvências	Comores e R.D.C

Fonte: Adaptado de *World Bank* (2020).

Conclusões, recomendações e pistas futuras de investigação

A integração económica regional vem assumindo diversas formas em função dos acontecimentos mundiais. Tem mostrado ser uma importante ferramenta para os países que pretendem melhorar o seu relacionamento externo e potenciar o crescimento económico por meio das sinergias inerentes ao processo. A proximidade geográfica dos países que pretendem formar um bloco é um aspeto fulcral, tal como evidenciam as diferentes ondas de regionalismo, sendo a União Europeia o exemplo bem-sucedido se tivermos em consideração o pensamento de Balassa (1961) e o Mercosul e a NAFTA, se levarmos em conta as dinâmicas influenciadas pela globalização. No continente africano as iniciativas de integração estiveram ligadas aos objetivos de independência do domínio colonial ocidental, a que acresce o final do regime do *apartheid*, no caso da África Austral. Quanto a este último objetivo destacaram-se dois importantes grupos: os Estados da Linha de Frente e a SADCC, que numa conferência em 1992 foi alterada para seu desígnio atual, a SADC.

Angola como estado-membro desta comunidade, tem participado de forma ativa principalmente nas vertentes da política e da segurança. No plano económico uma vez terminado o longo período de conflitos internos tem envidado esforços para fortalecer a sua presença. O perfil económico de Angola alterou-se imenso após a chegada dos portugueses, passando de uma economia basicamente de subsistência, para uma economia em processo de industrialização particularmente na década de 1960, porém interrompido após a independência em 1975, devido ao conflito interno que perdurou com interrupções até 2002.

No período de 2002 a 2019, a economia angolana apresentou o maior crescimento entre 2003 e 2007, sendo que neste último a taxa real de crescimento atingiu os 20%. De 2016 a 2019, porém, a economia contraiu cerca de 6% em termos acumulados. O IDH tem vindo a apresentar melhorias saindo da posição 161 para 149 (passando de país de desenvolvimento baixo para desenvolvimento médio), e o aumento da expectativa de vida passou de 40 anos em 2002 para 60 anos em 2018.

Ainda sobre a caracterização económica, mais de 98% das exportações de Angola, refletidas na conta corrente da Balança de Pagamentos tiveram origem na atividade petrolífera e os ativos de reserva permitiram a cobertura de 7,5 meses de importações em 2018, o que representou uma redução de 4 meses face ao período de maior cobertura em 2016. Em 2019, apesar das receitas petrolíferas e não petrolíferas registaram um aumento, a economia angolana continua a evidenciar um ambiente delicado com taxas de crescimento com taxas de crescimento relativamente baixas.

Em termos de análise de Angola face aos restantes membros da SADC, conforme se evidenciou no estudo sobre *Rankings Doing Business* do Banco Mundial, o país necessita de melhorar a sua regulamentação. Uma análise exaustiva dos dez domínios permite aferir que de uma forma mais direta, ou mais indireta, todos cruzam a regulamentação (leis, diplomas, normas, regras etc.) as quais representam as opções dos Estados e, por conseguinte, configuram atrativos ou constrangimentos ao desempenho das empresas, influenciando os níveis de produção e os investimentos em capital físico, humano e tecnológico. Ao influenciar as empresas, repercutem-se nas sociedades, razão pela qual a associação entre a regulamentação, o crescimento e desenvolvimento económico se reveste de especial importância como temática de investigação. Neste sentido, e tendo como mote que a eficácia e celeridade do sistema legal são fatores fundamentais na melhoria do desempenho económico, observou-se também a importância do clima de paz e da melhoria do IDH, como motores de crescimento do PIB.

A análise efetuada sobre a economia dos membros da SADC, possibilitou ainda concluir que a África do Sul e as Maurícias, são os países com melhor índice de regulamentação e em nenhum domínio Angola consegue superar ou igualar as posições de ambos. A pior posição para a África do Sul e para as Maurícias é o Comércio entre fronteiras, sendo os melhores indicadores neste domínio obtidos pelo Eswatini e Lesoto, que apesar de serem países muito pouco desenvolvidos, a sua economia é baseada nas exportações de recursos principalmente para a África do Sul. Esta constatação é importante e permite perceber que nenhum domínio deve ser analisado isoladamente, mas sim, num contexto de conjunto e cruzado com as especificidades de cada economia. Assim, e sobre os fatores no âmbito dos domínios da metodologia do Banco Mundial que são determinantes para Angola melhorar a sua participação no comércio intrarregional da SADC, destaca-se a Execução de Contratos como instrumento gerador de credibilidade, transparência e confiança na captação de investimento interno e externo e a Concessão de Crédito, obviamente responsável, mas que permita fomentar a iniciativa privada, na qualidade de motor de crescimento económico.

Neste contexto, para Angola é essencial a implementação de uma regulamentação, que promovam o desenvolvimento do setor privado, reduzindo as limitações ao livre funcionamento do mercado de crédito e do mercado do trabalho, bem como, salvaguarde a proteção dos investidores minoritários e a proteção dos direitos de propriedade.

Para o bloco como um todo, recomenda-se o aceleração da integração financeira, de formas a estimular um maior vínculo comercial. No que diz respeito ao setor tecnológico, recomenda-se uma melhoria nas tecnologias de informação para promover a

interconetividade de empresas e serviços. É aconselhável também em relação ao setor ambiental, que se promova uma maior conscientização da preservação do ambiente.

Em termos de recomendação para Angola é muito importante que as reformas ao nível da regulamentação representem uma resposta efetiva aos constrangimentos existentes, de modo a funcionarem como catalisadores de investimento gerador de riqueza e crescimento económico. Só assim a regulamentação poderá dar um contributo importante à dinamização da economia.

Em investigações futuras era interessante, analisar o comportamento dos países membros da SADC nos últimos anos e identificar pontos de criação de sinergias que permitam enquanto todo, maior criação de valor e maior competitividade. Só através do conhecimento é possível a construção de estratégias de integração económica regional ganhadoras.

Bibliografia

- African Development Bank Group. (2016). *African Economic Outlook 2015- Regional Development and Spatial Inclusion*. African Development Bank. African Development Bank. doi:10.1111/j.1467-6346.2010.03282.
- African Development Bank, O. a. (2017). Políticas comerciais e integração regional em África. Em *African Economic Outlook 2017: : Entrepreneurship and Industrialisation* (pp. 80-103). Paris: OECD. doi:10.1787/aeo-2017-en
- African Economic Outlook. (2020). *Perspetivas Económicas em África*. African Development Bank Group. Acedido em 2020, em <https://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2020>
- Ajibade, P., & Mutula, S. (220). An Alternative Approach to Fostering African Economic Integration through the Utilization and Alignment of Information Technology. *Journal of African Union Studies (JoAUS)*, 9(1), pp. 51-66.
- Almeida, E. C. (2018). O papel de Angola como vértice do eixo centro-austral de África: contributos para a segurança regional. Em T. C. (Coord.), *Escalas e Espaços. IX Edição do Congresso Ibérico de Estudos Africanos* (Vol. III, pp. 179-191). Coimbra, Portugal: CES - Centro de Estudos Sociais .
- Andrade, J. P. (2011). A Crise Financeira de 2008 em África e em Angola. Em *Economia Política e Desenvolvimento de Angola* (pp. 69-86). Luanda e Lisboa: Chá de Caxinde - Angola & Portugal Media XXI.
- Arguello, R. (2000). Economic Integration. An Overview of Basic Economic Theory. *Borradores de Investigación*, 3, pp. 1-50.
- Bach, D. C. (2003). Régionalisme et régionalisation des conflits en Afrique. *Études internationales*, 34(1), pp. 129-134. doi:10.7202/006934ar
- Balassa, B. (1969). *The Theory of Economic Integration* (3rd ed.). London: George Allen & Unwin Ltd.
- Banco Central Europeu (BCE). (2021). *Missão do BCE*. Acedido em 28 de Janeiro de 2021, de Eurosistema em <https://www.ecb.europa.eu/ecb/orga/escb/ecb-mission/html/index.pt.html>
- Banco Nacional de Angola (BNA). (2008). *Contas Nacionais*. Luanda: Banco Nacional de Angola.

- Banco Nacional de Angola (BNA). (2020). *Balança de Pagamentos*. Acedido em 15 de Novembro de 2020, de Estatísticas externas da balança de pagamentos em https://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=309&idl=1
- Barreira, J. d. (2018). *Rede de Caminhos no Reino do Kongo Volume I (Dissertação de Mestrado)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Departamento de História, Estudos Europeus.
- Bembe, M. D. (2016). Políticas, direitos e práticas da sociedade e do Estado. *Mulemba. Revista Angolana de Ciências Sociais*, 6(11), pp. 25-55. doi:10.4000/mulemba.1281
- Bowles, P. (2002). Asia's post-crisis regionalism: bringing the state back in, keeping the (United) States out. *Review of International Political Economy*, 9(2), pp. 244-270. doi:10.1080/09692290110126100
- BP. (2020). *Statistical Review of World Energy 2020 69th edition*. London, United Kingdom: Statistical Review of World Energy.
- Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC). (2008). *Relatório Económico Anual de 2007*. Luanda : Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN).
- Chanaiwa, D. (2010). A África Austral. Em A. A. Mazrui, & C. Wondji (Edits.), *História geral da África VIII* (pp. 296-334). Brasil. Acedido em 2020, em www.dominiopublico.gov.br
- Chinaglia, P. H. (2020). A vulnerabilidade da globalização financeira: reflexões sobre os impactos da pandemia coronavírus na economia global neoliberal em 2020. *Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica*, Ano IX(20), pp. 1-20.
- Coelho, T. S. (2003). *Integração Económica Regional: Que Perspectivas para Timor-Leste (A ASEAN e o grupo ACP)*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa. Acedido em Novembro de 2019, de <http://hdl.handle.net/10400.5/1546>
- Cohn, T. H. (2016). *Global Political Economy. Theory and Practice* (7th ed.). New York: Routledge.
- Costa, C. d. (2017). *Integração económica mundial: riscos e desafios*. Lisboa: Banco de Portugal.
- Coutinho, K. R., & Canto, P. (2018). Os desafios da política de integração regional e a governação multinível na comunidade económica dos Estados da África Ocidental. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 7(13), pp. 116-143.

- Creswell, J. W. (2014). *Research design : qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4th ed.). United States of America: SAGE Publications, Inc.
- Cunha, L. P. (2007). A proliferação de acordos de integração regional. *Impactum. Boletim de Ciências Económicas*, pp. 353-393.
- Dala, N. Á. (2018). *Desenvolvimento Humano em Angola de 2002 a 2017: 15 Anos de Paz e de Má Qualidade de Vida*. Angola: Nuno Álvaro Dala.
- Deme, M., & Ndrianasy, E. (2016). Trade-creation and trade-diversion effects of regional trade arrangements: low-income countries. *Applied Economics*, pp. 1-16. doi:10.1080/00036846.2016.1234700
- Essien, A. E. (2015). 20 anos de Tratado Revisto e 40 anos de CEDEAO – Uma análise da integração regional na África Ocidental na perspetiva da prática. Em R. Sohn, A. B. Akoutou, M. Vogl, & D. Yeboah, *Compreender a integração regional na África Ocidental-Uma análise multitemática e comparativa* (pp. 11-42). Estudo IAO-ZEI.
- Estevão, J., Lopes, J., Penela, D., & Soares, J. (2020). The Doing Business ranking and the GDP. A qualitative study. *Journal of Business Research*, 115, pp. 435-442. doi:10.1016/j.jbusres.2019.11.067
- Ferreira, M. E. (1990). *Angola-Portugal: do Espaço Económico Português as Relações Pos-Coloniais*. Lisboa: Edições Escher.
- Figueiredo, F. B. (2011). *História da África*. Salvador, Bahia, Brasil: Universidade Federal da Bahia (UFBA). Centro de Estudos Afro-Orientais.
- Gaens, B., Venturi, B., & Ayuso, A. (2020). Differentiation in ASEAN, ECOWAS and MERCOSUR: A Comparative Analysis. Policy Papers. *EU Integration and Differentiation for Effectiveness and Accountability (EUIDEA)*, 6, pp. 1-20.
- Garcia, Á. A. (2001). O impacto da ALCA na economia brasileira: alguns comentários. *IE Indicadores Económicos FEE*, 29(3), pp. 25-50.
- Geda, A., & Kibret, H. (2008). Regional Economic Integration in Africa: A Review of Problems and Prospects with a Case Study of COMESA. *Journal of African Economies*, 17(3), pp. 357-394. doi:10.1093/jae/ejm021
- Geda, A., & Seid, E. H. (2015). The potential for internal trade and regional. *Journal of African Trade*(2), 19-50. Acedido em fevereiro de 2021 em www.sciencedirect.com
- Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN). (2002). *Programas do Governo 2003-2004*. Luanda: República de Angola.

- Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN). (2004). *Programas do Governo 2005-2006*. Luanda: República de Angola.
- Grugel, J. B. (2004). New Regionalism and Modes of Governance — Comparing US and EU Strategies in Latin America. *European Journal of International Relations*, 10(4), pp. 603-626. doi:10.1177/1354066104047850
- Hailu, M. B. (2015). Regional Economic Integration in Africa: Challenges and Prospects. *Mizan Law Review*, 8, pp. 299-332. doi:10.4314/mlr.v8i2.2
- Hänggi, H. (s.d.). Interregionalism as a multifaceted phenomenon. In search of a typology. Em H. Hänggi, R. Roloff, & J. Rüland, *Interregionalism and International Relations* (pp. 32-62). Taylor & Francis Group.
- HasanTuluy. (2016). Regional Economic Integration in Africa. *Global Journal of Emerging Market Economies*, 8(3), pp. 334-354. doi:10.1177/0974910116677790
- Hettne, B. (2005). Beyond the 'New' Regionalism. *New Political Economy*, 10(4), pp. 543-571. doi:10.1080=13563460500344484
- Hilton, A. (1985). *The Kingdom of Kongo (Oxford Studies in African Affairs)*. Oxford: Clarendon Press. Oxford University Press.
- Hurrell, A. (1995). *Regionalism in World Politics. Regional Organization and International order*. Oxford: Oxford University Press.
- Inançlı, S., & Mahamat, A. (2019). Trade Creation and Trade Diversion Effects in the Economic. *African Development Review*, 31(3), pp. 307-317.
- International Monetary Fund (IMF). (2006). *World Economic Outlook. Financial Systems and Economic Cycles*. Washington, D.C: International Monetary Fund.
- Izerrougene, B. (2007). Os Obstáculos à Integração de Economias Desiguais. O Caso do Mercosul. *Cadernos PROLAM/USP*, 2(Ano 7º), pp. 125-167.
- Kawai, M. (2005). East Asian economic regionalism: progress and challenges. *Journal of Asian Economics*, 16, pp. 29-55. doi:10.1016/j.asieco.2005.01.001
- Krapohl, S., & Fink, S. (2013). Different Paths of Regional Integration: Trade Networks and Regional Institution-Building in Europe, Southeast Asia and Southern Africa. *Journal of Common Market Studies*, 51(3), pp. 472-488. doi:10.1111/jcms.12012
- Langa, E. N., & Sacavinda, P. G. (2019). SADC : análise do contexto histórico e político (1970-1992). *Tensões Mundiais*, 15(29), 143-164. Acedido de revistas.uece.br

- Leandro, D. (2020). Regionalismo versus multilateralismo: um estudo da integração da associação das nações do Sudeste asiático (ANSEA). *Brazilian Journals of Business*, 2(3), pp. 2072-2083. doi:10.34140/bjbv2n3-016
- Leão, E. R., Leão, P., & Lagoa, S. (2019). *Política Monetária e Mercados Financeiros* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Lipsey, R. G. (1957). The Theory of Customs Unions: Trade Diversion and Welfare. *Economica*, 24(93), pp. 40-46.
- Mariano, M. P. (2015). *A Política Externa Brasileira e a Integração Regional. Uma análise a partir do Mercosul*. São Paulo: Editora UNESP Digital.
- Marinov, E. (2014). Economic Integration Theories and the Developing Countries. Em R. D. al., *Proceedings of the 9th Annual South-East European Doctoral Student Conference* (pp. 164-177). South-East European Research Centre.
- Matos, O., Monteiro, S. C., & Soma, D. (2011). *Choques Externos e Respostas de Política nos Países da Comunidade*. Banco Nacional de Angola, Luanda.
- Mattoo, A., Mulabdic, A., & Ruta, M. (2019). Trade Creation and Trade Diversion in Deep Agreements. *World Bank - Research & Publications*, pp. 1-47.
- Medeiros, E. R. (2013). *Economia Internacional. Comércio e Finanças* (9ª ed.). Forte da Casa, Portugal: Escolar Editora.
- Meira, K. C., & Carvalho, P. N. (2018). COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC): INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO. *Journal of Chemical Information and Modeling*, 53(9), 1689-1699. doi:10.1017/CBO9781107415324.004
- Menezes, A. d., & Filho, P. P. (2006). *Integração Regional: os blocos econômicos nas relações internacionais*. Rio de Janeiro Brasil: Elsevier Editora Ltda.
- Menon, J., & Lee, C. (2019). *An Evolving ASEAN. Vision and Reality*. Manila, Philippines: Asian Development Bank.
- Mesquita, R. (2019). Regionalismo, Integração Regional e as Relações Internacionais: Uma introdução teórica. *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, 10(1), pp. 1-20.
- Moma, J. A. (2012). Reconsidering The origins of the Southern African Regionalism Thirty Years Later: Towards a Constructivist Approach to the Origins of SADC. *Janus.Net. e-journal of International Relations*, 3(2), pp. 103-113.

- Moreira, C. S. (2010). A integração regional como resposta ao processo de globalização. *Gestão Contemporânea*, 7, 215-243.
- Myrdal, G. (2017). *The Political Element in the Development of Economic Theory*. New York: Routledge.
- Nabais, C., & Ferreira, R. (2012). *Macroeconomia – Lições & Exercícios*. Lisboa: Lidel.
- Ncube, M., Faye, I., & Verdier-Chouchane, A. (2015). *Regional Integration and Trade in Africa*. United Kingdom: Palgrave Macmillan. doi:10.1057/9781137462053
- OCDE, O. (2018). *Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Austral*. Paris/African Union Commission, Addis Ababa: OECD Publishing. doi: 10.1787/9789264306301-10-pt
- Pacheco, J. (2016). Que modelo para o comércio internacional? Em B. Dimas, & et al., *Cultivar. Cadernos de Análise e Prospetiva* (pp. 11-16). Lisboa: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP).
- Pacheco, L., Costa, P., & Tavares, F. (2018). História económico-social de Angola: do período pré-colonial à independência. *População e Sociedade*, 29, pp. 82-98.
- Phillips, N. (2003). The rise and fall of open regionalism? Comparative reflections on regional governance in the Southern Cone of Latin America. *Third World Quarterly*, 24(2), pp. 217-234. doi:10.1080/0143659032000074565
- Pimentel, E. (2020). *Angola mantém na posição 177 no ranking Doing Business*. Acedido em 20 de Fevereiro de 2020, de Nova Gazeta em <https://www.novagazeta.co.ao/artigo/angola-mantem-na-posicao-177-no-ranking-doing-business>
- Pinheiro, P. V. (2016). Bicesse. Uma visão estratégica inteligente. *Relações Internacionais*, 50, pp. 119-122.
- Pinto, M. d. (2004). *A área de livre comércio das Américas e os Interesses da União Europeia na América Latina (Tese de Doutoramento)*. Braga: Universidade do Minho. Escolaa de Economia e Gestão.
- Pomfret, R. (2007). Is Regionalism an Increasing Feature of the World Economy? *The World Economy*, 30(6), pp. 923-947. doi:10.1111/j.1467-9701.2007.01038.x
- Prado, L. C. (1997). Mercosul como opção estratégica de integração: notas sobre a teoria da integração e estratégias de desenvolvimento. *Ensaíos FEE*, 18(1), pp. 276-299.

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2002). *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2002*. EUA: Organização das Nações Unidas (ONU).
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2016). *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2016*. EUA: Organização das Nações Unidas (ONU).
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2017). *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2017*. EUA: Organização das Nações Unidas (ONU).
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2018). *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2018*. EUA: Organização das Nações Unidas (ONU).
- Ribeiro, E. d., Gontijo, A., Antunes, E., & et al. (2018). *Guia de Organizações Internacionais das Américas*. Brasília: Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD.
- Robson, P. (1985). *Teoria Económica da Integração Internacional*. Coimbra: Biblioteca Jurídica. Coimbra Editora.
- Rocha, A. d. (2011). Crescimento Económico e Desenvolvimento em Angola: uma análise para o período 1997-2009/2010. Em N. Vidal, & J. P. Andrade (Edits.), *Economia Política e Desenvolvimento em Angola* (pp. 113-148). Luanda e Lisboa: Chá de Caxinde - Angola & Portugal Media XXI.
- Salvatore, D. (2013). *International Economics* (11th ed.). United States of America: John Wiley & Sons.
- Schiff, M., & Winters, L. (2003). *Regional Integration and Development*. New York: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank.
- Soares, F. M. (2014). Crioulizações internas: processos de transculturação nos Bantu angolanos. *Almanack*, 8, pp. 84-103. doi:10.1590/2236-463320140806
- Soko, M. (18 de 12 de 2007). The Political Economy of Regional Integration in Southern Africa. *Studies & Research*, 63, 1-23. Acedido em 2020, de <https://institutdelors.eu/en/publications/the-political-economy-of-regional-integration-in-southern-africa/>
- Southern African Development Community (SADC) . (2019). *Status of Integration in the Southern African Development Community*. Gaborone, Botswana: SADC Secretariat.
- Souza, G. M. (2018). Noções de fronteira na teoria e prática do regionalismo. Uma visão crítica. *Civitas*, 18(2), pp. 245-261. doi:10.15448/1984-7289.2018.2.31575

- Suret-Canale, J., & Boahen, A. A. (2010). A África ocidental. Em A. A. Mazrui, & C. Wondji, (Edits.), *História Geral de África VIII* (Vol. 8, pp. 191-228). Brasil. Acedido em 2020, de www.dominionpublico.gov.br
- Szucko, A. S. (2017). A inércia institucional nos processos de integração regional – o método do Path Dependence aplicado aos casos da União Europeia e do Mercosul. *Debater Europa*, 16, pp. 26-55. doi:10.14195/1647-6336_16_2
- Tinbergen, J. (1954). *International Economic Integration*. Amsterdam: Elsevier.
- Torres, A. (1983). Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70). *Análise Social*, XIX(3º, 4º e 5º), pp. 1101-1119.
- Valério, N., & Fontoura, M. (1994). A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial — uma tentativa de síntese. *Análise Social*, 29(129), pp. 1193-1208.
- Vettorazzo, G. C., Pirani, N., Salve, S., & Zanella, V. (2017). *Desenvolvimento Humano para além das Médias*. Brasília, Brasil: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
- Viner, J. (1951). A Teoria Clássica de Comércio Internacional e os Problemas Atuais. *Revista Brasileira de Economia (RBE)*, 5(2), pp. 11-36.
- Vunge, F. F. (2015). *Angola. Desenvolvimento e Sector Externo: Propostas de Políticas para a Correção dos Desequilíbrios* (1ª ed.). Lisboa: Edições Colibri.
- Warleigh-Lack, A. (2006). Towards a conceptual framework for regionalisation: Bridging 'new regionalism' and 'integration theory'. *Review of International Political Economy*, 13(5), pp. 750-771. doi:10.1080/09692290600950639
- World Bank. (02 de 10 de 2020). *worldbank.org*. Acedido em 10 de Novembro de 2020 em data.worldbank.org: <https://data.worldbank.org/>
- Zhai, H. (2016). What is the Future of African Regionalism? *E-International Relations*, pp. 1-5.